

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – MESTRADO**

**MARISA HARTWIG**



**MUDANÇAS NO TRABALHO E NA ESCOLARIZAÇÃO DOS AGRICULTORES  
FAMILIARES: A APARENTE SEGMENTAÇÃO ENTRE RURAL E URBANO**

**Florianópolis, junho de 2007.**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – MESTRADO**

**MARISA HARTWIG**

**MUDANÇAS NO TRABALHO E NA ESCOLARIZAÇÃO DOS AGRICULTORES  
FAMILIARES: A APARENTE SEGMENTAÇÃO ENTRE RURAL E URBANO**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação, do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito à obtenção do Título de Mestre em Educação, sob orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Célia Regina Vendramini.

**Florianópolis, junho de 2007.**

**MARISA HARTWIG**

**MUDANÇAS NO TRABALHO E NA ESCOLARIZAÇÃO DOS AGRICULTORES  
FAMILIARES: A APARENTE SEGMENTAÇÃO ENTRE RURAL E URBANO**

Dissertação apresentada ao curso de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Educação.

Comissão examinadora composta pelos seguintes professores:

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Célia Regina Vendramini  
(CED/UFSC/Orientadora)

---

Prof. Dr. Francisco José Montório Sobral  
Membro – (UNC) Universidade do Contestado –SC

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Bernadete Wrublevski Aued  
Membro – (CFH/UFSC)

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Edna Garcia Maciel Fiod  
Membro – (CED/UFSC)

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Eneida Oto Shiroma  
Suplente – (CED/UFSC)

Florianópolis, junho de 2007.

---

## AGRADECIMENTOS

A elaboração deste trabalho só foi possível graças ao apoio de muitas pessoas e entidades, entre eles, o programa de Pós Graduação em Educação, os amigos de turma, os professores do curso e o CNPq pelo financiamento parcial da pesquisa.

Gostaria de agradecer, em especial, à professora Célia Regina Vendramini, minha orientadora, pela excelente pessoa que é e pelo seu profissionalismo, por tornar possível a realização deste trabalho e principalmente pela confiança que depositou em mim durante todo o tempo em que trabalhamos juntas; um muito obrigado.

Aos colegas do TMT (Núcleo de estudo sobre as transformações no mundo do trabalho) pela importância desse espaço de discussão (Carol, Fátima, André, Mauro, Maria, Priscila e a professora Bernadete Wrublewski Aued, que coordena o Núcleo juntamente com a professora Célia Regina Vendramini).

Às professoras Bernadete W. Aued e Edna G. M. Fiod, pela seriedade das contribuições durante a qualificação da dissertação, que foram fundamentais para a seqüência desta pesquisa.

Às famílias trabalhadoras que integram conjuntamente este trabalho, pela disponibilidade, atenção e receptividade de destinar um espaço de seu tempo para repensar sobre e como se constitui a sua trajetória de trabalho.

À minha família, meus dois filhos adotivos, Eduardo e Gabriel, pela sua compreensão.

E, especialmente, ao meu companheiro Plínio, que está sempre ao meu lado, dando força em todos os momentos, em mais esta etapa da nossa vida.

*“Nós vos pedimos com insistência  
Nunca digam - isso é natural  
Diante dos acontecimentos de cada dia  
Numa época em que reina a confusão  
em que corre o sangue  
Em que ordena-se a desordem  
Em que o arbítrio tem força de lei  
Em que a humanidade se desumaniza  
Não digam, nunca - isso é natural.”*

*Bertolt Brecht*

## RESUMO

O estudo retrata as mudanças na forma de produção da vida de agricultores familiares. Seu objetivo consiste em analisar a trajetória de agricultores diante das mudanças na forma do trabalho e na produção, focalizando famílias integradas com a agroindústria, no município de Pelotas –RS, e a relação com o aparente alongamento da escolarização dos jovens rurais. Neste sentido, busca caracterizar o trabalho e a produção nas pequenas propriedades antes e após a integração com a agroindústria, identificando as necessidades que surgiram no campo e as alternativas de sobrevivência encontradas. Para apreender as mudanças na forma do trabalho e na produção, assim como averiguar o que orientou a necessidade de alongar a escolarização dos filhos, foram entrevistadas sete famílias, priorizando àquelas compostas por avô, pai e filho para uma melhor expressão das mudanças na trajetória de trabalho e na produção. A pesquisa de campo foi realizada em Santa Silvana, 6º distrito de Pelotas-RS, numa situação específica, singular, mas que retrata o que atualmente perpassa o meio rural no Brasil e na América Latina. Apreende de forma crítica o movimento contraditório das relações sociais do campo e cidade, visto que a pesquisa de campo permitiu analisar todo processo de integração da produção de fumo, desde as famílias integradas até a empresa integradora, fazendo o contraponto da relação que melhor espelha as ambivalências e as aparências expressas na instituição do trabalho coletivo no campo. Os resultados mostram como se institui o trabalho coletivo no campo e a contradição que ele expressa, ao passo que caracteriza o trabalho coletivo no processo de trabalho na integração e analisa a necessidade e finalidade de alongar a escolarização dos jovens no meio rural. A forma como o capital aprimora a exploração capitalista no campo e as saídas encontradas pelos agricultores integrados na produção de fumo, consiste na inserção de “novas” monoculturas (reflorestamento e mamona), cada qual repleta de diferentes tecnologias que, aparentemente, modernizam e facilitam o trabalho no campo, mas, essencialmente, estão imbuídas na mesma lógica. Outra saída é a busca por trabalho em espaços urbanos, onde conseguir alguma atividade remunerada consiste em ser um profissional qualificado, o que exige certo grau de escolarização que condiz com o movimento mundial de alongar os estudos, mas que não resolve os problemas enfrentados no campo. Nesse contexto, a aparente segmentação entre o rural e urbano não se sustenta. A produção da vida dos trabalhadores, nesta sociedade, se constitui dentro da mesma lógica, a de produzir excedentes para o capital; a forma pode mudar, mas o conteúdo é o mesmo. É a expansão do capital em todas as instâncias, recriando formas para a sua manutenção. Portanto, o modo de produção capitalista está dado, não surge com a agroindústria, e mostra que não há nada de idílico no campo e na cidade, o que impera é a valorização do capital. É o movimento contraditório expresso nas relações sociais

**Palavras – chave:** agricultores integrados, agroindústria, fumo, trabalho coletivo, alongamento da escolarização.

## ABSTRACT

The study reflects the changes in the agricultural family's production. Its objective is to analyze the effect on farmers due to changes in the way they work and in the production, focusing the families integrated with the agro-industry in the Pelotas' municipality in RS, and the relationship with the apparent increase in the time the rural youth spend at school. In this regard, we're trying to show the work and production in the small communities before and after integration with the agro-industry, identifying the new needs that resulted and the survival alternatives created. In order to understand the changes in the work performance and in the production, as well as to ascertain what led to the extension of schooling of the children, seven families were interviewed, giving preference to those made up of a grandfather, father and son to better understand these changes at work and production. The field study was carried out in Santa Silvana, 6th district of Pelotas-RS, in a specific situation, unique, but one that reflects what actually happens in the rural area in Brazil and Latin America. This study reveals, in a critical way, the contradictory movement of social relations in the farm and in the city, since the research in the field allowed us to analyze all the integration process of tobacco, since the integrated families all the way to the integrator company, making a counterpoint of the relation that best reflects the ambivalences and the expressed likelihood with the institution of collective work in the farm. The results show how was implemented the collective work in the field and the contradiction it manifests, while it characterizes the collective work in this system in the integration process, and analyzes the need and purpose to extend the time rural kids should spend at school. The way wealth refines the capitalist exploitation in the fields and the ways found by the farmers integrated in the tobacco production, consists in the insertion of "new" monocultures (reforestation and mamona) each one stuffed with different technologies that apparently modernize and facilitate the job in the farm, but essentially are pervaded with the same logic. Another alternative is to look for work in urban areas, where to obtain a paying job requires being a qualified professional, which demands a certain degree of schooling corresponding with the world movement requiring extended studies, but do not solve the problems faced in the farm. In this context, the apparent division between rural and urban does not stand. The production in the worker's lives, in this society, is formed with the same logic – to produce surplus for the capital: the form may change, but the content stays the same. It is the wealth expansion in all instances, creating new ways to perpetuate itself. Therefore, the capitalistic form of production is a given, it does not appear with an agro-industry, and it shows that there is nothing idyllic in the farm or in the city, but what dominates is the appreciation of the capital. It is the contradictory movement manifested in the social relations.

**Key-words:** Integrated families; agro-industry; tobacco; collective work; extended studies

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 01 – População urbana e rural do município de Pelotas (1970 a 2005)

Tabela 02 – População urbana e rural, taxa de urbanização e variação absoluta nos municípios da Zona Sul e no Estado do Rio Grande do Sul (1970, 1980, 1991, 1996 e 2000)

Tabela 03 – Produção de fumo em Pelotas – RS (2003 a 2005)

Tabela 04 – Produção em (tonel) e área plantada em (hect) das principais lavouras no município de Pelotas RS (2005)

Tabela 05 – Taxa de Desemprego, segundo atributos de faixa Etária e Escolaridade – Aglomerado urbano Sul, trimestre set/out/nov, 2006

Tabela 06 – Distribuição da População Economicamente Ativa e Taxas de participação segundo escolaridade - Aglomerado urbano Sul

Tabela 07 – Tendência da produção do fumo

Tabela 08 – Agricultor familiar integrado da Souza Cruz, Rio Negro/PR, 2007

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 01 – Mapa do estado do Rio Grande do Sul

Figura 02 – Estufa convencional com fumo

Figura 03 – Estufa convencional

Figura 04 – Estufa LL

Figura 05 – Estufa com grampos

Figura 06 – Sistema Float

Figura 07 – Poda das mudas

Figura 08 – Apanhando fumo

Figura 09 – Prensando as folhas de fumo

Figura 10 – Manocas de fumo

Figura 11 – Classificação

Figura 12 – Instrutor na propriedade

Figura 13 – Fardo de fumo

Figura 14 – Unidade de produção de sementes Rio Negro/PR

Figura 15 – Trabalho no fumo

Figura 16 – Produto de exportação

## **LISTA DE SIGLAS**

BAT – British American Tabacco

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

COOHAF – Cooperativa Habitacional da Agricultura Familiar

CMF – Centro de Melhoramento de Fumo

ITEPA – Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria

UCPEL – Universidade Católica de Pelotas

UFPEL – Universidade Federal de Pelotas

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio Econômico

FETAG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

UIS – Unidade de Industrialização de Sementes.

UMF – Unidade de Melhoramento do Fumo

UPS – Unidade de Produção de Sementes

VCP - Votorantim Celulose e Papel

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO I: O “AGRICULTOR FAMILIAR” DIANTE DAS MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO</b>	<b>20</b>
1.1 Mudanças no trabalho e na produção	20
1.2 O trabalho na agricultura na perspectiva do materialismo histórico	24
1.3 Integração à agroindústria – a expansão do capitalismo no campo	26
1.4 A agricultura familiar no contexto atual	30
<b>CAPÍTULO II: DE AGRICULTOR A TRABALHADOR INTEGRADO À AGROINDÚSTRIA</b>	<b>36</b>
2.1 Contextualização da região de Pelotas/RS	36
2.2 Situando o campo de pesquisa	43
2.3 As trajetórias de trabalho de famílias integradas à agroindústria na produção de fumo	45
<b>CAPÍTULO III: O TRABALHO E A ESCOLARIZAÇÃO DO AGRICULTOR INTEGRADO</b>	<b>60</b>
3.1 O que caracterizava o trabalho do agricultor	60
3.2 Mudanças com a integração	61
3.3 Tendências	65
3.4 Perspectivas individuais e coletivas	68
3.5 Alongamento da escolarização: “solução aparente”	71
3.6 A escola do e no campo	77
<b>CAPÍTULO IV: INTEGRAÇÃO E TRABALHO COLETIVO</b>	<b>81</b>
4.1 Cadeia produtiva do fumo: agricultor integrado	81
4.2 O trabalho do instrutor de fumo – Pelotas, RS	87
4.3 Integração com a agroindústria: instituição do trabalho coletivo	99

**CONSIDERAÇÕES FINAIS** **106**

**REFERÊNCIAS** **112**

**ANEXOS** **118**

**Anexo 01** – Roteiro de entrevistas

**Anexo 02** – Contrato de compra e venda

**Anexo 03** – Planilha de planejamento financeiro do fumicultor

## INTRODUÇÃO

As mudanças ocorridas na agricultura, desencadeadas principalmente nas décadas de 1960 e 1970, acarretaram enormes alterações na produção da agricultura familiar, tendo em vista que os produtores viram-se diante da necessidade de se inserirem num novo contexto de produção, bem como adotar um novo modelo produtivo, com a implementação de tecnologias modernas e a conseqüente integração ao complexo agroindustrial.

Nesse contexto, ainda que campo e cidade formem paisagens distintas, a realidade é uma só, ou seja, o setor industrial passa também a fazer parte do espaço rural, que direciona a produção para o mercado mundial.

Discutir as transformações no mundo do trabalho e na produção, especificamente na agricultura familiar, subjugada ao modo de produção capitalista, nos remete à análise sobre como esse processo se apresenta na conjuntura social e política, nacional e internacional.

As transformações na agricultura familiar só podem ser compreendidas em sua totalidade se as considerarmos do ponto de vista do desenvolvimento das forças políticas no conjunto do sistema econômico. Ou seja, essas transformações, em sua essência, representam sua adequação ao sistema capitalista, tendo como reflexo as transformações por que passa o próprio capital<sup>1</sup>.

Desse modo, as mudanças na chamada agricultura familiar são conseqüências do processo de industrialização, processo presidido pela lógica do capital<sup>2</sup>, que significou a passagem de uma atividade de apropriação das condições naturais existentes, para uma atividade de fabricação dessas ou dependência dos aparatos do capital.

A compreensão do processo de acumulação do capital e suas respectivas transformações no mundo do trabalho, intermediadas pela reestruturação produtiva<sup>3</sup>, serve como base para o entendimento das alterações no trabalho da agricultura familiar, que são decorrentes do próprio capital, na concorrência intercapitalista, por meio do movimento do capital na incessante busca de valorização.

Assim, a instituição do modo de produção capitalista não impõe necessariamente a expulsão do agricultor familiar do campo, mas o faz por via do estabelecimento de um patamar tecnológico não acessível, em grande parte, aos agricultores familiares, levando-os ao

---

<sup>1</sup> Mézáros entende que “capital e capitalismo são fenômenos distintos, onde o capital antecede o capitalismo e é a ele também posterior” (2002, p.15).

<sup>2</sup> Segundo Mézáros, o capitalismo é uma das formas possíveis da realização do capital (2002, p.16).

<sup>3</sup> Tumolo, (2001) faz uma análise crítica sobre o entendimento das produções bibliográficas em relação à reestruturação produtiva no Brasil, onde a lógica do trabalho está subsumida pela lógica do capital e a reestruturação produtiva é função do capital.

endividamento, por meio da mercantilização da agricultura, do incentivo à produção monocultora e da integração com a agroindústria, legitimados pelo Estado.

O Estado<sup>4</sup> é uma criação histórica para a manutenção da “ordem” na sociedade capitalista. Ele não é público, portanto não pode ter interesses públicos, visto que numa sociedade privada não existem interesses comuns, mas antagônicos: a classe burguesa explorando trabalhadores e os trabalhadores lutando para sair da condição de explorados.

Mészáros (2002) afirma que o capital se sustenta a partir do tripé *sociometabólico*<sup>5</sup> capital, trabalho e Estado, em que o capital se reproduz pelo trabalho e é legitimado pelo Estado. Para Marx e Engels, “o poder político do Estado moderno nada mais é do que um comitê para administrar os negócios comuns de toda a classe burguesa”; é o instrumento utilizado pela classe burguesa, ou seja, pela classe dominante para revolucionar continuamente os instrumentos de produção (2003, p.47).

O Estado está a serviço do capital e cria políticas públicas<sup>6</sup> compensatórias para amenizar as contradições que são próprias e inerentes ao capital<sup>7</sup>.

Dessa forma, o que se observa ainda hoje, nas pequenas unidades familiares rurais — já não podemos dizer de subsistência, pois produzem para atender ao mercado — é a organização dos produtores com base no trabalho da família e com a ajuda de trabalhadores diaristas, apenas temporariamente em épocas do ciclo produtivo (na colheita, por exemplo). Contudo, esse tipo de unidade não é absolutamente fechada ou independente, pois seu grau de participação no mercado, tanto na venda como na compra de insumos, é bastante elevado. E é justamente nessa crescente vinculação ao mercado capitalista de mercadorias que se materializam as formas concretas de extração do excedente, ou então sobretrabalho, dos agricultores familiares integrados às agroindústrias na subsunção formal do trabalho ao capital.

---

<sup>4</sup> O Estado é a forma na qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e na qual se resume toda a sociedade civil.

<sup>5</sup> Para Mészáros o sistema de sociometabolismo do capital é mais poderoso e abrangente, tendo seu núcleo constitutivo formado pelo tripé, capital, trabalho e Estado, sendo que estas três dimensões fundamentais do sistema são materialmente constituídas e inter-relacionadas e é impossível superar o capital sem a eliminação do conjunto dos elementos que compreende este sistema. Não basta eliminar um dos pólos. (2002, p. 16).

<sup>6</sup> Netto utiliza a terminologia “políticas públicas” e chama a atenção por caracterizá-las como um campo de tensão desde sua formulação à sua implementação, onde projetos de concepção e objetivos distintos se embatem continuamente (2003, p.16).

<sup>7</sup> Capital são os meios de produção monopolizados por um certo setor da sociedade, que se confrontam com a força de trabalho viva enquanto produtos e condições de trabalho tornadas independentes dessa mesma força de trabalho, que são personificadas em virtude dessa antítese no capital. Não são apenas os produtos do trabalho transformados em forças independentes, isto é, produtos que dominam e compram de seus produtores, mas também, e sobretudo, forças sociais (Dicionário do Pensamento Marxista, 1993, p. 44).

A agricultura familiar, em oposição aos grandes latifundiários, cultiva pequenos pedaços de terra de qualidade inferior, não desfruta de créditos privilegiados oferecidos pelo Estado e é desfavorecida na política de preços mínimos; enfim, está desprovida de tudo o que beneficia a grande propriedade fundiária protegida pelo Estado.

Por serem na sua maioria descapitalizados, os agricultores familiares não podem esperar as altas cotações, abastecem o meio urbano, as grandes cidades brasileiras, e quando os preços<sup>8</sup> sobem — no caso de mudanças climáticas, há um maior dispêndio de força de trabalho — o benefício é apropriado pelo capital mercantil intermediário, que se interpõe com a usura entre o produtor e o consumidor final.

Nesse contexto, o capital, na constante e incessante busca de valorização sem limites, recria formas de exploração de trabalho nos meios de produção das pequenas unidades de produção em domicílio, com algumas características da fase inicial do capitalismo, sendo os trabalhadores providos com o financiamento de matérias-primas e assistência técnica, na condição de produzirem sob interesses do capital industrial, a preços por ele pré-fixados. Essa subordinação ao capital industrial é a relação social estabelecida, por exemplo, entre os produtores de fumo no Rio Grande do Sul com as empresas beneficiadoras, como a Souza Cruz, Universal, Dimon, entre outras. Empresas estas com transnacionalização<sup>9</sup> do capital e do mundo do trabalho.

Tal subordinação às empresas se dá a partir da apropriação do excedente, por meio do financiamento dos insumos e da “assistência técnica”, que cria uma dependência da agricultura com a indústria. A propriedade de terra mantida pelo pequeno produtor, e mesmo o caráter “independente” da sua produção, ficam bastante descaracterizados, pois estão associados à produção de matérias-primas que exigem intensificação da força de trabalho.

Segundo Silva (1982, p.134), o "modo de produção especificamente capitalista desenvolve as suas próprias bases — inclusive do ponto de vista tecnológico — alternando substancialmente o próprio processo de trabalho, onde ocorre então a subsunção real do trabalho ao capital". Nesse aspecto, a “globalização” (forma de ampliação do capital) mascara os reais interesses inerentes ao capital transnacional (monopólio) e do Estado (competição),

---

<sup>8</sup> O preço é a denominação monetária do trabalho objetivado na mercadoria (MARX, 1983, p.92).

<sup>9</sup> Segundo Mészáros, os países capitalistas dominantes e suas poderosas companhias estabeleceram-se e continuam a funcionar pelo mundo afora, são as “multinacionais” apenas no nome. Para Mészáros, a expressão “multinacional” é freqüentemente usada de modo equivocado, ocultando a verdadeira questão do domínio das empresas capitalistas de uma nação mais poderosa sobre as economias locais em perfeita sintonia com as determinações e os antagonismos mais profundos do sistema de capital global (2002, p.229).

que são uma contradição em processo, uma vez que um nega o outro, mas ambos são necessários ao capital.

Nota-se que a produção na agricultura familiar está sempre subordinada ao capital que se interpõe como comprador de suas mercadorias e como fornecedor dos meios de produção de que necessita. Logo, a “reprodução do agricultor familiar”, de forma mais concreta, é a reprodução do próprio capital, seu movimento nada mais é do que o trabalho de toda família subordinada ao capital, que recria novas formas de trabalho de acordo com seus interesses.

## **Objetivos**

Considerando as presentes transformações na forma de produção do modelo capitalista, o objetivo geral desta pesquisa consiste em analisar a trajetória de agricultores familiares diante das mudanças no trabalho e na produção, focalizando famílias integradas com a agroindústria, no município de Pelotas/RS, e sua relação com o aparente alongamento da escolarização dos jovens.

Para tanto, a pesquisa se propõe: 1. Caracterizar o trabalho e a produção nas pequenas propriedades antes e após a integração com a agroindústria; 2. Identificar as necessidades que surgiram no campo e as estratégias de sobrevivência encontradas pelos agricultores familiares no espaço rural; 3. Evidenciar como se institui o trabalho coletivo e a contradição que ele expressa; 4. Caracterizar o trabalho coletivo no processo de trabalho na integração; 5. Investigar a necessidade e finalidade de alongar a escolarização dos jovens no meio rural.

## **Procedimentos metodológicos da pesquisa**

A metodologia compreende a fase de exploração do campo de pesquisa, a escolha do espaço, grupo, os critérios da amostra, ou seja, todos os componentes essenciais para a realização da pesquisa.

Para apreender as transformações no trabalho e na produção, assim como a necessidade do alongamento da escolarização dos filhos de trabalhadores na agricultura familiar, optamos por um estudo empírico que permita compreender e analisar de forma mais concreta as estratégias encontradas pelos agricultores na produção e reprodução de suas vidas e famílias.

De acordo com Triviños (1987), o estudo de caso possibilita ao pesquisador estudar dois ou mais sujeitos, sem necessariamente perseguir objetivos de natureza comparativa. No caso específico deste trabalho, permitiu realizar um estudo com sete famílias e investigar como

ocorreram as transformações no trabalho e o que orientou a escolarização dos filhos. Assim, buscou-se entrevistar, na mesma família, avô, pai e filho, e suas trajetórias de trabalho, as mudanças na produção, nos meios laborais e na cultura, as estratégias criadas para a sobrevivência na agricultura familiar e a “necessidade” da escolarização dos filhos.

Nesse aspecto, Gil (1991) complementa que o estudo de caso possibilita o estímulo a novas descobertas e enfatiza a totalidade. Dito em outras palavras, no estudo de caso o pesquisador volta-se para a multiplicidade de dimensões de um problema focalizando-o, por sua vez, como um todo.

O instrumento utilizado na coleta de dados, em se tratando de trajetórias, foi a entrevista<sup>10</sup>. A escolha dos entrevistados na pesquisa de campo deu-se a partir da representatividade em relação aos objetivos da análise, com a intenção de evidenciar as mudanças no trabalho dos agricultores integrados à agroindústria e a estratégia de alongamento da escolarização dos filhos.

Não tomamos como fundamental o tipo de produção<sup>11</sup> em que os agricultores familiares exercem suas atividades, tampouco o trabalho que estejam exercendo, mas especificamente famílias que vivenciam ou vivenciaram as seguintes situações:

- Mudanças no trabalho e nos meios de trabalho;
- Integração a agroindústrias;
- Êxodo rural de integrantes da família;
- Alongamento da escolarização dos filhos.

A pesquisa de campo foi realizada no interior de Pelotas-RS, numa situação específica, singular, mas que retrata o que atualmente perpassa o meio rural no Brasil e na América Latina, apreendendo de forma crítica o movimento contraditório dialético das relações sociais entre campo e cidade.

Partindo do pressuposto de que, como toda a singularidade, a realidade desse espaço da agricultura familiar não se explica em si mesmo, mas por sua inserção numa totalidade social, procuramos informações sobre o contexto local da pesquisa.

Na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural de Pelotas, buscamos informações que pudessem ajudar a caracterizar a zona colonial de Pelotas, mais especificamente Santa

---

<sup>10</sup> O roteiro de entrevistas encontra-se no anexo 01.

<sup>11</sup> Por meio de levantamento de dados do IBGE 2005, constatamos que a cultura do arroz aparece com maior incidência, seguida do milho, soja e fumo.

Silvana, 6º distrito de Pelotas. No entanto, não tivemos êxito, pois a Secretaria não dispunha de nenhuma fonte de informação de que necessitávamos, orientando-nos apenas a procurar alguma fonte no IBGE.

No IBGE, todas as informações sobre o 6º distrito de Pelotas foram-nos passadas, inclusive em disquete para manuseá-lo durante a elaboração do trabalho. Contudo, o material que o IBGE disponibilizou é referente ao censo de 2000, pois somente em 2007 haverá um novo recenseamento, o que limitou os dados utilizados na pesquisa ao ano de 2000.

Também buscamos junto à Universidade Católica de Pelotas e à Universidade Federal de Pelotas, publicações de trabalhos acadêmicos, dissertações e teses sobre a região em estudo<sup>12</sup>.

Logo após a coleta do material bibliográfico sobre a região, iniciamos as entrevistas, primeiramente com o Sub-prefeito de Santa Silvana, que nos forneceu algumas informações sobre as condições socioeconômicas do 6º distrito de Pelotas, que tem como base o cultivo do fumo.

À continuidade do trabalho, iniciamos o processo de seleção das famílias que tivessem maior representatividade em relação aos objetivos da pesquisa e entramos em contato diretamente em suas residências, já que conhecemos grande parte do espaço rural em questão. Logo após a chegada, esclarecemos o motivo da visita, averiguando a possibilidade de uma entrevista.

Por tratar-se de uma pesquisa de base qualitativa, o número de sujeitos que compõem o quadro das entrevistas dificilmente pôde ser determinado *a priori*. Foram realizadas quatro idas a campo: num primeiro momento, foram realizadas sete entrevistas com famílias integradas à agroindústria que serviram para averiguar as mudanças no trabalho e na produção; já na segunda ida a campo, foram realizadas mais duas entrevistas para complementar pontos que não haviam ficado claros nas entrevistas iniciais a respeito de como se constitui o processo de integração com a empresa integradora, bem como uma entrevista

---

<sup>12</sup> Os trabalhos encontrados foram os seguintes: FURTADO, Janice de Almeida. *Transformações e estratégias de reprodução na agricultura familiar do Município de Pelotas-RS*. Monografia em Ciência Social, UFPEL, 1997. COSTA, Gilson de Castro. *Fruticultura no Município de Pelotas-RS: a produção familiar como perspectiva para o desenvolvimento sustentável*. Monografia de Licenciatura plena em Geografia, UFPEL, Pelotas, 2002. BONINI, Cristiane Vieira. *A importância da mulher na agricultura familiar: o exemplo das trabalhadoras rurais na Colônia Osório – Cerrito Alegre – Pelotas-RS*. Monografia de Licenciatura plena em Geografia, UFPEL, Pelotas, 2004. PEREIRA, Peri Rui Gonçalves. *Agricultura familiar e turismo rural – O exemplo da comunidade de Santa Silvana – Pelotas-RS*. Monografia de Licenciatura plena em Geografia, UFPEL, Pelotas, 2002. CARDOSO, Nivaldo Correa. *O neocolonialismo biotecnológico e a contrapartida da agricultura familiar*. Monografia em Ciência Social, UFPEL, 2003.

com o instrutor<sup>13</sup> de fumo para buscar fazer o contraponto do processo de integração do fumo, em relação aos agricultores familiares.

Como ainda não havíamos conseguido informações suficientes para fazer a análise do processo de integração, foi necessário uma terceira visita a campo, neste caso na unidade de produção da Empresa Souza Cruz.

Inicialmente contatamos por telefone a unidade de Santa Cruz do Sul/RS. No entanto, por ocasião das festas de encerramento do final de ano naquela unidade, não foi possível realizar a visita, sendo sugerido uma outra à unidade de Blumenau/SC, mais próxima de Florianópolis.

A partir de janeiro, iniciamos contato por telefone e e-mail com a Unidade de Produção da Souza Cruz em Blumenau/SC. Após muitas tentativas, conseguimos finalmente agendar uma entrevista para o dia 19 de março de 2007. Durante a visita, foram apresentados slides da estrutura da empresa, caracterizando a integração com os agricultores de fumo e toda a cadeia produtiva da companhia, seguida de uma visita à unidade de processamento do fumo (fábrica).

A partir do nosso interesse em buscar conhecer as mudanças engendradas na produção do fumo, na forma de produzir, nas tecnologias inseridas, a empresa propôs que fôssemos conhecer o Centro de Melhoramento de Sementes de fumo em Rio Negro/PR, onde encerramos a pesquisa de campo.

As entrevistas com os agricultores foram gravadas e posteriormente transcritas. As fotos registradas no campo de pesquisa serviram de subsídio para ilustrar e compreender o trabalho e a produção dos fumicultores.

Após a transcrição das entrevistas coletadas e sua organização, deu-se início à análise do material, ou seja, partiu-se da abstração da realidade, para o concreto pensado. Nessa perspectiva, portanto, a pesquisa constitui-se de campo empírico, associada à pesquisa bibliográfica e documental, dentro da concepção do materialismo histórico que, segundo Triviños (2001), considera a realidade como um processo em movimento, em transformação, contraditório e histórico.

Na pesquisa, “a articulação entre técnica e método, a proporção de utilização de fatores quantitativos ou qualitativos, subjetivos e objetivos, dependem da construção lógica que o

---

<sup>13</sup> Profissional com curso em técnico agrícola, na maior parte das vezes filho de agricultor familiar. Seu trabalho é fundamental para o sucesso da empresa, pois consiste no fechamento dos contratos, “assistência técnica” em todo processo de produção.

pesquisador elabora, nas condições materiais, sociais e históricas que propiciam ou permitem o trabalho de pesquisa” (GAMBOA, 2002, p. 100).

### **Estrutura da dissertação**

A estrutura do trabalho foi organizada a partir da síntese elaborada entre a pesquisa de campo e os estudos teóricos, que permitiram compreender o que vêm ocorrendo com o trabalho e a produção no campo, na sua relação indissociável com a cidade.

No capítulo I, tratamos das mudanças no trabalho e na produção dos agricultores familiares atualmente integrados à agroindústria, no contexto da instituição do capitalismo no campo brasileiro.

No capítulo II, buscamos contextualizar o campo de pesquisa e apresentamos as trajetórias de trabalho de agricultores familiares integrados à agroindústria de fumo.

No capítulo III, sistematizamos as mudanças observadas no trabalho dos agricultores e suas tendências, bem como a estratégia do alongamento da escolarização dos jovens.

No capítulo IV, buscamos, num primeiro momento, descrever o processo da cadeia produtiva do fumo e suas implicações, tanto para o agricultor como para a empresa integradora, e num segundo momento, recorrer à análise do que entendemos ser a instituição do trabalho coletivo no campo e, conseqüentemente, a redução do trabalho vivo.

## CAPÍTULO I

### “O AGRICULTOR FAMILIAR” DIANTE DAS MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO

Neste capítulo pretendemos analisar as mudanças no trabalho e na produção dos agricultores familiares atualmente integrados à agroindústria, contextualizando a forma como foi constituído o capitalismo no campo, a fim de compreender as mudanças processadas no âmbito da agricultura familiar.

#### 1.1 - Mudanças no trabalho e na produção

As transformações que vêm ocorrendo no trabalho em geral também se defrontam no campo do trabalho da agricultura familiar, que é, sem dúvida, um problema social que merece atenção. A mudança na produção e no trabalho neste meio — que é fruto do próprio movimento do capital na sua incessante busca por valorização — reorienta os caminhos da própria agricultura familiar.

Diversos são os autores<sup>14</sup> que discutem a questão da agricultura familiar em seus diferentes enfoques. No caso desta pesquisa, pretendemos contribuir para a análise das transformações que acontecem no campo, mediante uma perspectiva metodológica do que é produzir a vida integrada à agroindústria.

Famílias agricultoras que produziam principalmente para subsistência, ou seja, uma produção diversificada que atendia fundamentalmente às necessidades de produção da vida familiar, hoje, ao contrário, produzem apenas a partir da integração com empresas sob a

---

<sup>14</sup> Sérgio Schneider trabalha a agricultura familiar a partir do conceito da Pluriatividade que se refere a um fenômeno que se caracteriza pela combinação das múltiplas inserções ocupacionais das pessoas que pertencem a uma mesma família e residem no meio rural (Schneider, 2006, p. 141). Flávio Sacco dos Anjos atribui o conceito de Pluriatividade conectado ao paradigma da multifuncionalidade que designa um tipo de exploração em que membros desempenham inúmeras atividades remuneradas, agrícolas e não agrícolas, realizadas dentro ou fora do estabelecimento, assim como o tempo de trabalho deixa de ser visto como um critério de enquadramento das explorações. Faz uso também do conceito de Ruralidade, apontando para a identificação dos novos papéis (residência, lazer, preservação cultural, etc.) que os espaços rurais cumprem para a sociedade, que transcende a esfera estrita à produção de alimentos e matérias-primas. Flávio Sacco dos Anjos e Nádya Velledas Caldas. "Pluriatividade e sucessão hereditária na agricultura familiar", p. 186. In.: *A diversidade da agricultura familiar*. Sérgio Schneider (Org.). Porto Alegre: Editora UFRGS, 2006. José Graziano da Silva (1999) associa as dinâmicas recentes do meio rural e identifica-as como “novo rural”. José Graziano Silva. *O novo rural brasileiro*. Campinas-São Paulo: Unicamp, Instituto de Economia, 1999. José Eli da Veiga (2003), em sua obra *Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*, entende que não se deveriam considerar urbanos os habitantes de municípios pequenos com menos de vinte mil habitantes; tal convenção derrubaria o grau de urbanização do Brasil de 81,2% para 70% (VEIGA, 2003, p. 32).

lógica de “novos padrões tecnológicos” capitalistas, ou têm migrado do campo para as cidades em busca de outras alternativas de sobrevivência, ou ainda, buscam o trabalho externo<sup>15</sup> para complementar a renda familiar<sup>16</sup>.

Desse modo, os questionamentos acerca dessa problemática se aprofundaram, e fomos percebendo que as mudanças no contexto atual levaram a um alongamento da escolarização dos filhos de agricultores familiares que condizem com uma “nova” realidade no campo, hoje praticamente sem fronteiras entre o rural e o urbano. Ou seja, o espaço rural, assim como ocorre nos centros urbanos, se constitui sob “novas tendências” de um viés ideológico onde se cria também a necessidade de qualificação<sup>17</sup> para atender ao mercado do sistema capitalista, seja para continuar no campo seja para a saída dele.

As transformações intrínsecas na vida e no trabalho da agricultura familiar, as estratégias que têm sido buscadas, a situação dos jovens hoje, o alongamento da escolarização, a precarização do trabalho cada vez mais intensa, são alguns fatores presentes na pesquisa desenvolvida.

As mudanças na produção e no trabalho provocaram deslocamentos de famílias do campo para as periferias das cidades, em busca de outras formas de produção dentro da organização que compreende o espaço urbano, originando, dessa forma, outras necessidades. Assim, o trabalho no contexto urbano, ocupado pela população marginalizada, caracteriza-se, em grande parte, pela prestação de serviços, dentro da lógica de precarização do trabalho, além do desemprego, que gera dificuldades de trabalho para os trabalhadores deslocados do espaço rural.

Os que permanecem no campo são levados a substituir a produção diversificada de culturas (produção de feijão, batata, abóbora, milho, entre outros), que atendia às necessidades de subsistência da família e envolvia toda sua força de trabalho numa produção manual diversificada, pela produção de monocultura, que cria a necessidade de ocupar toda força de trabalho da família numa única e exclusiva produção, atendendo unicamente às necessidades

---

<sup>15</sup> Se analisarmos historicamente, o trabalho externo está presente há muito tempo na agricultura familiar. Os imigrantes, na formação de suas colônias, além de cultivar suas terras, trabalhavam na construção de estradas e pontes, criando infraestrutura para o desenvolvimento. Porém, o trabalho externo hoje se dá em uma lógica de precarização total do trabalho, subordinado à lógica do capital.

<sup>16</sup> Assim como Graziano (1982), entendemos a agricultura familiar na forma atual subordinada às agroindústrias e cooperativas capitalistas. A subordinação neste caso se dá através do financiamento dos insumos e da assistência técnica, criando no pequeno produtor uma dependência e forçando-o à adoção de novas tecnologias, e também, através da venda num mercado monopsonio de matéria-prima agrícola (GRAZIANO SILVA, 1982, p.24).

<sup>17</sup> No caso da produção de fumo, as tecnologias utilizadas necessitam periodicamente de realização de cursos ou reuniões onde são apresentadas as técnicas para realização do trabalho.

do mercado capitalista, o que Mészáros entende como uma forma incontrollável de controle sociometabólico do capital. Diz o autor que a

Razão principal porque este sistema forçosamente escapa a um significado grau de controle humano é precisamente o fato de ser, ele próprio, surgido no curso da história como uma poderosa estrutura totalizadora de controle à qual tudo o mais, inclusive seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua viabilidade produtiva, ou perecer, caso não consiga se adaptar (2002, p. 98).

No caso da produção monocultora do fumo, observa-se o controle sobre o tempo de trabalho, a demanda pelo uso intensivo de fertilizantes e a produção com tecnologia, estabelecidos pela lógica e necessidades do capital.

Strieder (2000) avalia a situação vivenciada pelos agricultores familiares ao se integrarem à agroindústria. Segundo o autor,

A esteira do sonho de melhorar a propriedade e de produzir mais, o agricultor perambula entre um envolver incitado a um envolver negociado e ou cooptado. A integração era, e ainda é, para um grande número de pequenos agricultores, um grande impasse, um gigantesco dilema diante da não existência de alternativas concretizáveis que lhe sejam mais viáveis (2000, p. 47).

Nesse contexto, percebem-se três movimentos gerados pelas transformações no trabalho do espaço rural: o primeiro, caracteriza-se pela mudança no modo de produzir, na cultura e nos meios de trabalho, com o apelo inicial para a integração às agroindústrias<sup>18</sup> que mobilizam a força de trabalho dos componentes da família, com longas jornadas e totalmente subjugados ao modo de produção capitalista; o segundo, pela combinação de atividades agrícolas na propriedade familiar, com o uso do trabalho externo, de modo que a extensão do trabalho fora da propriedade, como diarista, em cultivos de fumo, soja, ou até mesmo na área de construção civil, como serventes de pedreiro, é outro movimento; e o terceiro, caracteriza-se pelo movimento de migração campo-cidade, o que implica no deslocamento<sup>19</sup> dos jovens, principalmente das filhas de agricultores, para os contextos urbanos, onde costumam exercer trabalhos domésticos precários, mas que ainda assim ajudam a complementar a renda da família.

A partir dessa constatação, estudos realizados no Brasil e na América Latina por Abramovay e Camarano (1999) chamam a atenção quando analisam os processos migratórios

<sup>18</sup> Observamos, pela pesquisa de campo, que este padrão produtivo já está em decréscimo, o que será analisado no capítulo III.

<sup>19</sup> A eliminação progressiva da pequena propriedade na estrutura fundiária brasileira, verificada especialmente a partir dos anos 1960, contribuiu para a formação dos grandes centros urbanos por meio do que se convencionou chamar de êxodo rural. (GONÇALVES, 2001, p. 174).

no Brasil, no período de 1950 a 1990, demonstrando que cada vez mais são os jovens que deixam o meio rural, principalmente a população feminina, o que, segundo os autores, acaba gerando uma desproporção entre o número da população de jovens masculinos e femininos residentes no espaço rural. Apontam, ainda, que esse processo migratório provoca um envelhecimento da população rural que afeta todos os países latino-americanos.

As situações anteriormente citadas evidenciam que se alteraram e intensificaram as condições adversas de trabalho no meio rural, o que nos permite observar uma ampliação do trabalho, ainda que não do assalariamento, quando pensadores como Habermas (1994), Offe (1994) e outros afirmam o fim da centralidade no trabalho.

Habermas (1994) faz uma crítica à teoria marxiana e entende que as categorias de relação de produção e forças produtivas não servem mais para explicar a realidade. Para tanto, apresenta as categorias de trabalho e interação, de modo que o trabalho perde centralidade, passando à ciência a primeira força produtiva. O autor entende que o sistema tem disfunções que devem ser assegurados pelo Estado. Ao contrário, Marx entende que são as relações sociais de produção que determinam a sociedade em meio às contradições historicamente constituídas no sistema capitalista de produção.

Clauss Offe (1994) parte do pressuposto de que o trabalho objetiva e subjetivamente deixou de ser um fato social principal, não é mais a categoria chave, perdeu a centralidade, visto que a sociedade contemporânea é a sociedade de serviços. Habermas e Offe chegam à mesma conclusão de que um dia a categoria chave foi o trabalho, mas na sociedade atual o trabalho não é mais fato social principal, por se tratar de uma sociedade de serviços e, por essa razão, Marx não responderia mais à sociedade atual. No entanto, Marx, em sua obra *O capital*, compreende o trabalho na forma social capitalista desvendando como se constituiu historicamente a relação capital trabalho. Segundo o teórico (1985), o trabalho é a eterna forma de produção da vida.

As mudanças no trabalho em geral também são visíveis no trabalho da agricultura familiar, pois as novas necessidades que surgem<sup>20</sup> na produção, por meio da integração com

---

<sup>20</sup> Silva (1985) ilustra as transformações que o sistema capitalista provoca na produção, no caso da avicultura. Antigamente, as galinhas e os galos eram criados soltos nos sítios. Ciscavam, comiam minhocas, restos de alimentos e um pouco de milho. Punham uma certa quantidade de ovos – uma ninhada de 12 a 15 ovos – depois chocavam durante semanas seguidas. Mesmo se lhes retirassem os ovos, elas paravam de pô-los respeitando o instinto biológico da procriação. No entanto, com o advento da incubadora (ou chocadeira) elétrica, com maior eficiência, uma vez que permitia controlar a temperatura e não quebrava os ovos, tornou-se necessário fabricar uma galinha que não perdesse tempo chocando, que se limitasse a produzir ovos todo tempo de sua vida útil. Para tanto foi preciso uma ‘nova’ alimentação – as rações –, e, além disso, a criação de cubículos a fim de que não desperdiçassem energia ciscando. Estava constituída uma verdadeira “fábrica avícola”: tudo padronizado, gerando lucros aos capitalistas, pois novas necessidades são criadas: gaiolas, chocadeiras, matrizes de pintinhos, rações que, por sua vez, geram lucros para o fabricante de medicamentos, ao comerciante de milho, ao fabricante

as agroindústrias, alteram o trabalho, já não estando mais sob o controle do agricultor, mas em parte, sob o controle de máquinas para agregar valor ao capital e, fundamentalmente, produzir uma mercadoria para outros. Em outras palavras, o agricultor familiar passa a produzir direta e indiretamente de forma determinada para o capital.

Portanto, à medida que a integração se expande, segundo Strieder (2000), implicando no avanço do capital, o modo de produção de subsistência vai sendo destruído, ou reorganizado em seus aspectos tecnológicos com redimensionamento do tempo e do espaço, bem como das técnicas e métodos de produção. As atividades de produção, quase que exclusivamente voltadas para o autoconsumo, impõem, a partir de então, uma produção visando o grande mercado mundial.

A lógica determinada pelo capital cria a necessidade de produzir cada vez mais, que se trabalhe mais para pagar as “novas tecnologias” que são demandadas pelo capital. Assim, o trabalhador da agricultura familiar está sujeito às alterações no trabalho quando busca novas estratégias que viabilizem a sua permanência no campo, ainda que de forma muito distante da agricultura familiar tradicional que produzia seus próprios meios de subsistência, sem estabelecer uma relação contundente com o capital. Ou seja, o trabalho na agricultura familiar era realizado manualmente, com prioridade na produção dos meios de subsistência.

Hoje, ao contrário, com as necessidades que surgiram em função do movimento do capital, a agricultura familiar subjugase à integração com a agroindústria, na produção de monoculturas, além de demandar trabalho externo.

## **1.2 O trabalho na agricultura na perspectiva do materialismo histórico**

Para compreender o trabalho na agricultura familiar, é preciso compreender o trabalho numa perspectiva materialista histórica. Nesse sentido, Marx e Engels (1846), na obra *Ideologia Alemã*, identificam o primeiro ato histórico em que os homens se distinguem dos animais por meio da produção dos seus meios de vida, ou seja, produzindo sua vida material pelo trabalho.

Marx (1983), de uma forma geral, discorre por centenas de páginas sobre a definição de trabalho, com o objetivo de mostrá-lo na forma específica capitalista, que evidencia a centralidade do trabalho no sistema de produção também capitalista. Discute o processo no

---

do arame galvanizado, e assim sucessivamente. O produtor que trabalha com esta criação precisa comprar tudo isso das grandes companhias, e paga caro, pois não tem poder de barganha. Na hora de vender, o preço é tão baixo (por ter muito ovo, pois as galinhas só fazem isso) que precisa criar milhares de galinhas para manter a sua sobrevivência como pequeno produtor. Em resumo, ele trabalha mais e ganha relativamente menos (p. 16-17).

final do capítulo V de *O capital*, onde faz a distinção entre o processo de trabalho (que se refere ao trabalho concreto e que produz valor de uso), o processo de formação do valor (trabalho abstrato<sup>21</sup> que produz valor de troca) e o processo de valorização (trabalho produtivo que produz a mais-valia). Trata-se, portanto, de trabalho que serve diretamente ao capital, como instrumento da sua autovalorização, como meio para a produção de mais-valia.

À continuação, apenas no capítulo VI, Marx (1969) vai tratar do conceito de trabalho produtivo da forma social-histórica do capital, onde somente pode ser trabalhador produtivo quem vende sua força de trabalho e, conseqüentemente, essa força de trabalho incide em gerar mais-valia, ou seja, mais trabalho, que gera diretamente a valorização do capital de quem é proprietário dos meios de produção.

Portanto, o que acontece no modo de produção social capitalista é uma cisão entre as duas classes, onde uma classe é proprietária dos meios de produção e a outra classe da força de trabalho. Isso obriga as duas classes a estabelecer uma relação que resulte numa mercadoria, pois através da venda da força de trabalho ao capitalista e dono dos meios de produção, este pode valorizar seu capital a partir da extração de mais-valia.

Trabalho produtivo ou trabalho improdutivo, por essa razão, se definem a partir da relação social de produção estabelecida, em que aparecem ao mercado o dono dos meios de produção e o trabalhador com a venda da sua força de trabalho, onde a força de trabalho é considerada uma mercadoria qualquer.

A relação exposta acima nos remete ao trabalhador na agricultura familiar quando produz para o consumo, onde ele exerce um trabalho improdutivo, e quando produz parte para o consumo e outra parte para a venda (mercadoria), que resulta num trabalho abstrato (valor de uso e valor de troca) sem valorização do capital. De modo que, mesmo obtendo o valor de troca a partir da venda de mercadorias, este se constitui em mais valor de troca com outras mercadorias, já que o agricultor necessita adquirir outros complementos para a sua produção.

A força de trabalho na agricultura familiar, no caso da integração da produção de fumo com as indústrias, serve de meio para a valorização do capital, ou seja, o trabalho na agricultura familiar acaba tornando-se uma peça na engrenagem da valorização do capital, quando este necessita entregar a produção (mercadoria) para a empresa integradora. Dessa forma, deixa de produzir para a subsistência e produz para a empresa capitalista.

Nesse contexto, percebe-se que o trabalho na agricultura familiar, na sua integração com as indústrias, está totalmente subsumido ao capital, visto que, quando o capital, na sua eterna

---

<sup>21</sup> Segundo Marx, o trabalho abstrato é dispêndio de força de trabalho social, ou seja, trabalho geral, sem especificidade, e não pode ser constatado empiricamente.

busca pela valorização, tem a possibilidade de apropriar-se do trabalho e do modo de produzir na agricultura familiar — mesmo que sejam pequenas unidades —, ainda assim acaba encontrando formas de extrair algum valor, o que denota que tal sistema não possui limites.

As saídas encontradas pelos agricultores familiares de Pelotas, diante das mudanças na produção e no trabalho, são em grande parte tomadas individualmente como: mudar a produção diversificada pela monocultura; integrar-se com as agroindústrias; adquirir padrões tecnológicos que levam ao endividamento; realizar trabalho externo (diarista) em propriedades latifundiárias (soja, arroz); alongar a escolarização dos filhos que é um movimento mundial; e, por último, aumentar o êxodo rural, concentrando-se na periferia do centro urbano.

No entanto, o que se percebe em qualquer uma destas saídas citadas acima, sejam elas combinadas ou isoladas, é o aumento e a intensificação do trabalho, além da dependência por parte do agricultor, seja de auxílio técnico, seja na compra de novos meios de produção (implementos agrícolas), seja na exclusividade da entrega de sua produção para indústria a qual está integrado.

Esses fatores acabam contribuindo para uma receita muito alta de gastos na produção integrada, uma vez que a indústria subsidia os implementos necessários para a produção, que serão descontados no decorrer da safra e entregues em produção, já que o agricultor encontra-se descapitalizado. Os contratos com as indústrias são fechados sob o aspecto de subsídios, por parte da empresa, e entrega do produto (mercadoria), por parte do agricultor. No entanto, no decorrer da produção, os preços do produto alteram o seu valor real, o que implica em não conseguir pagar tudo que foi subsidiado, remetendo uma dívida para o próximo plantio.

Isso demonstra uma das formas que o capital tem de se apropriar ainda que de pequenas unidades de produção, pois conforme o exposto, o produtor terá que ampliar a produção para conseguir liquidar a dívida anterior, e isso demanda em intensificar e aumentar o trabalho, adequando-se às demandas da empresa integradora.

### **1.3 Integração à agroindústria – a expansão do capitalismo no campo**

Para buscar compreender a relação do trabalho do agricultor familiar no processo de integração<sup>22</sup> com a agroindústria, pretende-se contribuir, ao longo deste capítulo, com uma

---

<sup>22</sup> Strieder (2000) afirma que a integração reproduz o modo de produção capitalista, mas como a forma de produção capitalista é por si só contraditória, a produção integrada tem a imanência da contradição. Uma contradição na qual existe a possibilidade revolucionária, e que encontra impulso na necessidade do sistema de

análise sobre a constituição do atual processo de integração das agroindústrias na procura por desmistificar as ambivalências e aparências contidas nessa relação, assim como apreender o movimento e as formas que o capital cria na constante busca de sua autovalorização.

Muitos são os estudos<sup>23</sup> que abordam a agricultura familiar em sua integração com as novas necessidades (técnicas de plantio, melhoramento de sementes, entre outros.) mediante uma perspectiva do paradigma do avanço tecnológico, que insere ou adapta a produção de culturas de acordo com as necessidades do movimento do capital. No entanto, muitos desses documentos carecem de abordagens e análises do movimento<sup>24</sup> que causa essas mudanças que acabam por alterar a produção da vida no campo modificando sua forma de produzir, sua relação com o trabalho, bem como o impacto na estrutura familiar. Esta pesquisa, por sua vez, conforme salientado, a partir da concepção materialista histórica, procura contribuir para uma análise distinta acerca da forma de abordar essa problemática da produção da vida no campo, nos dias atuais.

O modo de produção capitalista se processa a partir do proletariado assalariado, desprovido de meios de produção e juridicamente livre, produz mais-valia e a força de trabalho se converte em mercadoria.

A oferta e demanda de trabalho se processam nas condições da existência de um exército industrial de reserva, em que os bens de produção assumem a forma de capital, ou seja, de propriedade privada destinada à reprodução ampliada sob a forma de valor, não de valor de uso<sup>25</sup>, mas de valor de troca<sup>26</sup>, que se destina ao mercado, e que são estabelecidos através das transformações das relações sociais.

---

integração em construir e produzir um homem mais confiante, mais autônomo e com mais decisões a tomar. O autor trabalha com o conceito de trabalho humano abstrato, seguindo a lógica do desenvolvimento das formas materiais, o ser humano estaria em condições de, pela apreensão do devir legado pelo trabalho humano abstrato, transformar-se em um ser conceitual, capaz de abstrair a materialidade do mundo, tornando-a mais humana e mais solidária (p.17–19). Nossa análise, contrária a do autor, parte do princípio que o trabalho na produção integrada desumaniza o trabalhador, condicionando-o à adaptação das exigências de demandas do mercado mundial, em uma produção monocultora, exclusiva, específica, que carrega todos os mecanismos para explorar de forma real e formal todos os integrantes das famílias de agricultores integrados.

<sup>23</sup> Furtado (1997) conclui em seu estudo que os agricultores familiares de Pelotas/RS, foram excluídos do processo de “modernização agrícola, pelo fato da política favorecer os grandes proprietários, por isso não tiveram acesso ao processo de incorporação dos avanços tecnológicos”. Autores como Silva (1999), Schneider (2006), Anjos (1995), também tratam a agricultura familiar nesse contexto.

<sup>24</sup> Conforme o censo demográfico de 2000, 81,22% da população brasileira reside na zona urbana. Esse processo de concentração populacional tem suas raízes nos anos de 1960 e 1970. De acordo com os censos do IBGE, na década de 1930, 13 milhões de pessoas trocaram o campo pela cidade e, nos dez anos seguintes, esse número se elevou para 15,5 milhões. Tudo indica que desde 1970, quando a população rural passou a ser minoritária, até os dias de hoje, mais de 40 milhões de brasileiros migraram do campo para a zona urbana (GONÇALVES, 2001, p. 174).

<sup>25</sup> Segundo Marx, o valor de uso se obtém a partir do trabalho concreto.

<sup>26</sup> Valor de troca tem relação com o trabalho abstrato, trabalho geral sem especificidade no processo de formação de valor das mercadorias.

Nesse contexto, Marx define a chamada acumulação primitiva como um:

Processo que cria a relação-capital, na separação do trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados (1985, p. 262).

A chamada acumulação primitiva é, portanto, um processo histórico de separação entre produtor e meio de produção.

Após essa breve exposição, buscamos elencar autores como Gorender (2002) e Sampaio (2003), que a partir de seus estudos discorrem sobre a origem do processo de acumulação do capital no Brasil.

A formação do capitalismo, no Brasil, segundo Gorender (2002), tem sua origem no modo de produção escravista colonial, onde os escravos foram substituídos por trabalhadores livres, e uma vez livres e despossuídos de todas as formas de propriedade, condicionam e instituem a extração da mais-valia relativa<sup>27</sup> da força de trabalho. Ou seja, mais trabalho, que gera diretamente a valorização do capital do proprietário dos meios de produção.

Concomitantemente, cria-se em 1850 a Lei de Terras, com o objetivo de destinar propriedades somente àqueles que possuíssem dinheiro para comprá-las, ao mesmo tempo em que se criavam as bases para a organização de um mercado de trabalho livre em substituição ao sistema escravista, que consolida a forma de sustentação do modo capitalista de produção que é a divisão das classes: de um lado, os que detêm a propriedade privada; do outro, os trabalhadores que, para produzir sua vida material, só lhes resta vender sua força de trabalho, produzindo para o capital.

Assim, percebe-se que a dissolução do modo de produção escravista foi uma condição necessária para a instituição do atual sistema capitalista de produção.

Desse modo, a agricultura brasileira começou a existir concretamente como setor econômico diferenciado a partir da independência política<sup>28</sup> do país, e principalmente da formação em seu interior de uma economia de mercado, ainda no período colonial, fundada na produção monocultora de exportação do algodão, açúcar e café.

Segundo Szmrecsányi (1990),

---

<sup>27</sup> Segundo Marx, a mais-valia relativa se dá a partir da redução do tempo de trabalho necessário para o trabalhador produzir seus meios de subsistência diários, passando parte desse trabalho, ou seja, parte desse tempo de trabalho, para o capitalista, o que resulta em mais trabalho não para si, mas para outros.

<sup>28</sup> A independência política em 1822 trouxe, de um lado, a criação das condições institucionais requeridas para a formação de uma economia nacional, e de outro, a internalização dos mecanismos decisórios e do sistema de poder (SZMRECSÁNYI, 1990, p.18).

a expansão da produção monocultora do café no Brasil, deu origem ao ciclo de crescimento da economia agro-exportadora, o qual revestiu-se de características distintas de ciclos anteriores, ainda no período colonial. Isto se deu principalmente pelo fato do deslocamento do eixo da economia brasileira do Nordeste para o Sudeste, segundo pelo fato de promover a vinculação do Brasil a novos parceiros comerciais e financeiros, em especial aos Estados Unidos, e terceiro por ter criado as bases para a industrialização, processo este que levaria a profundas mudanças (1990, p.19).

Portanto, a economia cafeeira ocorreu basicamente entre 1822 e 1875, dando origem a um novo tipo de empresário no Brasil, à medida que era uma atividade capitalista baseada no trabalho escravo de caráter permanente, contrária àquela do cultivo do algodão temporário, o que condicionava uma menor necessidade de injetar capital, visto que a produtividade era permanente, atendendo assim um maior número de empresários rurais, pois o maior investimento centrava-se na compra de escravos.

Com a dissolução do modo de produção escravista, em 1889, cria-se a possibilidade da constituição do modo capitalista de produção, ou seja, a relação capital trabalho, que pressupõe trabalhadores livres para a exploração, assim como um redirecionamento da economia voltada ao mercado externo em prol do capital.

Avançando historicamente, Sampaio (2003) faz uma análise dos períodos da história do Brasil e conclui que no período da chamada Era Vargas, sobretudo entre os anos de 1930 a 1945, a economia primário-exportadora passou para uma economia industrial, sendo o Estado<sup>29</sup> o mentor principal dessa mudança, alicerçado na associação entre capital do Estado e capitais privados nacionais.

Após a morte de Vargas, houve uma invasão de capital estrangeiro que provocou a desnacionalização da indústria brasileira, apoiada pelas forças antinacionais reacionárias. E, a partir de 1964, com o golpe militar, a economia passa então a ser comandada pelo capital transnacional, que institui um modelo de “modernização” baseado no predomínio das regras do mercado.

---

<sup>29</sup> O modelo nacional-desenvolvimentista defrontou-se com duas contradições estruturais que acompanham o Brasil desde o período colonial. A primeira é o abismo social, que divide a sociedade brasileira desde suas origens em dois segmentos bem separados: senhores e escravos, que após o fim da escravidão continuou entre classes dominantes e dominadas. A segunda, a dependência externa, visto que os detentores de tecnologia eram de origem estrangeira e cobravam preços altíssimos para transferi-los às empresas brasileiras. Em meados da década de 1950, no governo de Juscelino Kubitschek, começam a instalar-se grandes empresas estrangeiras que dão origem à dívida externa no Brasil (SAMPAIO, 2003, p. 24-25).

#### 1.4 A agricultura familiar no contexto atual

O processo de modernização da agricultura brasileira resultou em profundas modificações nas relações sociais, no mundo do trabalho e da produção, tendo também como conseqüência, num modelo social perverso como no Brasil, a permanência da concentração da terra, o êxodo rural<sup>30</sup>, e o processo de industrialização da agricultura familiar, compelida a atender às demandas do capital nacional e internacional.

Segundo a análise de Neto (1997), a industrialização da agricultura ou, mais especificamente, o suporte no aumento da produtividade agrícola, é representado por todo tipo de maquinaria, implementos e insumos modernos que advêm das agroindústrias. Se por um lado esses modernos implementos agrícolas auxiliaram o processo de produção, por outro causaram um aumento da dependência, endividamento, acentuado êxodo rural e desemprego. Tudo isso num momento em que se vive a escassez do assalariamento, no movimento contraditório, inerente às bases internas dos pressupostos que constituem o movimento do capital.

Hoje, assiste-se à consolidação do setor primário que engloba a agricultura familiar integrada à agroindústria, ou ainda, ao chamado Agronegócio, pequenos, médios e grandes empresários rurais integrados ao mercado mundial, o que supera a dicotomia entre agricultura e indústria, ao englobar a produção, a industrialização e o comércio de produtos agrícolas num mesmo patamar. Não há limites, o capital se expande em todos os setores da economia.

No Brasil, o processo de modernização da produção agrícola se intensifica a partir da década de 1960, especialmente nos anos 1970, quando ocorre uma mudança radical na produção primária. Essa mudança teve sua raiz no processo de transformação da agricultura mundial denominado Revolução Verde, originado nos EUA ainda durante a 2ª Guerra Mundial, que reestrutura a agricultura, produzindo, via melhoramento genético, plantas com elevada capacidade produtiva, mas com alta necessidade de insumos.

De acordo com Neto (1997) surgiram, então, no Brasil, as sementes híbridas, que exigiam elevadas adubações químicas, o uso de inseticidas, herbicidas e fungicidas, dado à facilidade de serem atacadas por insetos e doenças e a concorrência de outras plantas invasoras. Acrescenta-se a este quadro o uso intensivo de maquinário, o confinamento de animais, especialmente aves e suínos, e a formação de uma cadeia de comercialização que subordinou o agricultor à agroindústria.

---

<sup>30</sup> O censo demográfico de 2000 revela que 81,22% da população brasileira reside na zona urbana. Esse processo de concentração populacional tem suas raízes nos anos de 1960 e 1970.

As mudanças ocorridas na agricultura nas décadas de 1960 e 1970, em função do modelo agro-exportador, acarretaram enormes alterações na produção familiar, tendo em vista que os agricultores viram-se diante da necessidade de se inserir num novo contexto de produção, bem como adotar um modelo produtivo com implementação de tecnologias modernas e conseqüente integração ao complexo industrial.

Essa transformação foi justificada, num primeiro momento, pela necessidade de aumentar a produção de alimentos para combater a fome no país, com o argumento de que o sistema de agricultura tradicional era pouco eficiente na produção de alimentos, de modo que era necessário modernizá-lo. Sendo assim, o sistema de produção foi introduzido no Brasil através do chamado "pacote tecnológico"<sup>31</sup>, e o Estado, para isso, valeu-se do sistema de crédito subsidiado, da assistência técnica e da pesquisa pública e privada, bem como do apoio de cooperativas, sindicatos e até mesmo de igrejas, que acreditavam ser esta proposta viável para a pequena produção<sup>32</sup>.

O resultado dessa "agricultura moderna" foi, no entanto, muito diferente do preconizado, de proporcionar maior eficiência em relação à agricultura tradicional, pois com o desenvolvimento da agricultura supostamente não haveria mais fome no país, mas, em contraposição, os reflexos são sentidos até hoje na história da agricultura familiar, conforme as conclusões de Neto.

Descapitalização dos agricultores familiares que precisam fazer altos investimentos para acompanhar o modelo tecnológico, destruição do meio ambiente com fertilizantes químicos altamente solúveis, uso intensivo de maquinários, dependência dos agricultores da indústria, pois, na "agricultura moderna", o agricultor apenas planta e colhe, ficando a indústria com a parte mais segura e lucrativa, que é o fornecimento de insumos, o beneficiamento e a distribuição da produção, resultando numa remuneração cada vez menor para o agricultor, redirecionamento produtivo através do incentivo aos produtos de exportação em detrimento da produção de alimentos, déficit energético mostrando que o modelo de "agricultura moderna" consome muito mais energia do que produz (1997, p. 56).

A partir do exposto acima, percebe-se a legitimação do Estado na formação de uma economia de mercado, através do tripé capital, trabalho e Estado, o que Mészáros (2002) denomina de tripé sociometabólico, ou seja, onde o trabalho é a base de sustentação do capital

---

<sup>31</sup> Segundo Sampaio (2003), essa dependência da importação de tecnologia gerou graves problemas na economia nacional, visto que o Brasil exporta produtos primários e importa produtos industrializados (p. 26).

<sup>32</sup> Dados consultados no informativo Senac, disponível em: [www.senac.br/informativo](http://www.senac.br/informativo). Acesso em 12/02/2007.

e a única forma de condicionar ativamente a reprodução do modo de produção capitalista legitimado pelo Estado<sup>33</sup>.

Todas as mudanças no trabalho e na produção indicam aparentemente mais produção com menos trabalho. No entanto, no caso da agricultura familiar, os investimentos na produção com agroindústria, ao contrário, condicionam ao aumento do trabalho através do endividamento subsidiado.

As empresas integradoras utilizam o termo subsidiado, mas na verdade o que elas condicionam é um empréstimo, ou um adiantamento para o processo de produção, o que é uma forma de manter a exclusividade da produção e subordinar o agricultor a pagar mais caro pelos insumos do que no mercado em geral.

Nesse contexto, institui-se a “modernização” da agricultura familiar, a partir da integração com as agroindústrias, que tem como pressuposto a vinculação do trabalho do agricultor familiar ao sistema de mercado. Segundo Szmrecsányi (1990), nas modernas economias capitalistas, predominantemente urbanas e industriais, a maior parte da produção não se destina ao autoconsumo, mas ao mercado, o que implica diretamente a dissociação da relação da figura do produtor e do consumidor.

Desse modo, as relações entre ambos deixam de ser diretas e passam a ser mediadas por um grande número de agentes<sup>34</sup> e instituições<sup>35</sup>, o que se denomina sistema de mercado, ou sistema de comercialização. Essa relação aparentemente moderna, que vincula a agricultura familiar a grandes redes de relações sociais, constitui a formação da atual conjuntura de trabalho na agricultura familiar, mas que, em sua essência, continua estabelecida na relação específica capital-trabalho.

Nessa relação, ainda que o agricultor familiar mantenha-se como proprietário dos meios de produção, a partir do momento que ele se integra com a agroindústria, perde totalmente a autonomia e é subjugado às relações de mercado. Em outras palavras, da mesma forma que no espaço urbano, estão dadas e instituídas as condições de apropriação pelo sistema capitalista de produção no campo, pois ao integrar-se com a agroindústria, o agricultor não produz mais individualmente, mas de forma coletiva, e não produz um produto apenas, mas um determinado produto<sup>36</sup> estabelecido por uma determinada relação social capitalista.

---

<sup>33</sup> Oliveira (2003) reforça que o papel do Estado, na regulamentação de políticas públicas, é o de criar as bases para que a acumulação capitalista industrial, no nível das empresas, possa se reproduzir (p.40).

<sup>34</sup> Empresas multinacionais que beneficiam a matéria prima, no caso da integração com a agroindústria.

<sup>35</sup> Neste caso, fazemos referência aos bancos que financiam as tecnologias necessárias para a modernização do campo.

<sup>36</sup> Seja na produção de suíno, frango, fumo, a relação que se estabelece é a mesma, de subjugação ao mercado do modo de produção capitalista.

Segundo a concepção de Kageyama (1987),

Pode-se inferir que o complexo agroindustrial evidencia a sujeição formal do trabalho ao capital com expropriação e venda de força de trabalho ao capitalista e também a sujeição real, quando ocorre uma “apropriação” do modo de trabalhar pelo capital. Assim, o trabalhador, inclusive do campo, perde o conhecimento da totalidade do processo, passando a dominar apenas parte da elaboração de um produto (*apud*, FABRINI, 2003, p.125).

Sendo assim, há um aspecto central no que se refere ao trabalho e à produção. O trabalho na cidade e no campo, ainda que com suas especificidades, está submetido a uma mesma lógica de produção capitalista, a uma mesma relação social. Por essa razão, elementos como padrão tecnológico, mercado, trabalho assalariado, propriedade, trabalho precarizado, temporário, estão presentes em todas as situações de trabalho inclusive no trabalho do agricultor familiar, o que nos faz observar uma ampliação do trabalho, ainda que não do assalariamento, indicando que o trabalho continua sendo algo central na vida das pessoas tanto no campo como na cidade.

O capital desenvolve mecanismos de dominação sobre a agricultura, explorando os agricultores familiares sem expropriá-los de sua terra. Tal situação nos faz refletir sobre o que representa a terra na atualidade, já não mais tão central quanto o capital para a criação de mercadorias.

A subordinação da pequena produção agrícola é ressaltada por Graziano da Silva (1982), quando o autor classifica a pequena produção em três grupos, isto é, em três formas diferentes de subordinação:

1 - formas subordinadas ao proprietário fundiário. Nestes casos, a extração do excedente ocorre através do pagamento da renda da terra por parte do parceiro (sob forma de uma porcentagem da produção comercial ou de subsistência); pagamento da renda numa quantidade fixa de produção ou de dinheiro pelos arrendatários; obrigação por parte do parceiro ou arrendatário de trabalhar na propriedade em certos serviços por salários inferiores aos regionais;

2 - formas subordinadas ao capital comercial. As formas de extração do excedente podem ser assim resumidas: capacidade de financiamento controlada pelo comerciante, que repassa o crédito aos produtores a taxas mais elevadas que as do sistema financeiro oficial; abastecimento de produtos (alimentos e insumos) aos pequenos produtores cobrando-lhes preços superiores aos do mercado; compra antecipada da produção a preços inferiores aos do mercado. Deve-se notar que em muitos casos o próprio proprietário da terra cumpre o papel de capitalista comercial;

3 - formas subordinadas às agroindústrias e cooperativas capitalistas. Neste caso a subordinação se dá através do financiamento dos insumos e da

---

assistência técnica, criando no pequeno produtor uma dependência e forçando-o à adoção de novas tecnologias; e também, através da venda num mercado monopólio de matéria-prima agrícola (GRAZIANO SILVA, 1982, p.24).

Nesse contexto, as formas de subordinação apresentadas por Graziano, em meados da década de 1980, expressam a situação vivenciada pelos agricultores familiares de Pelotas, integrados à agroindústria no cultivo do fumo. Na verdade, o agricultor pode passar de uma esfera de subordinação à outra sem ao menos se dar conta disso: ele acredita que se encontra livre, mas, na realidade, está na condição de subordinado, seja qual for a condição em que se encontra.

Para compreender essa relação, é necessário estabelecer o que é integração, e o que muda no trabalho e na produção integrados à agroindústria. As mudanças ocorrem em todos os aspectos, principalmente na forma de produzir, assim como a relação da força de trabalho com o processo de produção, no caso da integração.

Paulilo define a integração como:

uma forma de articulação vertical entre empresas agroindustriais e pequenos produtores agrícolas, em que o processo de produção é organizado industrialmente, ou o mais próximo possível desse modelo, com aplicação maciça de tecnologia e capital. São produtores integrados aqueles que recebendo insumos e orientação técnica de empresas agroindústrias, produzem matéria-prima exclusivamente para a indústria integrada (1990, p. 19).

A partir desse contexto, o integrado é submetido à homogeneização das condições técnicas, ou seja, as empresas transferem para as mãos de pequenos agricultores parte das atividades necessárias à produção de matérias-primas industriais, mas não transfere a autonomia com relação à maneira de produzir, pois esta é uma cláusula necessária para se atingir o padrão e o nível de acumulação a que as empresas se propõem.

Para Strieder (2000), o interesse na modernização agrícola e agroindustrial extrapola os interesses nacionais, uma vez que as multinacionais produtoras de fertilizantes, máquinas agrícolas e sementes marcam decisiva presença na mudança do processo produtivo. Somente a empresa integradora pode vender ao agricultor os insumos necessários e somente ela pode comprar dele a matéria-prima. Essa dependência delega à empresa o poder de controle sobre todo o processo produtivo, visto que as visitas periódicas dos instrutores técnicos têm o objetivo não somente de orientar, mas também de controlar a obediência às instruções.

Dessa forma, na agricultura, os agricultores são desintegrados<sup>37</sup> da produção para posteriormente retomarem a produção de outro produto, que aparentemente se institui como algo “novo”. E mesmo mudando a forma de produzir, e mesmo mudando o produto, não produz para o auto-sustento, mas para o mercado, para o outro. Assim, para integrar-se no modelo produtivo integrado, segundo Strieder, o agricultor

necessita reconstruir suas atitudes, suas ações, seu modo de relacionamento com o mundo, seu conceito de mundo, seus dogmas, suas verdades e concepções. Ele terá que ser reconstruído como um ser humano novo e diferente, para um mundo adverso do seu, até então (2000, p. 52-53).

A mudança começa no momento em que ambas as partes, agricultor e agroindústria, estabelecem na forma de um contrato, o tipo de matéria-prima a ser produzida pelo integrado, permitindo exclusividade da entrega da produção, visto que a empresa integradora subsidia a produção, prestando assistência técnica com o objetivo dos integrados atenderem aos constantes e modernos padrões técnicos, critérios estes que se constituem em medidas drásticas de seleção, diante da crescente descapitalização dos agricultores não integrados.

Observa-se hoje que a reintegração por meio da agroindústria já não consegue se manter. Os depoimentos dos agricultores e instrutores da indústria do fumo, que serão apresentados nos próximos capítulos, revelam a transformação em curso de agricultores integrados a “empreendedores”, não sem contar com a dispensa de muitos deles, desestimulados a continuar produzindo.

---

<sup>37</sup> Com o fechamento de determinadas indústrias (no caso de Pelotas, a indústria de aspargo e de morango) desintegra os produtores de determinada atividade para num outro momento integrá-los a produzir um novo produto (fumo) junto a empresas multinacionais.

## CAPÍTULO II

### DE AGRICULTOR A TRABALHADOR INTEGRADO À AGROINDÚSTRIA

Neste capítulo procuramos contextualizar o campo de pesquisa, assim como apresentamos as trajetórias de trabalho das famílias integradas à agroindústria na produção de fumo, observando as mudanças no trabalho, na produção e no produto do agricultor.

#### 2.1 Contextualização da região de Pelotas/RS

A pesquisa foi desenvolvida no interior de Pelotas, no 6º distrito Santa Silvana. A escolha pelo interior de Pelotas para realizar a pesquisa de campo, deu-se pela identificação, pelas minhas origens, com o espaço rural, mas principalmente por trazer à tona a questão que trata das mudanças no trabalho e na produção da agricultura familiar num aspecto crítico, buscando apreender o movimento contraditório das relações sociais entre campo e cidade.

Pelotas é uma cidade localizada no Estado do Rio Grande do Sul, na encosta sudeste, às margens do canal São Gonçalo, que liga as lagoas dos Patos e Mirim, as maiores do Brasil, no extremo sul do país.

Figura 1. Mapa do Estado do Rio Grande do Sul



Fonte: [www.estado.rs.gov.br/governo/mapa](http://www.estado.rs.gov.br/governo/mapa)

Colonizada por imigrantes alemães (em sua maior parte pomeranos<sup>38</sup>) e também por imigrantes portugueses, a colonização portuguesa predomina na cidade, enquanto que os alemães predominam na zona rural de Pelotas.

A cidade é conhecida como a capital nacional do doce, pela sua tradicional Fenadoce, festa dos famosos doces de origem portuguesa.

Projetada no contexto regional como cidade universitária, conta com três universidades: Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Universidade Católica de Pelotas (UCPEL) e Faculdade Atlântico Sul, além de um Centro Federal de Educação Tecnológico (CEFET-RS) e o Colégio Agrotécnico Visconde da Graça (CAVG), vinculado à UFPEL. Possui também duas escolas estaduais, 104 escolas municipais e 32 escolas particulares<sup>39</sup>.

Conta ainda com uma infra-estrutura cultural de dois teatros, cinco museus, dois cinemas, uma casa de cultura, 20 centros de tradições e uma biblioteca pública, localizados na zona central da cidade.

A população geral de Pelotas, segundo dados do IBGE/ITEPA, é de 342.513 habitantes<sup>40</sup>, sendo distribuída em 325.662 mil habitantes no espaço urbano, o que representa um percentual de 95,08%, e 16.851 mil habitantes, que corresponde a 4,92%, no espaço rural distribuídos em nove distritos<sup>41</sup>.

O Estado do Rio Grande do Sul<sup>42</sup>, no ano 2000, concentrava cerca de 10,5 milhões de habitantes, sendo 80,5% situados na zona urbana, enquanto que 19,5% permanecem no campo. Na comparação do município de Pelotas com o Estado, já observamos as discrepâncias que o município apresenta.

Esses dados alarmantes mostram as profundas transformações que ocorrem no campo, e que conseqüentemente alteram tanto a vida no campo como nos centros urbanos.

---

<sup>38</sup> O Pomerano é um dialeto, ou seja, uma língua dialetal, legítima como outra qualquer, uma língua que só tem sentido falada, só é inteligível no mundo da reciprocidade. Fonte: Dossiê Brasil Rural, nº 64, 2004-2005.

<sup>39</sup> Fonte: Secretaria municipal de Educação de Pelotas/RS.

<sup>40</sup> Fonte: IBGE/ITEPA, 2006.

<sup>41</sup> 1º distrito: Colônia Progresso, 2º distrito: Colônia Z3, 3º distrito: Cerrito Alegre, 4º distrito: Triunfo, 5º distrito: Cascata, 6º distrito Santa Silvana, 7º distrito: Quilombo, 8º distrito: Rincão da Cruz, e o 9º distrito: Monte Bonito.

<sup>42</sup> Fonte disponível em: [www.estado.rs.gov.br](http://www.estado.rs.gov.br). Acesso em: 12/03/2007.

Tabela 01 - População urbana e rural do município de Pelotas de 1970 a 2005

Censo ano	Total	%	Urbano	%	Rural	%
1970	207.869	100%	154.827	74,49%	53.042	25,51%
1980	259.950	100%	204.803	78,79%	55.143	21,21%
1991	291.100	100%	265.192	91,10%	25.908	8,90%
1996	307.667	100%	282.713	91,89%	24.954	8,11%
2000	323.034	100%	300.952	93,2%	22.082	6,08%
ITEPA - 2005	342.513	100%	325.662	95,08%	16.851	4,92%

Fonte: IBGE/ITEPA – 2006

A tabela 1 confirma uma drástica redução da população rural a partir de 1991. Ou seja, de 1991 até 2005, a população rural teve uma redução de 9.057 pessoas, o que aponta para o aumento gradativo da população periférica da zona urbana de Pelotas e expressa as mudanças na produção da vida e as transformações no trabalho, antes mencionadas, além das estratégias de buscar trabalho externo e a saída do campo para o perímetro urbano.

Segundo dados do ITEPA<sup>43</sup>, esse resultado pode ser conseqüência da "agricultura moderna" preconizada a partir da década de 50 com intuito de fomentar a industrialização do campo. No entanto, deixamos claro que nossa análise não parte do princípio de que a modernização da agricultura seja a causa das transformações da vida no campo, muito pelo contrário, a modernização é a forma encontrada pelo capital de continuar se reproduzindo, constituindo-se numa necessidade do próprio capital.

A intensificação do êxodo rural<sup>44</sup> da população no município de Pelotas entre 1970 a 2005 chegou ao patamar de 36 mil habitantes, ocasionando profundas transformações sociais no conjunto de sua população. Por conseqüência, essa intensificação contribui para a extensão do aglomerado urbano e, contraditoriamente, na medida em que o campo vai sendo abandonado, propicia o acúmulo de terras nas mãos de poucos<sup>45</sup>.

A tabela a seguir serve como subsídio, no sentido de ampliar a análise e fazer um comparativo com outras regiões do Estado.

<sup>43</sup> Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria – Universidade Católica de Pelotas, UCPEL.

<sup>44</sup> Meireles, Eduardo Amaral. Indicadores da população no eixo Pelotas/Rio Grande (Zona Sul), ITEPA, Universidade Católica de Pelotas – UCPEL, 2002.

<sup>45</sup> De acordo com o Incra, no Brasil, cerca de 3% do total das propriedades rurais do país são de latifundiários e ocupam 56,7% das terras agricultáveis.

**Tabela 02 - População urbana e rural, taxa de urbanização e variação absoluta nos municípios da Zona Sul e no Estado do Rio Grande do Sul 1970, 1980, 1991, 1996 e 2000.**

Município	1970			1980		1991		1996		2000		
	Urbana	Rural	Tx. Urb. %	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Tx. Urb. %
Amaral Ferrador	-	-	-	-	-	729	5.188	900	4.364	1.132	4.609	19,7
Arroio Grande	9.112	9.098	50,0	10.777	5.872	13.499	4.651	15.157	3.380	15.692	3.464	81,9
Bagé	59.302	32.103	64,9	70.005	30.130	92.324	26.643	94.695	20.962	97.269	21.478	81,9
Caçapava do Sul	13.449	21.948	38,0	17.372	15.662	20.349	14.269	20.543	13.407	19.191	15.257	55,7
Candiota	-	-	-	-	-	-	-	2.912	4.245	2.648	5.406	32,9
Canguçu	5.195	57.256	8,3	8.878	46.947	13.811	36.556	15.437	34.608	17.685	33.742	34,4
Capão do Leão	-	-	-	-	-	16.110	2.338	18.653	2.383	21.350	2.364	90,0
Cerrito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.968	2.957	57,3
Chuí	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.884	309	94,0
Cristal	-	-	-	-	-	2.647	3.428	3.512	3.025	4.014	2.618	60,5
Herval	2.181	5.773	27,4	2.762	4.521	3.695	3.474	4.130	3.418	4.436	4.026	52,4
Hulha Negra	-	-	-	-	-	-	-	2.235	2.768	2.405	2.944	45,0
Jaguarão	16.625	5.826	74,1	18.185	5.078	22.961	4.794	24.973	4.846	27.186	2.903	90,4
Morro Redondo	-	-	-	-	-	2.048	4.022	1.977	3.981	2.151	3.848	35,9
Pedro Osório	8.167	8.094	50,2	9.411	5.605	10.694	4.168	10.582	4.080	7.291	816	89,9
Pelotas	154.827	53.042	74,5	204.803	55.147	265.192	25.908	282.713	24.954	300.952	22.082	93,2
Pinheiro Machado	4.376	9.884	30,7	6.239	8.117	8.465	6.931	9.204	4.098	10.114	4.356	69,9
Piratini	2.856	21.588	11,7	5.566	14.560	7.024	10.631	8.284	9.063	9.477	9.562	49,8
Rio Grande	103.921	12.567	89,2	137.093	9.022	165.025	7.397	171.420	6.836	179.422	7.333	96,1
S. Vitoria do Palmar	11.812	11.646	50,4	15.896	11.274	25.896	8.566	28.107	5.947	27.949	5.347	83,9
Sant. Da Boa Vista	1.217	10.426	10,5	1.767	7.160	2.861	5.547	3.489	5.041	3.822	4.801	44,3
São José do Norte	4.698	14.126	25,0	7.784	13.963	13.510	8.561	15.399	7.368	17.286	6.506	72,7
S.Lourenço do Sul	9.842	30.044	24,7	14.080	27.523	18.918	22.502	21.602	20.925	23.468	20.230	53,7
Turuçu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.636	2.072	44,1
<b>Total Z. Sul</b>	<b>407.580</b>	<b>303.421</b>	<b>57,3</b>	<b>530.618</b>	<b>260.581</b>	<b>705.758</b>	<b>205.574</b>	<b>755.924</b>	<b>189.699</b>	<b>805.428</b>	<b>189.030</b>	<b>81,0</b>
<b>Total R. G. S.</b>	<b>3.553.006</b>	<b>3.111.885</b>	<b>53,3</b>	<b>5.252.465</b>	<b>2.524.747</b>	<b>6.996.542</b>	<b>2.142.128</b>	<b>7.581.230</b>	<b>2.056.452</b>	<b>8.310.995</b>	<b>1.868.806</b>	<b>81,6</b>
<b>Part. Z.S./R.G.S</b>	<b>11,5</b>	<b>9,8</b>		<b>10,1</b>	<b>10,3</b>	<b>10,1</b>	<b>9,6</b>	<b>10,0</b>	<b>9,0</b>	<b>9,7</b>	<b>10,1</b>	

Fonte: Censo Demográfico – 1970, 1980, 1991, 1996 e 2000. IBGE - SIDRA

**Zona Sul**<sup>46</sup> — Como se constata na tabela 02, a Zona Sul passa por transformações marcantes. Em 1970 a população rural correspondia a 42,7% enquanto a do Rio Grande do Sul era de 46,7%. No ano 2000 a população rural da Zona Sul era de apenas 19% e a do Estado era 18,4%.

Quanto ao êxodo rural na Zona Sul, no período analisado, a redução da população rural, em termos absolutos, foi bastante elevada (114.391), ao contrário do Estado, onde o êxodo rural foi maior na década de setenta. Na Zona Sul, a década de oitenta registrou números mais elevados, sendo que na década de setenta, na Zona Sul, o número de pessoas que abandonaram o meio rural chegou a 42.840, o que em termos percentuais caracteriza 14%; na década de oitenta 55.007 ou 21% e, na de noventa, 16.544 ou 8%. É importante relatar ainda a estabilização da população rural durante o período (1996-00), contrário ao que vem ocorrendo no Estado como um todo.

**Rio Grande do Sul** — o êxodo rural no Rio Grande do Sul, assim como nos demais estados do Brasil, provocou uma verdadeira transformação social. O êxodo rural teve começo a partir do desenvolvimento industrial do Brasil, principalmente após a década de cinqüenta. Em 1970 a população rural já era minoria absoluta, ou seja, apenas 46,7%. Passados 30 anos (período da análise) a população rural reduziu-se drasticamente e chega ao ano 2000 correspondendo a apenas 18,4% do total, totalizando assim uma transferência absoluta do campo para a cidade de 1.243.079 pessoas.

Segundo Scheneider, o processo de industrialização no Rio Grande do Sul.

Pode ser entendido por duas correntes distintas: a primeira faz referência a industrialização por substituição das importações, da qual Paul Singer é um dos expoentes, mostrando que o Rio Grande do Sul teve seu primeiro surto industrial no final do século XIX, quando em função da escassez e do encarecimento dos produtos importados, surgiram atividades fabris urbanas que buscavam substituir as mercadorias importadas por produtos manufaturados locais. A segunda corrente, se destacam os trabalhos de Pesavento (1983,1988,1991), ressalta que a industrialização no Rio Grande do Sul vincula-se ao processo de acumulação de capital realizado pelos agentes mercantis que atuam como intermediários entre a economia agropecuária colonial e os mercados consumidores da capital e de cidades importantes da época como Rio Grande e Pelotas. Esse processo se dava através da expropriação dos colonos via monopólio de preços e produtos estabelecidos pelos comerciantes que podiam assim acumular recursos e reinvestir seu capital na formação de pequenas atividades fabris, dando origem à industrialização (*apud* SCHENEIDER, 2004, p.50)

Nesse contexto, reafirmamos a importância deste estudo que procura mostrar justamente que não há limites entre o rural e o urbano, que as condições enfrentadas no campo não se

---

<sup>46</sup> Zona Sul: Corresponde aos 24 municípios localizados na região Sul do Estado do Rio Grande do Sul.

diferem do espaço urbano, que a luta pelo trabalho é diária e constante, seja no campo ou na cidade.

O redirecionamento produtivo através do incentivo aos produtos de exportação em detrimento da produção dos alimentos básicos agrava ainda mais a situação da agricultura familiar. O incentivo da produção de fumicultura é um exemplo. É a contradição em processo. Há subsídios para produzir para exportação mas, por outro lado, a produção de alimentos que atende as necessidades essenciais da vida, da condição humana, não é de interesse do capital, afinal ele só se reproduz produzindo miséria humana.

Atualmente, a economia de Pelotas é voltada para o comércio em geral, indústria de laticínios, produção de hortifrutigranjeiros, assim como também se caracteriza como grande produtora de arroz e rebanho bovino de corte, além de frigoríficos e expansão do agronegócio.

**Tabela 03 - Produção de Fumo em Pelotas, de 2003 a 2005**

	<b>Produção (Tonel)</b>	<b>Área Plantada (ha)</b>
<b>2003</b>	<b>6.555</b>	<b>3.450</b>
<b>2004</b>	<b>9.889</b>	<b>4.391</b>
<b>2005</b>	<b>9.998</b>	<b>4.942</b>

**Fonte:** www.redetabacozero.net

A produção de monocultura do fumo, como mostram os dados da Tabela 03, é a cultura que se intensificou a partir de 2000, principalmente nas pequenas propriedades, substituindo o cultivo do aspargo, morango, soja, entre outras culturas.

No entanto, as indústrias ligadas ao reflorestamento para produção de celulose têm sido a atividade econômica emergente em toda região de Pelotas, implicando a produção de mais um produto para exportação, que visa atender a demanda de países ricos como os EUA, de modo que 70% da produção de celulose na América Latina<sup>47</sup> é utilizada para a fabricação de embalagens e lenços de papéis, que sustenta o consumo de 347 quilos pessoa/ano nos EUA, enquanto que no Brasil o consumo é de 38 quilos pessoa/ano<sup>48</sup>.

<sup>47</sup> O Uruguai já apresenta 700 mil hectares de eucaliptos plantados, a Argentina 500 mil hectares, o sul do Chile 2 milhões de hectares e no Rio Grande do Sul já são 260 mil hectares plantados. Fonte: Mulheres e eucaliptos: fertilidade e aridez. Maria Ignez S. Paulilo e Iraldo Alberto Alves Matias. In.: Artigo Revista Ambiental. Disponível em: www.ambientalbrasil.com.br. Acesso em: 10/05/06.

<sup>48</sup> Portanto, os países pobres pagam o ônus de sustentar o consumo mundial, através da "venda" de suas florestas nativas e de sua terra agriculturável, sem falar dos problemas ambientais causados pela grande concentração de água necessária à fabricação de celulose, já que a água acumulada pelas chuvas é insuficiente, podendo então afetar o lençol freático das regiões. Fonte: Idem a anterior.

Em 2006, um grupo de mulheres ligado a movimentos de defesa dos trabalhadores do campo, em especial a Via Campesina, foi condenado unanimemente pela imprensa por destruir um laboratório de plantas da Aracruz Celulose no Rio Grande do Sul, em protesto contra a produção de eucaliptos e pinus para a produção de celulose.

Paulilo e Matias (2006)<sup>49</sup> mostram também que as mulheres do movimento da Via Campesina no Rio Grande do Sul, a partir desse protesto, têm buscado chamar a atenção para as conseqüências nocivas causadas ao meio ambiente, assim como para a produção de pasto utilizado na criação do gado leiteiro, que se cria em meio à vegetação nas matas nativas.

Portanto, não se trata de um ato de vandalismo e sim uma tentativa consciente de chamar a atenção para um grave problema ambiental e social, pois a produção de eucaliptos necessita de poucos trabalhadores especializados em árvores exóticas e não de agricultoras especializadas em fazer brotar alimentos dos solos.

Atualmente o governo brasileiro tem incentivado a produção monocultora de cana-de-açúcar e mamona para ampliar a produção de combustível, mais uma vez priorizando uma produção monocultora com vistas à exportação.

Segundo dados da pesquisa desenvolvida por Alves (2006), a monocultura de cana-de-açúcar no Estado de São Paulo tem contribuído para o aumento do número de trabalhadores mortos por excesso de trabalho. O autor revela que as mudanças no processo de trabalho na década de 90 estão entre os principais motivos do aumento das mortes. Na década de 80, a média de corte por cortador de cana era de seis toneladas, expandindo na década de 90 para doze toneladas/homem/dia<sup>50</sup>. Por esse motivo, a produtividade média cresceu 100%<sup>51</sup>, o que não se reflete no pagamento, já que os cortadores de cana recebem por produção, tendo assim que se submeter e se adequar às determinações dos donos do capital, sob condições de trabalho que produzem a morte humana.

---

<sup>49</sup> Fonte: Idem a anterior.

<sup>50</sup> Segundo Alves (2006), o fato dos trabalhadores hoje terem uma produtividade duas vezes superior à da década de 80, deve-se ao aumento da quantidade de trabalhadores disponíveis para o corte; à possibilidade de seleção mais apurada pelo departamento de recursos humanos que consiste na seleção dos mais jovens, à redução da contratação de mulheres e à possibilidade de contratação de trabalhadores oriundos de regiões mais distantes de São Paulo (norte de Minas, sul da Bahia, Maranhão, Piauí). A seleção apurada permite ainda que as usinas implementem a contratação por período de experiência, onde os trabalhadores que não conseguem atingir a nova média de produção (12 toneladas de cana por dia) são demitidos antes de completarem três meses de contrato.

<sup>51</sup> Um trabalhador que corta em média 12 toneladas de cana por dia de trabalho realiza as seguintes atividades: caminha 8.800 metros; despende no mínimo 133.332 golpes de podão (caso necessite dar mais de um golpe para cada cana colhida); carrega 12 toneladas em montes de 15 kg, em média, cada um. Logo, ele faz 800 trajetos e 800 flexões levando 15 kg nos braços por uma distância de 1,5 km; faz aproximadamente 36.630 flexões e entorses torácicos para golpear a cana; perde em média 8 litros de água por dia, pois realiza seu trabalho sob sol forte, poeira, da fuligem expelida pela cana queimada, trajando uma indumentária que o protege, da cana, mas aumenta a temperatura corporal. Fonte: Alves 2006.

Nesse contexto, percebemos as várias formas que o capital adquire na sua incessante busca por valorização, onde cria e recria as condições para sua reprodução sem limites, subjugando as relações sociais, pois não importam as condições em que o ser humano vive, mas sim o que ainda pode ser explorado pelo capital transnacional<sup>52</sup>, no caso, a Aracruz celulose.

## 2.2 Situando o campo de pesquisa

O 6º distrito de Pelotas — Santa Silvana — encontra-se localizado na parte norte do município, considerado como Serra dos Tapes, na divisa com o município de São Lourenço do Sul. Sua colonização teve início em 1888, composta, em sua maioria, por descendentes pomeranos, seguidos de alemães, italianos e portugueses. Atualmente, a maior parte dos habitantes é de origem alemã e se comunica usando o dialeto pomerano<sup>53</sup>.

Estima-se que no distrito encontram-se 700 pequenas propriedades rurais e cerca de 4107 habitantes, dentre estes 1700 são eleitores<sup>54</sup>.

No aspecto social<sup>55</sup>, o distrito possui duas escolas de ensino fundamental, sete comunidades religiosas (sobretudo Evangélica e Protestante), salões de baile, 14 casas comerciais, uma central telefônica e um posto de saúde<sup>56</sup>.

A intenção de realizar a pesquisa de campo em Santa Silvana, com base nas mudanças no trabalho e na produção da agricultura familiar, justifica-se pelas dificuldades encontradas pelos agricultores do distrito em continuar produzindo sua vida integrados à agroindústria na produção de determinada cultura, neste caso, o fumo. Tal situação, no entanto, não é somente

---

<sup>52</sup> Em 2006, uruguaios e argentinos protestaram contra a instalação de uma empresa de beneficiamento de celulose na fronteira entre ambos os países, fechando uma das principais vias de acesso que faz a fronteira entre os países, a ponte do rio Uruguai, onde seria instalada a empresa. Os manifestantes asseguraram que, além de explorar a produção de celulose, o beneficiamento do produto no local não gerará empregos; é uma das fontes de maior poluição, e através de acordos com o governo anterior do Uruguai, teria isenção de impostos podendo transformar-se em zona franca. Fonte: Noticiário Telesur Data: 03/05/06.

<sup>53</sup> O fato da pesquisadora também dominar o dialeto pomerano, facilitou em muitos momentos a comunicação durante a entrevista.

<sup>54</sup> Dados do censo IBGE 2000. Logo, com a emancipação de dois distritos vizinhos, a estimativa é que com os novos dados do recenseamento em 2007, o número exato de habitantes em Santa Silvana reduza em cerca de 50%.

<sup>55</sup> Dados coletados na entrevista com o Sub-prefeito do 6º distrito de Pelotas, Santa Silvana. 3010/2006.

<sup>56</sup> O médico que presta serviço à comunidade reside numa casa sediada pela subprefeitura, que seria destinada à implantação de um museu, mas que não foi concluído devido a vários fatores, dentre os quais o péssimo estado de conservação da mesma. O museu estava a cargo da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), que desconhecia a precariedade do prédio, e por este motivo não queria destinar a casa para moradia do médico, mas como a população estava precisando de um profissional da saúde e não de um museu, representantes da comunidade formaram uma comissão e foram até a Reitoria da Universidade expor os anseios da comunidade, e após uma reunião foi proposto que a comunidade reformaria a casa e a cederia ao médico (PEREIRA, 2002, p. 44).

uma realidade vivenciada pelos agricultores do interior de Pelotas, mas se reflete em outros segmentos da sociedade, impelidos pelo movimento do capital.

Nesse sentido buscamos, a partir da realidade aparente, contraditória, do município, mecanismos que viabilizem compreender a atual conjuntura do contexto da agricultura familiar. Para tanto, foi preciso, num primeiro momento, levantar algumas fontes sobre a situação social do distrito em análise.

Segundo informações colhidas com o sub-prefeito, as estradas e pontes encontram-se em precárias condições, necessitando de alargamento para escoar a produção<sup>57</sup>. Destaca ainda, como aspecto favorável, o sistema de troca-troca de sementes de milho, fornecimento de mudas de batata-doce e alevinos de peixes, parceria mantida junto ao Sindicato Rural de Pelotas.

Na prestação de serviços à comunidade, pontua os serviços de retro-escavadeira na cavação de cacimbas, que entre os anos de 2005 e 2006, beneficiou em torno de 100 famílias de agricultores.

As casas residenciais, em sua maioria, são de alvenaria, com energia elétrica e antenas parabólicas, sendo que algumas possuem telefonia rural. As propriedades são constituídas de 10 a 20 hectares de terra, o que as caracteriza como agricultura familiar. Estas abasteciam as feiras da cidade com a produção de alimentos. Hoje, ao contrário, produzem para as grandes empresas multinacionais no processo de integração com a agroindústria na monocultura do fumo.

**Tabela 04 - Produção em (Tonel) e área plantada em (ha) das principais lavouras no município de Pelotas - RS, 2005**

<b>Produtos</b>	<b>Área plantada</b>	<b>Área colhida</b>	<b>Produção Total</b>
<b>Arroz</b>	<b>10.000</b>	<b>8.217</b>	<b>35.333</b>
<b>Fumo</b>	<b>4.942</b>	<b>4.942</b>	<b>9.998</b>
<b>Milho</b>	<b>8.500</b>	<b>8.500</b>	<b>8.160</b>
<b>Soja</b>	<b>6.000</b>	<b>6.000</b>	<b>6.300</b>
<b>Cebola</b>	<b>300</b>	<b>300</b>	<b>1.800</b>
<b>Batata</b>	<b>300</b>	<b>300</b>	<b>1.500</b>
<b>Feijão</b>	<b>1.000</b>	<b>1.000</b>	<b>600</b>

Fonte: IBGE/RS -SDDI<sup>58</sup>

<sup>57</sup> Segundo o Sub-prefeito, a patola encontra-se em péssimas condições.

<sup>58</sup> In.: Banco de dados da Zona Sul RS. Boletim informativo nº17. Editora EDUCAT, UCPEL, 2006.

No aspecto econômico a tabela 04 indica que além do cultivo do arroz que é produzido principalmente pelos latifundiários, a monocultura do fumo<sup>59</sup> é a economia que se destaca no município de Pelotas, principalmente no 6º distrito em Santa Silvana, já que veio em substituição à produção de policulturas, como indica o relato abaixo:

Antes de plantar fumo, se plantava aspargo, morango, milho, batata doce, abóbora, cebola, batata inglesa, pimenta, soja, repolho, tomate, se vendia leite, ou seja, se plantava de tudo um pouco. (Hilda Scherverske, 82 anos, moradora do distrito).

Segundo Salamoni, a região era dedicada ao plantio de produtos destinados ao consumo familiar, no entanto:

Na década de 1950 começou a reverter o quadro de uma agricultura colonial que se baseava na consolidação de uma estrutura produtiva capaz de assegurar, acima de tudo, a subsistência dos membros da família (através da apropriação direta dos frutos do seu trabalho), vem ocorrendo em Santa Silvana uma tendência crescente em direção à especialização produtiva voltada para o mercado industrial (2001, p. 220).

Com base nesse contexto, passamos a apresentar aspectos da história de vida e trabalho de famílias hoje integradas à agroindústria de fumo do município em estudo.

### **2.3 As trajetórias de trabalho de famílias integradas à agroindústria na produção do fumo**

São poucos os estudos sobre o mundo do trabalho que priorizam o procedimento de análises de trajetórias, como se vê em autores como Aued (2006), Kofes (2001), Bosi (1987), Ferreira (2004), entre outros.

A partir das entrevistas na pesquisa de campo, devemos delinear trajetórias de trabalho em seus movimentos constantes: ora de estruturação, ora de reestruturação dos segmentos laborais que se encontram freqüentemente em conflito, mediante a memória do indivíduo. Segundo Aued, “a palavra do entrevistado não é proferida ao acaso, mas por meio de uma demanda sociológica, é uma referência, um ponto de partida para a reflexão, jamais o final do trabalho. A entrevista é apenas um meio que permite ao sociólogo construir progressivamente a sua teorização” (2006, p. 50).

---

<sup>59</sup> O sub-prefeito de Santa Silvana ressalta ainda que os insumos sobem de 15 a 20% ao ano, enquanto o produto sobe 5%, não só no fumo, como também na produção de hortifrutigranjeiros.

Portanto, trajetórias de trabalho podem ser entendidas como percursos de trabalho na produção da vida material, resultado de ações e práticas desenvolvidas pelas pessoas em situações específicas através do tempo. Assim, apreender as trajetórias de trabalho, sua constituição, em situações singulares da agricultura familiar, ou, de acordo com compreensão de Kofes, que entende trajetórias como “o processo de configuração de uma experiência social singular” (2001, p. 27), resulta em algo de fundamental importância.

Desse modo, pretendemos entender as dimensões do trabalho no interior da sociedade capitalista de produção, ou seja, os desdobramentos na forma do trabalho manual, intelectual, com a incorporação de trabalho coletivo no campo. Dito de outro modo, pretendemos apreender o homem no movimento histórico, como produto e produtor de sua história.

Para tanto, à análise de sua trajetória social, precisamos conhecer sua singularidade e compreender as especificidades de suas experiências.

Nesse sentido, três obras foram de fundamental importância na escolha da metodologia de pesquisa: a primeira delas é a obra de Ecléa Bosi, *Memória e sociedade: lembranças de velhos*, de 1987, na qual a autora explora o que é ser velho na sociedade capitalista, em meio à memória dos personagens; sua tese parte da gênese de opressão que a memória dos velhos está submetida, numa sociedade pragmática que desvaloriza qualquer que seja o trabalhador.

A segunda obra é a de Bernadete Wrublevsk Aued, *O sapateiro militante – José Peba Pereira dos Santos*, de 2006, onde a autora, a partir da entrevista biográfica, explora traços coletivos de um sujeito social inserido em relações contraditórias, numa sociedade marcada por desigualdades sociais e regionais gritantes, por meio da vida de José Peba Pereira dos Santos.

E a última, faz referência à obra de Adélia Doraci de Oliveira Ferreira, *A batalha pela sobrevivência no mundo do trabalho: trajetórias ocupacionais de egressos do ensino fundamental*, de 2004. A autora busca, a partir das trajetórias ocupacionais, analisar as estratégias adotadas pelos jovens egressos do ensino fundamental, na inserção e manutenção no mundo do trabalho.

Nas três obras, são evidenciadas as conexões entre o contexto social e a trajetória individual. Ou seja, ao focalizar a singularidade de uma trajetória, várias relações vêm à tona, o que, na consideração de Bosi, reforça a ideia que “lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado” (1987, p.17).

Para tanto, entendemos ser relevante a metodologia de pesquisa que compõe trajetórias e histórias de vida, pois essa ferramenta consiste, segundo Aued, “fazer o entrevistado rememorar os episódios de sua vida e dar-lhes uma interpretação. Ela contribui para

inscrevê-lo numa determinada temporalidade, articulando passado, presente e futuro. Ou seja, a pesquisa insere o narrador numa história que tem sentido” (2006, p. 50).

Ainda dentro dessa perspectiva, para Hobsbawm, a história de pessoas comuns é compreendida por “pessoas extraordinárias”, uma vez que suas histórias são constituídas de experiências acerca do que pensam da vida e o que e como realizam seu trabalho. É a história humana de homens e mulheres que, segundo o autor, “o que realizam e pensam faz a diferença. Pode mudar a cultura e o perfil da história (1998, p.7-8)”.

Nesse contexto, procuramos, a partir das entrevistas, constituir as trajetórias de trabalho, apreender as mudanças no seio da agricultura familiar e seu desdobramento na integração com a agroindústria e as implicações na vida e no trabalho desses agricultores.

### **A família de Hilda Scherverske**

Dona Hilda nos conta que aprendeu a fazer algumas contas, pois em seu tempo era preciso estudar apenas a tabuada e aprender a assinar o próprio nome. Aos 85 anos, mora numa pequena propriedade rural, juntamente com o filho, nora e três netos.

Erno, seu filho, tem 50 anos e sua esposa 45 anos, ambos estudaram até a 3ª série do Ensino Fundamental. Já o neto de 20 anos concluiu a 5ª série, o de 19 anos terminou o Ensino Médio e está trabalhando como operador de caixa num mercado da cidade e tem interesse em fazer faculdade, já que a remuneração é muito baixa. Sua neta de 11 anos está na 6ª série, mas diz não gostar da escola, pelo transtorno do deslocamento provocado pela nucleação das escolas rurais<sup>60</sup>.

Diante das mudanças na produção, a principal atividade produtiva da família se constitui na produção de fumo, seguida de soja. Antes da integração com a indústria na produção do fumo, plantavam culturas diversas: aspargo, morango, milho, batata doce, abóbora, cebola, batata inglesa, pimenta, soja, entre outros.

O trabalho era realizado manualmente, com o uso da enxada, foice, entre outras ferramentas. Para lavrar a terra contavam com a tração do trabalho animal, com junta de bois ou cavalos, como também para passar a capinadeira nas lavouras.

---

<sup>60</sup> Com a nucleação das escolas, as crianças foram deslocadas do espaço rural para escolas sedes, através do transporte escolar. Isso implica em retirar as crianças ainda pequenas do espaço coletivo rural no qual estão inseridas e transportá-las para a sede, que geralmente está localizada próxima ao perímetro urbano.

No tempo de dona Hilda, seu pai transportava a produção de carroça para a cidade, vendia e trazia os mantimentos que não eram produzidos em casa.

Assim, antes de fazer a integração com a fumageira, o filho de dona Hilda produzia aspargo e morango, que eram vendidos para as fábricas (as empresas visitavam os agricultores e negociavam a compra, às vezes elas já tinham uma média de preço, mas geralmente o agricultor só ficava sabendo do preço quando recebia o recibo de entrega da fábrica, que era entregue pelo carregador, contratado pela mesma para recolher a produção diária em horários pré-estipulados). A outra produção era vendida para comerciantes ou feirantes que abasteciam tanto supermercados como feiras livres. É importante ressaltar que as fábricas não faziam integração. A relação era comercial de compra e venda de produtos.

Com o fechamento das fábricas (Extra Fruta, Ágape, Sell, Cicasul, Almeida, Minuano), deixaram de produzir essas culturas que geravam um bom retorno financeiro.

Sem mercado, a produção de aspargo foi erradicada e o preço do morango despencou, em vista da super produção. Todos os agricultores da região plantavam quase que as mesmas culturas, portanto, era necessário mudar a produção.

Atualmente, com a integração na produção de fumo, o trabalho é realizado com máquinas (trator, arado, pulverizador, plantadeira, disco).

No entanto, algumas mudanças já se evidenciaram desde o começo da integração. Quando a iniciaram, em 1990, a empresa oferecia todos os subsídios para que plantassem cada vez mais fumo. Hoje, ao contrário, a empresa quer que se diminua a área plantada; continuam financiando os adubos, mas não a construção de novas estufas.

Desse modo, os instrutores, na elaboração dos projetos de área a ser plantada, sempre sugeriam que o plantio fosse aumentado, e tudo era financiado, desde a estufa, sementes, adubos, pesticidas, máquinas, tudo para produzir com qualidade. Logo, não produziam outras culturas, a remuneração do fumo era muito boa e não havia mais tempo para trabalhar com outra produção.

Hoje em dia, quando o instrutor faz o projeto da área a ser cultivada, ao contrário, aconselha para que a família plante menos, argumentando e sugerindo que é preciso trabalhar com outras culturas e não depender só do plantio fumo. Com isso, as empresas dizem que “não querem ver o agricultor mal”, e sugerem para os agricultores que entrem na produção de mamona.

Uma das grandes mudanças percebidas pela família, na integração da produção de fumo, é que passaram a trabalhar mais, até tarde da noite, sem horário para terminar o trabalho. Na época de safra, jantam e seguem trabalhando além da meia noite, pois não podem deixar o

fumo passar do ponto de colher. Durante o dia colhem, levam a produção para o galpão, e à noite precisam escolher e classificar o fumo. Esse processo leva uns quatro dias seguidos, tempo necessário para encher uma estufa. Logo após, inicia o processo de secagem (cura)<sup>61</sup> das folhas, pois a folha necessita de um rigoroso controle no processo de cura para que tenha homogeneidade na secagem e para que garanta, assim, a qualidade assegurada.

Também neste momento do processo o trabalho é árduo. Toda família, menos dona Hilda, trabalha na produção do fumo. Por sua vez, seu Erno destaca que para a realização de tal trabalho é preciso estudar no mínimo até a 5ª série do Ensino Fundamental, mas para aplicar as novas tecnologias<sup>62</sup> seria necessário estudar, no mínimo, até a 8ª série. No entanto, a vontade de continuar ou parar de estudar depende somente dos filhos, de modo que os pais a consentem. O filho que concluiu o Ensino Médio e trabalha na cidade não gostava de trabalhar na lavoura.

Economicamente, a integração no cultivo do fumo, segundo a família Scherverske, somente garante a manutenção do pagamento das contas, o que os remete a buscar outras alternativas, mas resta saber qual. O filho de dona Hilda sugere que seria bom se tivesse uma cooperativa para troca de mercadorias e que o Sindicato Rural estivesse à frente do projeto, assim teriam como pensar uma ação conjunta.

---

### **A família de Aldo Tuchtenhagen**

Uma das principais características das famílias que vivem no campo é um dos filhos do casal de agricultores cuidar dos pais e morar na mesma propriedade.

Seu Aldo mora com a esposa, filho e os pais sexagenários. Ambos concluíram a 3ª série do Ensino Fundamental e, em seu tempo, trabalharam com a produção de aspargo, morango, milho e mantinham uma boa produção de leite para comercializar.

Todo trabalho era manual e pouco mecanizado. A produção era comercializada diretamente com as indústrias e os comerciantes. Após o fechamento das indústrias, a

---

<sup>61</sup> A cura é a transformação de folhas recém colhidas de coloração verde, porém maduras, num produto final de coloração laranja, com elasticidade, brilho e aroma agradável. Cartilha de orientações técnicas do fumo, Virgínia Universal Leaf Tabacos, safra 2004/2005.

<sup>62</sup> Quando fala em novas tecnologias, faz referência ao entendimento necessário na produção integrada, na elaboração do contrato, no uso dos venenos, ou seja, compreender melhor cada processo de trabalho, que é determinado pelo instrutor da indústria.

produção ficou insustentável e a situação foi se agravando, pois os comerciantes pagavam o mínimo, devido à alta oferta.

Seu Aldo, de 49 anos, e sua esposa, concluíram a 5ª série do Ensino Fundamental e moram com o filho de 20 anos, que concluiu o Ensino Médio.

Atualmente a principal atividade no campo é a produção de fumo, sendo que o filho trabalha com o transporte de cargas para a empresa integradora.

Uma das grandes mudanças na integração destacada pelo agricultor é o subsídio da produção, pois assim o agricultor não precisa desembolsar dinheiro na hora de plantar. Nota também que as alterações no decorrer da integração se deram em relação às fusões pelas quais as empresas têm passado para se fortalecer frente ao mercado.

A esposa de seu Aldo, junto com o sogro e alguns empregados diaristas, estão à frente do trabalho na colheita do fumo. Já o filho trabalha no transporte de cargas, assim como seu Aldo, que de janeiro a julho faz o transporte do fumo de toda a região para a fábrica.

A maior mudança provocada na produção integrada do fumo é a exigência de um trabalho organizado e controlado. No entanto, a família pretende continuar na produção.

Seu Aldo ressalta ainda que o preço do fumo está muito defasado em decorrência do dólar estar em baixa e adverte que a redução no plantio é de 30% e que a tendência é reduzir ainda mais esse número. Em contrapartida, a empresa propõe o plantio do cultivo da mamona e do reflorestamento. As empresas exigem que, em cada 10 hectares de cultivo de fumo, dois hectares sejam destinados ao reflorestamento, para o próprio consumo, já que a lenha utilizada no processo de secagem do fumo não é subsidiada na integração.

Nesse panorama, seu Aldo, assim como o discurso da empresa integradora, culpa os colonos que não fazem a classificação correta dentro dos padrões de qualidade, pois se o produto tiver qualidade, ele terá mercado.

Isso denota que as empresas integradoras determinam totalmente a produção e classificação da folha do fumo. Um único funcionário da empresa determina a qualidade do produto, o que vai refletir diretamente no valor do produto para o agricultor.

---

## A família de Hugo Sievert

Seu Hugo, 57 anos, e dona Elmira, 54 anos, concluíram a 4ª série do Ensino Fundamental. O filho do casal, de 30 anos, e sua esposa Elizangela, de 27 anos, estudaram até a 5ª série.

Mantínham uma produção diversificada composta por morango, batata, abóbora, cebola, pimenta, repolho, tomate, entre outros. O trabalho era realizado manualmente e a produção era comercializada com a indústria e vários feiristas. Em meio às mudanças ocorridas na agricultura, a produção diversificada foi sendo aos poucos substituída, já que não tinham mais para quem vender os produtos; as fábricas<sup>63</sup> determinaram falência, e muitas delas ficaram devendo aos agricultores.

A mudança que a família Sievert mais destaca, com a produção do fumo, é a da intensificação do trabalho. Ou seja, trabalham bem mais, até a noite, mas se pudessem escolher alguma outra cultura, mudavam imediatamente. O calor do fogo na reposição da lenha durante o processo de secagem prejudica a visão; é um trabalho que requer disponibilidade durante todo o ano.

Iniciam o trabalho às seis da manhã. Todos integrantes homens e mulheres participam igualmente na realização do trabalho. Primeiramente, é feita a colheita, em seguida a secagem, e após o fumo é transportado para o galpão. A produção exige um tempo exato na lavoura, não pode passar desse tempo para adquirir uma boa qualidade. Desse modo, o trabalho não pode parar, faça sol ou faça chuva, e quando a folha do fumo está pronta para colher, tem de ser colhida. No galpão, prepara, separa, prende as folhas numa máquina que as costura rentes a uma vara (uma arroba de fumo, ou seja, 15 kg) onde ela deve ser levada para a estufa, dando início ao processo de secagem.

---

<sup>63</sup> As fábricas que compravam os produtos eram: Ágape, Cicasul, Extra Fruta, Almeida, Minuano, Sell.

**Figura 02- Estufa convencional com fumo**



Todo cuidado deve ser tomado no controle da temperatura da estufa para que a qualidade do produto não sofra alterações. Enquanto as folhas secam na estufa, uma outra já está sendo preparada.

Para a família Sievert, no início da integração, a empresa incentivava a produção. Por exemplo, o agricultor quisesse plantar 40 mil pés, era incentivado a cultivar 60 mil para aproveitar “o ano bom”, e se cultivava 80 mil pés, a empresa queria que plantasse 100 mil. Agora, se o agricultor quer plantar 80 mil pés, a empresa quer reduzir para 60 mil, justificando a baixa do dólar, que dificulta a exportação.

Todo subsídio, menos a lenha consumida no processo de secagem, é financiado, desde o adubo, o veneno até a estufa<sup>64</sup>, e os demais são pagos anualmente, em cada safra.

Toda produção envolve o uso de fertilizantes, que são subsidiados pela empresa, a compra dos mesmos fora da empresa prejudica a venda do fumo, pois a empresa não se compromete em comprá-lo.

Até o ano passado, todos os integrantes da família estavam trabalhando no plantio do fumo, mas, recentemente, com a redução da plantação, o filho está fazendo uma experiência de cultivo de soja numa granja com a qual mantém parceria.

---

<sup>64</sup> A estufa tem um prazo de cinco anos para ser paga.

Por essa razão, a família está voltando a plantar culturas que compõem os produtos de subsistência, como: feijão, cebola, batata doce e milho para os animais, já que plantaram menos fumo. Até então, plantavam somente fumo, tudo era comprado, não tinham tempo e o ganho com a cultura compensava.

Atualmente, a produção de fumo não está satisfazendo a família Sivert, mas por enquanto, não vêem outras alternativas, têm financiamentos com a empresa e bancos, de modo que precisam produzir fumo para liquidar as contas.

A produção do fumo é toda manual, usam apenas o trator. “Muito trabalho no sol, no verão, sol quente. É de novembro a março colhendo, e depois até julho escolhendo e depois já começa a criar as mudas”, diz seu Hugo.

---

### **A família de Armindo Frank**

Seu Armindo, 54 anos, casado, pai de quatro filhos (um de 35 e outro de 18 anos, ambos com a 4ª série do Ensino Fundamental, e as duas filhas que terminaram o Ensino Médio). A filha mais velha trabalha no magistério e mora com o marido. A outra filha de 20 anos tem vontade de conseguir um trabalho na cidade, pois agora está trabalhando no fumo, que é a principal atividade agrícola da família.

Antes da integração, produziam uma cultura diversificada, como: morango, cebola, batata, milho e aspargo. O trabalho era realizado com cavalos para lavrar a terra, passar capinadeira e os instrumentos mais utilizados eram a enxada e a carroça. A produção era comercializada com a indústria (aspargo e morango) e com os comerciantes.

A família substituiu a produção diversificada porque o custo de produção, segundo eles, aumentou e as fábricas com as quais comercializavam fecharam suas portas, não conseguindo assim mais mercado.

Seu Armindo fala que “com a integração mudou bastante, tem um bom rendimento, considera que é a melhor produção até agora e não observa alterações na integração desde que começou sua produção”. Toda a família trabalha exclusivamente no plantio de fumo e destacam que na integração a grande mudança está relacionada ao aumento do trabalho durante todo o ano, seguindo a jornada até à noite, pois a estufa necessita de reposição de lenha de duas em duas horas, de modo que pai e filho se revezam.

A partir dos oito anos de idade, os filhos ajudam na lavoura, fazem serviços mais leves, ajudam nas tarefas domésticas, a cozinhar e limpar a casa. Quanto aos estudos, os pais salientam que hoje estudar até a 8ª série é necessário, pois as coisas mudaram, e na época deles não era preciso.

Além do fumo, a família produz feijão, batata, batata doce e verduras para o consumo, criam galinhas, porcos, vacas e comercializam leite.

A família do seu Armindo diz estar satisfeita com a produção de fumo.

---

### **A família de Ilvo Weber**

Seu Ilvo, 48 anos, casado, pai de dois filhos, trabalha na cultura do fumo com a esposa, os filhos e a nora. Seu Ilvo apenas cursou a 2ª série e sua esposa a 4ª série, enquanto que os filhos, ambos de 14 anos, estudaram até a 4ª e 5ª série do Ensino Fundamental.

A história do seu Ilvo não é diferente das demais: antes produzia cebola, morango, batata, de tudo um pouco. O trabalho era manual, com enxada, ajuda de cavalos para passar capinadeira, arado e uso de carroça. Vendiam a produção para as fábricas e comerciantes, mas logo tiveram que mudar a produção porque tudo que produziam era muito barato e as indústrias haviam fechado.

De acordo com seu Ilvo, na integração do fumo, a produção mudou para melhor, porque dispõe de tecnologia e se ganha mais dinheiro. E, desde que se integraram à agroindústria, observa que a empresa ficou mais exigente no melhoramento da classificação.

Toda família trabalha diretamente no plantio de fumo. Além dessa cultura, produzem para o consumo feijão, milho, verduras, criam galinhas, porcos, vacas e comercializam parte do leite.

Atualmente seu Ilvo diz estar satisfeito com a produção do fumo, mas se continuar o rebaixamento da classificação, acredita que vão ter que parar. E acrescenta “antes era melhor, tinham os quitandeiros, a gente vendia laranja, ovos, e tudo que a gente plantava, mas terminou tudo. Hoje se trabalha com tecnologia, mas com muito trabalho manual, então a gente planta mais, e trabalha mais”.

---

### **A família de Edemundo Ramm**

Seu Edemundo, 54 anos, e sua esposa, estudaram até a 3ª e 4ª série do Ensino Fundamental. Os dois filhos estudaram até a 5ª série e a filha, de 20 anos, concluiu o Ensino Médio e almeja cursar uma faculdade.

Seu Edmundo é uma pessoa que está permanentemente em busca de alternativas para continuar produzindo a vida no campo. Até o ano de 2005 produziu fumo, porém mudou para o cultivo do arroz em terras arrendadas.

Antes de produzir fumo no processo integrado, plantava culturas variadas, morango, batata, cebola, policulturas. O trabalho era todo manual e os produtos eram comercializados com as fábricas e os feiristas. Com a falência das fábricas, a solução foi integrar-se à agroindústria e produzir fumo.

Hoje, está buscando trabalhar com a cultura do arroz, pois a família decidiu parar com a produção do fumo devido à longa jornada de trabalho. No cultivo do arroz, o trabalho se faz com a intensificação do uso de máquinas.

O agricultor ressalta que a mudança de uma agricultura diversificada para uma integrada, como ocorre no cultivo de fumo, implica em muito trabalho pesado, sem previsão de tempo, sol quente, chuva, de modo que o trabalho precisa ser feito, todos os dias trabalhando num só produto, não pode parar, senão perde qualidade e, conseqüentemente, perde preço.

Enfatiza ainda que, no início da integração, muitas pessoas eram procuradas para plantar fumo, eram convidadas, pois era a única produção que iria dar lucro. Mas com o tempo, com a reclassificação, as empresas começaram a baixar os preços (por exemplo: o fumo BO1 que era comercializado por R\$ 80,00 o fardo com 50 kg, passou para CO1 que em média varia entre R\$ 60,00 e R\$ 50,00).

Seu Edemundo nos conta também que o processo de integração funcionava da seguinte forma: após a firmação do contrato a empresa fazia uma estimativa do que deveria ser produzido, então se o agricultor ultrapassava essa estimativa eles não compravam sua produção, mas se o agricultor não alcançava a produção estimada recebia uma multa, pois alegavam que poderia ter vendido o fumo para outra empresa.

Reforça ainda que quando o fumo tinha um excelente valor de mercado, cerca de R\$80,00, apareciam compradores externos, ou seja, os atravessadores, empresas que pagavam à vista pelo fumo. Então os agricultores se viam seduzidos pelo preço e o dinheiro em

imediatamente. Em função disso, as empresas integradoras adotaram esse rigoroso controle ao seu favor, de aplicar multas caso não alcançassem a estimativa de produção determinada.

Toda família do seu Edemundo trabalhava no fumo, muitas vezes até o começo da madrugada, e às 5 horas da manhã já estavam de pé, e às 6 horas já saíam para o trabalho. Relata ainda que a empresa está sempre articulando mecanismos para o agricultor incorporar as tecnologias, como no caso da estufa elétrica, que deveria facilitar o trabalho, mas não o aliviou, ou seja, a maior parte do trabalho é feita manualmente.

A empresa faz pressão para incorporar as novas tecnologias. Isso aumenta os empréstimos, pois precisam adaptar-se às normas da empresa, uma vez estando integrados.

Hoje existem três sistemas de estufas:

**Estufa convencional:** as folhas são ajustadas numa vara e costuradas com uma máquina (como se fosse de costura) e depois são penduradas num andaime no alto da estufa, pois devem ficar há uma certa altura para que o processo de secagem se dê lentamente (o calor do fogo passa por grandes canos de metal que liberam calor).

**Figura 03 - Estufa convencional**



Estufa LL: sistema de grades onde as folhas são empilhadas, espalhadas soltas em cima das grades.

**Figura 04- Estufa LL**



Estufa com grampos: as folhas do fumo são presas, prensadas pelo grampeador e colocadas nos trilhos dentro da estufa.

**Figura 05- Estufa com grampos**



Para a família do seu Edemundo, a produção de fumo, com o alto uso de inseticidas, provoca alterações na saúde<sup>65</sup>. Diz o agricultor acerca disso: “muitas vezes íamos ao posto de

---

<sup>65</sup> As implicações na intoxicação com agrotóxicos no cultivo do fumo pode se dar de duas formas, segundo Silva: aguda a curto prazo, lenta a longo prazo. A primeira é através do contato direto com o produto nocivo, através da ingestão, aspiração ou absorção pela pele de elementos tóxicos. Os sintomas como dor de cabeça, e tonturas são os mais freqüentes, o que se confunde com uma indisposição rotineira retardando o tratamento que para a segunda forma. A contaminação por agrotóxico causa doenças como: cânceres, lesões hepáticas, lesões renais, distúrbios do sistema nervoso, esterilidade masculina, reações alérgicas, mutagêneses, fibrose pulmonar irreversível, hiperglicemia, hipertimia e diminuição das defesas do organismo. SILVA, Marineide. *A fumicultura*

saúde para fazer soro, passava mal e tinham que procurar o posto de saúde. O médico dava uma injeção e aplicava soro. A folha do fumo exala um cheiro muito forte que prejudica a saúde, gera mal estar. O calor do fogo, quando a noite se está dormindo e se acorda para verificar o fogo, esse calor do fogo acaba queimando a visão, a temperatura do forno é muito alta. Muitas pessoas já precisam usar óculos”.

Seu Edemundo atualmente está no cultivo do arroz, mas ainda não sabe como vai ser, pois planta em sociedade com outro agricultor, pelo menos o trabalho no cultivo do arroz é feito quase que inteiramente com o auxílio de máquinas.

Em sua propriedade, estão cultivando dois hectares de mamona, como teste, já que finalizaram com a produção de fumo.

---

### **A família de Hilda Frank**

Dona Hilda, de 81 anos, mora com o filho, nora e dois netos, um rapaz de 24 anos e a neta de 20 anos. Estudou até a 3ª série, assim como o filho, sendo que a nora e o neto estudaram até a 4ª série do Ensino Fundamental. Já a neta concluiu o Ensino Médio em Técnico em Agroindústria e pretende fazer uma faculdade.

No tempo de dona Hilda, o trabalho era realizado manualmente com a ajuda de cavalos para manusear a terra. A produção era diversificada, plantavam-se culturas variadas que eram comercializadas com a fábrica e comerciantes. No entanto, com o passar do tempo, vieram as mudanças e a agricultura diversificada foi incorporada à agroindústria na integração do cultivo de fumo.

As mudanças retratam que hoje se cultiva uma única cultura, que tem comercialização garantida. Quanto ao trabalho, este mudou bastante e tudo precisa ser feito na hora certa. A empresa exige que cada vez mais se produza com mais tecnologia, produção com qualidade, que “seja bom para ambos”, querem um produto bom para dar um preço melhor.

A integração ocorre a partir da assinatura do contrato, onde o agricultor recebe todos os subsídios, assistência técnica e cursos de manejo da produção.

Hoje, o filho de dona Hilda, juntamente com a esposa e os filhos, trabalha no fumo, de modo que plantam uma única cultura. No entanto, como a safra não foi boa nos últimos anos, já diminuíram a área plantada, e estão pensando em outra alternativa.

Para a família Frank, a produção de fumo já esteve boa, mas hoje há uma insatisfação, porque a produção foi afetada pelo rebaixamento da classificação, em função das secas, o que fez com que se diminuísse a produção e também a qualidade. Como exemplo disso, o fumo, considerado de boa qualidade, era comercializado entre R\$ 70,00 a R\$ 80,00, e atualmente caiu para R\$ 40,00 a R\$ 45,00, em média.

Nesse panorama, a família Frank, que chegou a plantar 120 mil pés de fumo, atualmente planta 70 mil. A redução do plantio serviu principalmente para diminuir a despesa e aumentar a qualidade do produto. Assim, reduzem o trabalho no fumo, sobrando tempo para trabalhar em outra atividade, que já está em fase de elaboração na construção de um açude que servirá para outra função.

O propósito da família Frank é nos próximos anos parar com o cultivo do fumo e se dedicar a produzir hortifrutigranjeiros, pois entendem que não podem ficar somente numa cultura.

## CAPÍTULO III

### O TRABALHO E A ESCOLARIZAÇÃO DO AGRICULTOR INTEGRADO

A trajetória de trabalho dos agricultores familiares de Santa Silvana, não se esvanece em singularidades, mas compreende todo um contexto social determinado pela constante movimentação de ampliação do capital.

#### 3.1 O que caracterizava o trabalho do agricultor

Antes de se integrar à agroindústria, o trabalho era realizado pela família e se constituía a partir do trabalho manual, onde a diversificação de culturas atendia fundamentalmente às necessidades da reprodução do contexto da vida familiar comercializando o excedente. Segundo dona Hilda, “seu pai levava a produção de carroça para a cidade, vendia e trazia os mantimentos que não produziam em casa”.

Plantavam de tudo (batata, feijão, tomate, cebola, milho, abóbora, pimenta, repolho, batata doce), policulturas que constatamos em todas as entrevistas. Além disso, todas as propriedades possuíam uma criação de animais (vacas, porcos e frangos) que, assim como na produção agrícola, comercializavam o excedente com os comerciantes.

Havia também uma relação de mercado com as fábricas<sup>66</sup> na produção de aspargos e morangos:

Plantavam aspargo e morango, que eram vendidos para as fábricas (as empresas visitavam os agricultores e negociavam a compra, às vezes elas já tinham uma média de preço, mas geralmente o agricultor só ficava sabendo do preço quando recebia o recibo de entrega da fábrica, que era entregue pelo carregador, contratado pela mesma para recolher a produção diária em horários pré-estipulados). A outra produção era vendida para comerciantes ou feirantes que abasteciam tanto supermercados como feiras livres. Com o fechamento das fábricas, deixaram de produzir essas culturas que geravam um bom retorno financeiro. (Família Hilda Scherverske).

As fábricas quebraram, muitas nem pagaram, ficaram devendo para os agricultores (Família Hugo Sievert).

Com o fechamento das fábricas não tinham para quem vender, os preços eram muito baixos (Família Armindo Frank).

---

<sup>66</sup> O desencadeamento do fechamento das fábricas em Pelotas, foi influenciado pelo movimento do capital, na ampliação do mercado mundial determinado pela globalização da economia.

Com a falência das fábricas, a solução foi integrar-se à agroindústria e produzir fumo (Família Edemundo Ramm).

O aspargo, assim como os morangos, eram safras sazonais, pois ocorria entre os meses de outubro a dezembro e tinham um impacto favorável em termos de rendimento para os agricultores, além de lhes possibilitar continuar durante os outros meses a produção de outras culturas. Com as mudanças econômicas, fruto do próprio movimento do capital, as fábricas começaram a falir e a produção de aspargo foi erradicada, pois se tratando de um produto de exportação, não havia mercado consumidor.

O tempo de trabalho era determinado pela natureza, ou seja, trabalhava-se até o anoitecer. O agricultor ainda tinha alguma autonomia sobre o seu trabalho, o que Marx denomina de trabalho em geral:

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua vida. Ao atuar por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu domínio (1983, p. 149).

As ferramentas de trabalho eram compostas pela enxada, foice, capinadeira, arado e a carroça para transportar a produção. O trabalho era realizado manualmente com a ajuda de tração animal (cavalos ou juntas de bois) para a lavração das terras e transporte da produção. Já a seleção de sementes era feita na propriedade, assim como para a correção do solo eram cultivadas pastagens que, além de alimentar os animais, serviam como adubação para o terreno. O esterco produzido pelos animais também servia como adubo orgânico.

No entanto, isso ocorreu em um determinado tempo na história já ultrapassado, pois com o desenvolvimento das forças produtivas surgiram novas necessidades que foram sendo incorporadas para que a vida no campo continuasse a ser produzida.

### **3.2 Mudanças com a integração**

A agricultura familiar passa por profundas mudanças tanto na forma de produzir como na sua constituição, pois antes da integração com a agroindústria, o agricultor tinha uma certa relação com o produto do seu trabalho, já que este atendia em parte suas necessidades, ao

passo que o integrado à agroindústria passa a produzir uma única mercadoria de forma determinada, atendendo às necessidades do capital, na produção para outros.

Marx, na passagem a seguir, ajuda a compreender este processo de alienação do trabalhador:

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão, o trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadoria cria. Com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O objeto que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como um ser estranho, como um poder independente do produtor (2003, p. 457).

Dessa forma, à medida que o agricultor produz fumo, o trabalho objetivado na produção torna-se estranho ao agricultor, não pertencendo mais ao agricultor, mas sim exterior a ele, objetivada no produto, tornando-se algo autônomo frente a ele:

O estranhamento do trabalhador em seu objeto se expressa, pelas leis nacional-econômicas, em que quanto mais o trabalhador produz, menos tem para consumir, que quanto mais valores cria, mais sem-valor e indigno ele se torna; quanto melhor formado seu produto, tanto mais deformado ele fica; quanto mais civilizado seu objeto, mais bárbaro o trabalhador; que quanto mais poderoso o trabalho, mais impotente o trabalhador se torna; quanto mais rico de espírito o trabalho, mais pobre de espírito o servo da natureza se torna o trabalhador (MARX, 2003, p.460).

Nesse contexto, na produção do cultivo de fumo, o trabalho passa a ser determinado externamente pelas empresas integradoras, a partir do assessoramento dos instrutores agrícolas, tanto na realização do trabalho como no manejo das tecnologias inseridas no processo de produção.

Essa determinação externa implica ainda em exclusividade na comercialização do fumo, visto que na integração toda produção é subsidiada pela empresa, o que lhe confere exclusividade da produção (mercadoria).

Os últimos anos a gente se dedicou, só mais há uma cultura, e também tem a comercialização garantida, tem para quem vender. No trabalho mudou bastante, tem que se fazer tudo na hora certa, tudo precisa estar pronto (Família Edevino Frank)

A empresa exige que em dez hectares, dois devem ser destinados para o reflorestamento, para consumo da lenha que não é subsidiada (Família Aldo Tuchenhagen).

O trabalho é bem mais do que antes, até a noite, se pudesse escolher outra coisa mudava hoje mesmo, o calor do fogo estraga a visão, é um serviço que tu tem que fazer todo o ano, é muito trabalho. Das 6 da manhã até as 11 horas da noite, só pára pra comer (Família Hugo Sievert).

Muito trabalho pesado, sem previsão de tempo, sol quente, chuva, o trabalho precisa ser feito, todos os dias trabalhando num só produto, não pode parar, senão perde qualidade, e perde preço (Família Edemundo Ramm).

Constatou-se no decorrer das entrevistas que as maiores mudanças no processo integrado de produção estão relacionadas aparentemente à introdução de um pacote tecnológico, viabilizado a partir do subsídio da empresa integradora, ou via instituições financeiras que levam ao endividamento.

Hoje o trabalho é realizado com máquinas (trator, arado, pulverizador, plantadeira, disco) (Família Hilda Sherverske).

A produção de fumo exige um trabalho organizado, controlado (Família Tuchenhagen).

Eles querem que cada vez mais produza com mais tecnologia, produção com qualidade, que “seja bom para ambos”, querem um produto bom para dar um preço melhor (Família Edevino Frank).

Na plantação de fumo aumentou muito o trabalho, mais horas de trabalho, nos primeiros anos a renda era boa, e agora baixou muito. Estava tão bom que os colonos faziam o preço, e agora a empresa, se a produção não tiver pronta, ela fica, a empresa não tem interesse, nem leva (Família Hugo Sievert).

A mudança na produção integrada dá mais trabalho todo ano, até a noite, pois de duas em duas horas precisa colocar lenha na estufa, então pai e filho se revezam (Família Armindo Frank).

A estufa elétrica era para facilitar o trabalho, mas não aliviou. A empresa faz pressão para incorporar as novas tecnologias, o que aumenta os empréstimos, pois precisam se adaptar às normas da empresa (Família Edemundo Ramm).

Mudou para melhor, agora tem tecnologia, mas com muito trabalho manual, então a gente planta mais, e trabalha mais... (Família Weber).

Observamos, pelos depoimentos, que as máquinas não aliviam o sofrimento no trabalho, muito pelo contrário, servem para intensificar e revolucionar o trabalho. Segundo Marx:

O objetivo do capital quando emprega maquinaria tem por finalidade baratear as mercadorias, encurtar a parte do dia de trabalho da qual precisa o trabalhador para si mesmo, para ampliar a outra parte que ele dá gratuitamente ao capitalista. (MARX, 2002, p.427).

Percebemos, na fala da família Weber a contradição que o sistema integrado expressa, no momento em que ele diz, a um só tempo, que o trabalho mudou para melhor, uma vez que agora há tecnologia, mas isso não fez com que o trabalho diminuísse, pois agora produzem uma única cultura, onde plantam mais, de modo que o trabalho continua sendo praticamente manual, de forma prolongada e intensificada.

Isso denota uma aparente modernização com a tecnologia. Aí se encontra a aparente modernização do campo, junto com a solução produto, neste caso o fumo, a que Silver<sup>67</sup> (2005) se refere no movimento de ampliação do capital. Ou seja, a produção de fumo inclui um aparato tecnológico que é uma necessidade inerente à reprodução do capital.

Desse modo, o capital cria soluções (no passado foi a produção de aspargos, hoje a produção de fumo, depois a mamona, etc.) que a autora determina como solução produto, que em sua essência gera novas contradições provocando constantemente o conflito entre capital e trabalho.

Nesse contexto, a integração com a agroindústria na produção de monocultura força os agricultores a uma demanda de trabalho organizado, repetitivo, monótono, com extensas jornadas, determinado tecnicamente e economicamente por instâncias externas, características da expressão do trabalho, de um modo geral, das grandes indústrias. No entanto, também estão presentes no campo.

O agricultor detém em parte os meios de produção, pois hoje não produz mais sementes modificadas, de modo que por trás dele há todo um aparato tecnológico que o condiciona ao endividamento<sup>68</sup>, e assim não produz para si, mas produz uma determinada mercadoria para outros.

A partir dessas trajetórias de trabalho foi possível constatar que o ciclo de trabalho no cultivo do fumo é ininterrupto, pois quando finda a safra, todo o processo de plantio começa novamente; é um ciclo fechado de trabalho organizado durante todo ano, e cuja produção é repetitiva, exaustiva, com extensas jornadas de trabalho, sob fiscalização constante dos instrutores, além de estar obrigada a atender às necessidades e exigências de qualidade<sup>69</sup> do mercado mundial.

Desse modo, a agricultura familiar, na produção integrada, está impregnada numa relação social capitalista, submetida às demandas e variações do mercado mundial. Ou seja,

---

<sup>67</sup> Em sua obra *Forças do trabalho: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870*, Silver (2005), ao tratar do conflito capital-trabalho como um processo histórico de escala mundial, identifica quatro respostas estratégicas usadas pelos capitalistas frente ao surgimento de movimentos trabalhistas: “a solução espacial” (relocação geográfica da produção); a “solução tecnológica/organizacional” (a introdução de tecnologias para reduzir a mão-de-obra e a reestruturação das organizações corporativas, o que inclui a expansão da terceirização e de relações trabalhistas contingentes); a “solução de produto” (o deslocamento do capital para novas linhas de produção, menos sujeitas à competição e aos conflitos); e a “solução financeira” (o deslocamento integral do capital da produção para as finanças e a especulação).

<sup>68</sup> Todos os entrevistados possuem financiamentos em andamento, seja através do Pronaf ou através das agroindústrias.

<sup>69</sup> Quando o agricultor manda o primeiro fumo para a empresa, toda a família fica muito apreensiva para ver se vai passar pela classificação que fizeram, pois dependendo disso, o preço se altera; é o momento mais esperado.

está submetida ao movimento do capital que é uma condição necessária do sistema capitalista de produção, à medida que precisa constantemente reativar sua autovalorização.

O agricultor integrado à agroindústria não se reconhece no processo de trabalho. Primeiro por produzir uma única cultura que não serve para satisfazer suas necessidades vitais, e depois porque produz com alto índice de fertilizantes<sup>70</sup>, venenos, sementes modificadas<sup>71</sup>, em suma, tecnologias que não aliviam sua atividade, mas, pelo contrário, exigem uma intensificação das jornadas de trabalho.

Isso remete à ampliação no trabalho, não fundamentada na relação de assalariamento<sup>72</sup>, mas na forma de inserção de um pacote de tecnologias que aparentemente facilitam o trabalho, mas, em sua essência, ampliam o trabalho sem limites, pelo fato que os agricultores integrados necessitam atender à qualidade exigida na produção para o capital transnacional.

Desse modo, a relação social de trabalho na produção de fumo compreende características do modelo industrial japonês toyotista, cuja finalidade, segundo Castro (2003), é aumentar o rendimento do trabalhador, utilizando mais exaustivamente as suas capacidades físicas e intelectuais, mediante a mecanização mais completa possível, não só dos meios de produção como do próprio trabalhador o que caracteriza o trabalho na agricultura atualmente.

### 3.3 Tendências

Diante das constatações em relação à produção de fumo, até o momento, foi possível averiguar as mudanças no trabalho e no modo de produzir. No entanto, o objetivo consiste em apreender as tendências da produção de fumo, uma vez que no início havia incentivos para ampliar a produção.

---

<sup>70</sup> **Orthene 750 Br.** Fabricante técnico: Japão. Formuladores: SP, MG, CE, no Brasil. Titular do registro: Arysta Lifescience do Brasil Indústria Química e Agropecuária Ltda. **Gamit 360 CS.** Fabricante técnico: Filadélfia, EUA; Formuladores: MG, SP, RJ, no Brasil. Titular do registro: FMC Química do Brasil Ltda. **Ridomil God MZ.** Fabricante técnico: Suíça. Formuladores: RS, SP, no Brasil. Titular do registro: Syngenta proteção de cultivos Ltda. **Actara 250 WG.** Fabricante técnico: Suíça, EUA, Índia, Áustria, Espanha e Finlândia; Formuladores: Syngenta, RJ, Syngenta SP. Titular do registro: Syngenta proteção de cultivos Ltda. **Primeplus Br.** Fabricante técnico: Suíça. Formuladores: SP, RJ, no Brasil. Titular do registro: Syngenta proteção de cultivos Ltda. **Antracol 700 PM.** Fabricante técnico: Alemanha. Formuladores: MG, RS no Brasil. Titular do registro: Bayer Cropscience Ltda.

<sup>71</sup> Semente de fumo Virgínia Cultivar K 326, Semente produzida e certificada por Universal Leaf Tabacos Ltda. Distrito industrial – Santa Cruz do Sul/RS.

<sup>72</sup> O aumento do trabalho ampliado não se constitui na forma de assalariamento. Segundo Castro (2003), o trabalho assalariado atravessa um processo de profunda regressão, devido à precarização generalizada e à desvalorização social dos trabalhadores como indivíduos e como classe social.

No início (1990), a empresa oferecia todos os subsídios para que plantasse cada vez mais, hoje, ao contrário, a empresa quer que diminua a área plantada. Continuam financiando os adubos, menos estufas novas (Família Scherverske).

As indústrias se uniram para se fortalecer frente ao mercado (Família Tuchtenhagen).

No início a empresa incentivava a produção. Ex: se tu querias plantar 40 mil pés, eles incentivavam para 60 mil para aproveitar o ano bom, se tu plantavas 80 mil eles queriam que tu plantasses 100 mil. Agora se tu queres plantar 80 eles querem que tu plantes 60 mil, dizem que o dólar tá baixo, que ficou difícil para exportar (Família Sievert).

A empresa ficou mais exigente para uma melhor classificação (Família Weber).

No início muitas pessoas eram para plantar, eram convidadas, pois era a única coisa que iria dar lucro. Mas com o tempo, com a reclassificação, o fumo começou a baixar os preços. (ex: o fumo BO1 que era comercializado por R\$ 80,00 em média, passou para CO1 que em média passou a variar entre R\$60,00 e R\$50,00). A empresa faz uma estimativa do que deve ser produzido, então se ultrapassar, eles não compravam sua produção, mas se não alcançar a produção estimada, recebe uma multa, pois alegavam que poderia ter vendido para outra empresa (Família Ramm).

Por meio do depoimento dos agricultores integrados, constata-se as mudanças quanto à redução do plantio. No entanto, essa redução consiste na expressão da “crise” do modelo agroindustrial, visto que as empresas integradoras necessitam adequar-se às normas de erradicação da cultura do fumo, denominada "Convenção Quadro para o controle do tabaco"<sup>73</sup>, medida que consiste em diminuir o consumo do cigarro em todo o mundo.

Diante da Convenção Quadro, as empresas foram obrigadas a adotar medidas para o controle do consumo do tabaco como:

- Elaboração e atualização de políticas de controle do tabaco, em conformidade com a convenção e seus protocolos;
- Estabelecimento de um mecanismo de coordenação nacional e cooperação com outras partes; interesses da indústria do tabaco;
- Medidas para reduzir a demanda por tabaco;
- Aplicação de políticas tributárias e de preços com vistas a redução do consumo;
- Produção contra a exposição à fumaça de tabaco e ambientes fechados;
- Regulamentação das análises e das mensurações dos conteúdos e emissões dos produtos derivados do tabaco;
- Obrigatoriedade da divulgação da informação relativa aos produtos do tabaco;

---

<sup>73</sup> A "Convenção Quadro" é um instrumento legal, sob forma de tratado internacional, no qual os Estados signatários (Estados partes) concordam em empreender esforços para circunscrever a epidemia causada pelo tabaco, reconhecida como problema global com consequências graves para a saúde pública. Disponível em: [www.incra.gov.br/tabagismo](http://www.incra.gov.br/tabagismo). Acesso em 03/03/2007.

- Regulamentação das embalagens de produtos de tabaco: tornar obrigatória a inclusão de mensagens de advertências sanitárias, recomendado o uso de imagens em todas as embalagens de produtos do tabaco;
- Desenvolvimento de programas de educação e conscientização sobre os malefícios causados pelo tabaco<sup>74</sup>;
- Proibição de publicidade, promoção e patrocínio;
- Criação e implementação de programas de tratamento da dependência da nicotina;
- Medidas para reduzir a oferta por produtos do tabaco;
- Eliminação do contrabando,
- Restrição do acesso dos jovens ao tabaco;
- Substituição da cultura do tabaco;
- Restrição ao apoio e aos subsídios relativos à produção e à manufatura do tabaco.

Um dos avanços obtidos nessa área se deu através da publicação, em abril de 2001, da resolução nº 2.833, pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil, que não permitem ao programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF) conceder crédito público para o financiamento da produção integrada de fumo.

A questão da fumicultura tem sido um ponto crítico, posto que o país<sup>75</sup> é o segundo produtor mundial de fumo em folha e um dos quatro maiores produtores de tabaco do mundo, ocupando a primeira posição de exportador de folhas no ranking mundial. A tendência, com as determinações expostas acima, indicam ainda um aumento das exigências de qualidade da folha do fumo.

Dessa forma, segundo Strieder (2000), a necessidade de novos integrados depende normalmente de uma maior demanda do mercado consumidor nacional ou internacional:

---

<sup>74</sup> Estima-se que no Brasil, a cada ano, 200 mil pessoas morram precocemente devido às doenças causadas pelo tabagismo, número que não pára de aumentar. O tabagismo é diretamente responsável por 30% das mortes por câncer, 90% das mortes por câncer de pulmão, 25% das mortes por doença coronariana, 85% das mortes por doença pulmonar obstrutiva crônica e 25% das mortes por doença cerebrovascular. Outras doenças que também estão relacionadas ao uso do tabaco são aneurisma arterial, trombose vascular, úlcera do aparelho digestivo, infecções respiratórias e impotência sexual no homem. Em todo o mundo, são cerca de 5 milhões de mortes. Fonte: [www.inca.gov.br](http://www.inca.gov.br).

<sup>75</sup> O Brasil foi o segundo país a assinar a Convenção Quadro, em 2003, mas faltava ratificá-la no Senado Federal – o acordo já tinha sido aprovado na Câmara em 2004. Com a decisão, o país torna-se o 90º país a ratificar o tratado, garantindo assim a participação na primeira sessão da Conferência das Partes. Dessa forma, poderá usufruir de apoio internacional, técnico e financeiro para o fortalecimento de uma política agrícola de alternativas ao fumo e assim beneficiar as 200 mil famílias que hoje dependem da plantação do tabaco. O Brasil é o maior exportador da folha de tabaco no mundo e o segundo maior produtor da planta, ao lado da China e da Índia - primeiro e terceiro produtores mundiais - que já tinham ratificado a Convenção. Fonte: [www.inca.gov.br](http://www.inca.gov.br).

Com o melhoramento da demanda formaliza-se o convite para a ampliação dos já integrados ou usam-se estratégias de convencimento para que outros pequenos agricultores iniciem a produção pela integração (Strieder, 2000, p. 65).

Nesse contexto, existe um caráter seletivo para os melhores produtores, pois a empresa possui um dossiê<sup>76</sup> de cada produtor integrado, contendo todas as informações que permitem a eliminação dos integrados considerados irrelevantes para os padrões de acumulação capitalista, o que se confirma na fala dos agricultores que não conseguem acompanhar as determinações das empresas integradoras.

Dentro dessa nova racionalidade, segundo Strieder, “diminuir o número de integrados não significa diminuir a produção. Pelo contrário, os integrados que permanecem precisam ter a potencialidade de assumir a produção dos eliminados” (2000, p.66). A ordem aos mais “dedicados” é a ampliação, de tal modo que aqueles que permanecem possam cobrir a produção dos que vão sendo eliminados do sistema de integração.

No entanto, a redução da produção de fumo se defronta com a ascensão do agronegócio, onde os agricultores são incentivados a plantar mamona e cana-de-açúcar (para a produção de combustível), pinus e eucaliptos (para a produção de celulose). Ou seja, muda o produto, mas a relação social de produção monocultora mantém o modelo toyotista, à medida que seleciona os melhores produtores, criando um agricultor modelo adequado às necessidades do capital.

No quarto capítulo, estaremos aprofundando a relação capital-trabalho na produção de fumo para apreender a forma com que o capital centraliza o trabalho no campo.

### **3.4 Perspectivas individuais e coletivas**

As relações sociais que os agricultores familiares estabelecem se configuram na ideologia de que eles são os donos do próprio negócio estimulados pelos instrutores de fumo, que criam uma competição entre os vizinhos, fazendo com que cada agricultor produza com a mais alta tecnologia disponível. Desse modo, os agricultores não socializam seus problemas suas dificuldades na produção com outros agricultores, cada um deve resolver individualmente com o instrutor, cujo “papel” consiste em auxiliar como chegar a superar a produção do seu vizinho, o que configura na alienação do agricultor familiar ao passo que não trabalha para si, mas para outros, não se reconhece no trabalho que é determinado externamente, não produz mais individualmente, mas integrado ao capital transnacional,

---

<sup>76</sup> Esse dossiê é o cadastro digital de todos os agricultores integrados, realizado diretamente pelos instrutores de fumo nas devidas propriedades.

totalmente subordinado na relação social capitalista de produção. O que denota de fato que as relações sociais estão erodidas impelidas pelo movimento do capital.

Diante da realidade que expressa as mudanças no trabalho na produção integrada no fumo, observa-se que qualquer que seja a família, seus problemas são comumente resolvidos de forma individual. Em outras palavras, suas dificuldades em continuar produzindo sua vida a partir de determinada cultura, não são discutidas com outras pessoas que passam pelos mesmos problemas e as mesmas dificuldades. Não há uma organização dos agricultores para discutir os problemas em comum, tampouco participação em organizações sociais.

Nesse contexto, Marx, na carta a Annenkov, ajuda a compreender a relação dos homens dentro de um determinado contexto social:

Os homens não são livres, árbitros das suas forças produtivas, pois toda a força produtiva é uma força adquirida, produto de uma atividade anterior... Isso se deve pelo simples fato de que toda a geração posterior encontra forças produtivas adquiridas pela geração anterior, que lhe servem de matéria-prima de nova produção, forma-se uma conexão na história dos homens, forma-se uma história da humanidade, que é tanto mais a história da humanidade quanto as forças produtivas dos homens, e por consequência as suas relações sociais, tiverem crescido. Consequência necessária: a história social dos homens nunca é senão a história do seu desenvolvimento individual quer eles tenham consciência disso quer não a tenham. As suas relações materiais formam a base de todas as suas relações. Estas relações materiais não são senão as formas necessárias em que se realiza a sua atividade material e individual (1982, p. 546).

Desse modo, se constata que se trata de uma comunidade conservadora, pois acredita que por meio do trabalho é possível superar as dificuldades, entendendo um problema social como algo individual, além de se contrapor aos movimentos sociais, de acordo com a visão vinculada pela mídia:

O filho já participou do MPA, mas precisa ir a muitas reuniões, aí não dá, a gente que trabalha no fumo mesmo, como vai fazer? (Entrevista à família Sievert)<sup>77</sup>.

---

<sup>77</sup> O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) tem projetos de casa popular, e juntamente com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e com a Federação dos Trabalhadores na agricultura (FETAG), criaram a Cooperativa Habitacional da Agricultura Familiar (COOHAF), onde os agricultores, principalmente os mais jovens, possam adquirir sua casa no campo. As casas são pequenas e padronizadas. Para pleiteá-las é necessário que o requerente seja associado ao Sindicato Rural e que faça um depósito inicial de R\$1.560,00, quando então recebe todo o material para a construção da casa no valor de R\$10.000,00. O tamanho padrão é de 7x20 p/ 7x20, ou seja, 2 quartos, sala cozinha, banheiro e área. O que ocorre é que esse projeto já existia, e a diferença reside no fato que para conseguir através do MPA, não havia a necessidade de fazer o depósito inicial, havendo um prazo de carência para começar a pagar, mas na condição de participar das reuniões onde se discutem formas de organização e ação frente à realidade do campo. No entanto, pelo Sindicato, não há a necessidade de reuniões, só é preciso fazer o depósito e receber o material. Desse modo, a opção para conseguir a casa foi pelo projeto cooptado do Sindicato Rural, que no entendimento do entrevistado não envolve perda de tempo. Foi possível ainda constatar que todos os entrevistados são associados ao Sindicato Rural.

Conhecem o MPA, o filho foi participar do protesto na Elege, contra os preços do leite, mas não gostou, porque ficavam muito tempo, e saquearam as lojas como se fossem uns ladrões (Entrevista à família Weber).

Já participou de um grupo do MPA, elaboraram projetos, as verbas chegaram, mas após não participou mais. Quanto ao MST lembra que numa reunião do MPA integrantes do MST participaram e falaram sobre quem eram os sem terra, e que muitos filhos de agricultores também são sem terra, e aí as pessoas não querem se misturar e se retiram (Entrevista à família Frank).

Os agricultores integrados não têm a compreensão do contexto em que estão inseridos, ou seja, em meio ao poder de barganha das grandes multinacionais, o que dificulta encontrarem uma saída para continuar produzindo a vida no campo, pois muitos acreditam que trabalhando de acordo as exigências da empresa, a situação pode melhorar. No entanto, o que mudou foi a relação social que antes estava baseada numa relação de produção que priorizava a produção de meios de subsistência e comercialização do excedente, por um relação social capitalista aliada às maiores multinacionais, que institui a produção exclusiva de determinado produto de acordo com as exigências do mercado mundial.

Em relação ao (MPA) o posicionamento da família Weber ao Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) é, no mínimo, contraditória, visto que um dos filhos do casal obteve todo o material da construção de sua casa no projeto de casa popular desenvolvido pelo MPA. Numa conversa com o avô, que foi Coordenador de grupo do MPA no período em que obteve o benefício da casa, ele relatou que “há uma dificuldade de conseguir pessoas para coordenar os grupos, as pessoas não querem compromisso, pois implica em participar de muitas reuniões”. No entanto, ressalta o período em que coordenou o grupo um ano aproximadamente, o que foi muito importante, pois aprendeu muito e só parou devido a problemas de saúde. Atualmente o MPA não está atuando no 6º distrito.

O posicionamento aos que integram o MST, “estes têm tempo para ficarem protestando, pois não trabalham, o agricultor não pode ficar fora do trabalho, não tem tempo, quem vai fazer seu trabalho”. Por meio destes fragmentos percebemos que, entendem o MST como uma perda de tempo e seus integrantes como “pessoas que não trabalham”, como se reivindicar interesses que são coletivos e de extrema importância no contexto social fossem irrelevantes.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é um movimento de cunho social com uma forte organização social e política de massas. Vendramini considera o MST “um dos mais inovadores fenômenos políticos da América Latina, à medida que busca enfrentar os problemas do campo atacando as causas estruturais” (2000, p.50). Ainda segundo o autora, o espaço de socialização política do MST

Permite aos trabalhadores o aprendizado prático de como se unir, se organizar, participar, negociar e lutar, além da elaboração de uma identidade social, de uma consciência de seus interesses e direitos e, finalmente, a apreensão crítica de seu mundo, de suas práticas e representações sociais e culturais (2000,p.56).

Frente a esse contexto, entendemos que, enquanto os agricultores integrados não se organizarem, os donos do capital vão continuar tomando decisões por eles, em seu próprio benefício e em detrimento daqueles. E é dessa forma que esses agricultores se encontram hoje, à mercê das empresas multinacionais integradoras, de modo que só lhes resta concordar com as imposições, pois não têm argumentos suficientes, uma vez que não discutem as dificuldades na forma de produzir no coletivo com outros agricultores integrados.

### **3.5 Alongamento da escolarização: “solução aparente”**

Consideramos alongamento de escolarização a permanência ou continuidade no sistema escolar, pelos jovens do meio rural, após a conclusão do Ensino Fundamental<sup>78</sup>. Autores como Manacorda (1989), Gritti (2003), Frigotto (1989,1999) Pochmann (1999,2000) e Figueira (1995) ajudam a compreender o processo do alongamento de escolarização, mostrando suas fases de consolidação, diante das necessidades do sistema capitalista de produção.

Partimos do entendimento de escola de Manacorda (1989) quando afirma que "escola e fábrica" nascem juntas, criadas por meio de uma necessidade num determinado momento histórico. Assim também ocorre com a escola rural<sup>79</sup>, que foi uma porta aberta pelo próprio sistema para que a produção capitalista fosse incorporada ao desenvolvimento agrícola.

#### **A relação com o desemprego**

A escola se institui a partir de uma demanda social e coletiva, que rompe com o trabalho manual, na relação da passagem de pai para filho. Hoje, a escola serve para selecionar e habilitar para o trabalho, e sua função é preparar o homem para atender ao desenvolvimento das forças produtivas, para que ele seja, de alguma forma, útil à sociedade.

---

<sup>78</sup> Entendemos que, no contexto rural, a continuidade da escolarização, após o término do Ensino Fundamental pode ser considerada alongamento da escolarização, diferentemente do contexto urbano onde há a necessidade e condições da continuidade da escolarização para habilitar-se a qualquer tipo de trabalho.

<sup>79</sup> A empresa fumageira Souza Cruz desenvolve o programa “O futuro é agora”, que tem como objetivo incentivar a escolaridade dos filhos de produtores rurais. Em entrevista publicada na revista *O produtor do fumo*. (Santa Cruz do Sul, março de 2007, p. 16-17), um jovem catarinense conta o que aprendeu de mais importante no programa: “o ensino médio é praticamente o básico, é obrigação de todo jovem, a conscientização de que é preciso preservar para manter. Se você destrói tudo, não vai sobrar nada para amanhã. É preciso fazer o reflorestamento e cuidar das nascentes, assim como da mata, para impedir a contaminação da água. O sonho é assimilar o campo e a cidade, a agricultura e a tecnologia. Afinal também quero ser um produtor da Souza Cruz, assim como meu pai”.

Nesse meio cria-se, no jovem, a ilusão da necessidade de aperfeiçoar e desenvolver suas habilidades, para um mercado de trabalho cada vez mais competitivo e determinado que, segundo Mészáros, é "a convivência de uma massa inédita de informações disponíveis e uma incapacidade aparentemente insuperável de interpretação dos fenômenos. Vivemos o que alguns chamam de 'novo analfabetismo' — porque é capaz de explicar, mas não de entender — típico dos discursos econômicos (2005, p.17).

Assim como Meszáros, entendemos que a qualificação profissional não é garantia para se conseguir algum trabalho, pelo contrário, é uma exigência do mercado da educação, onde a lógica institui demanda de alongar a escolarização, realizar cursos técnicos, etc. Não que haja necessariamente trabalho para os escolarizados, que é o que observamos hoje, mas, de fato, o que se constata é que a educação se transformou numa mercadoria qualquer, que precisa produzir (qualificar), mesmo que seja para formar um exército de escolarizados "sobrantes".

Essa lógica se expressa numa pesquisa acerca do desemprego realizada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos (DIEESE) e Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em sete municípios da região sul (Pelotas, Rio Grande, Capão do Leão, São Lourenço do Sul, São José do Norte, Arroio do Padre e Turuçu) denominados de Aglomerado Urbano Sul, mostrando um mercado de trabalho estagnado, com 20,8% da População Economicamente Ativa (PEA) desempregada<sup>80</sup>.

Dos 539 mil indivíduos com dez anos ou mais, residentes no chamado Aglomerado Urbano Sul, formado pelos sete municípios, 53% estavam engajados no mercado de trabalho, como ocupados ou desempregados, divulgou Lúcia Garcia, coordenadora técnica nacional da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). E do total de 286 mil inseridos na PEA, 227 mil na condição de ocupados e 59 mil como desempregados.

Desenvolvido como projeto piloto em apenas dois pólos brasileiros, a saber, Pelotas/RS e Caruaru/PE, a PED evidenciou nos sete municípios da zona Sul uma grande falta de oportunidade de emprego para a mão-de-obra predominantemente jovem, com baixa escolaridade. De acordo com a coordenadora Lúcia Garcia, os resultados derrubam o mito de prosperidade no Sul e pobreza no Nordeste. O levantamento da pesquisa mostrou que o índice de desemprego em Caruaru era de 13,7%, enquanto que em Pelotas chegava a 20,8%, o que segundo a pesquisadora significa que, de cada 100 trabalhadores de Caruaru, 14 estavam desempregados; em Pelotas este índice chegava a 21 desempregados.

---

<sup>80</sup> O período da pesquisa restringia-se aos meses de setembro, outubro e novembro de 2006.

A coordenadora do PED destaca que a região de Pelotas foi pioneira na indústria — a primeira na industrialização do charque —, mas entrou em decadência no início dos anos 1990, com a abertura da economia. Segundo a pesquisadora, a cidade encontra-se, em relação ao período pesquisado, numa “apatia social”.

Esses dados ajudam a mostrar as mudanças em curso apresentadas nos dois primeiros capítulos, e que refletem na agricultura familiar e na totalidade do trabalho em geral, decorrentes da movimentação do capital.

**Tabela 05 - Taxa de desemprego, segundo atributos de faixa Etária e Escolaridade Aglomerado Urbano Sul\*, Trimestre set, out, nov, 2006**

Faixa etária dos desempregados	Taxa em %	Escolaridade dos desempregados	Taxa em %
10 a 17	02	Analfabeto	02
18 a 24	37,5	Fund. incompleto	22,7
25 a 39	19,6	Fund. Completo + Médio incompleto	25,0
40 anos e mais	12,8	Médio completo + Superior incompleto	19,2
		Superior completo	02

Fonte: Dieese, 2006

Notas: (\*) Corresponde aos municípios de Pelotas, Rio Grande, Capão do Leão, Arroio do Padre, São Lourenço do Sul, São José do Norte e Turuçu; (2) Inclui ensino Médio incompleto; (3) Inclui o ensino Superior incompleto.

As taxas de desemprego mostram que quanto menor a idade, maior a taxa de desemprego. Assim, é possível observar que no trimestre set-out-nov/2006, a taxa de 37,5% de desemprego nos jovens entre 18 e 24 anos era praticamente o triplo da taxa verificada naqueles com 40 anos e mais, isto é, 12,8%. A média de desemprego entre os jovens no Brasil segundo Pochmann (2000) chega a 35%, o que indica que a região estudada supera esses índices chegando a 37,5%, ficando acima da média nacional.

A análise de desemprego, segundo a escolaridade, mostra que ele é mais elevado para indivíduos com o nível Fundamental completo + Médio incompleto, cerca de 25,0%, e entre os que possuem o ensino Médio completo + Superior completo, em média de 19,2%.

Na tabela abaixo, constatamos os índices de escolaridade da população que compreende o Aglomerado Urbano Sul e sua participação na população economicamente ativa, ou seja, que exerce algum tipo de trabalho.

**Tabela 06 - Distribuição da População Economicamente Ativa e Taxas de participação segundo escolaridade – Aglomerado Urbano Sul**

Escolaridade	% da PEA	Taxa participação (% PEA)
Analfabeto	2,1	25,8
Fund. incompleto	34,4	40,7
Fund. completo (2)	23,5	58,5
Médio completo (3)	31,4	71,7
Superior completo	8,6	74,2

Fonte: Dieese, 2006.

Embora esses índices representem a população urbana, a mesma expressa uma realidade que perpassa o campo, quando os filhos de agricultores familiares buscam através do alongamento da escolarização uma forma de trabalho fora do campo.

Os dados coletados nas entrevistas revelam que os filhos que alongaram a escolarização não estão na agricultura. Vê-se:

O neto de dona Hilda Scherverske, de 19 anos, trabalha como operador de caixa em um supermercado; a neta de 11 anos cursa o 6<sup>a</sup> ano do Ensino Fundamental em escola nucleada;

O filho de Aldo Tuchtenhagen, de 20 anos, concluiu o Ensino Médio e trabalha no transporte de cargas para a empresa de fumo;

As duas filhas do seu Armindo Frank concluíram o Ensino Médio. Uma trabalha no magistério e a outra quer arrumar um trabalho na cidade;

A filha de Edemundo Ramm concluiu o Ensino Médio e quer cursar faculdade, com o objetivo de sair do campo;

A neta de dona Hilda Frank, concluiu o Ensino Médio em Técnica em Agroindústria e pretende fazer faculdade, por não conseguir trabalho na sua formação.

Portanto, o estímulo dos pais para o alongamento dos estudos, é no sentido de uma expectativa dos filhos terem uma vida melhor, não para ficarem na agricultura. O estudo e a escola não trazem retorno para o trabalho do agricultor.

No entanto, o conhecimento, a técnica e tecnologias são absolutamente necessários à produção do fumo, já que são expressão do trabalho coletivo nas fábricas, mas não necessariamente o agricultor tenha que deter, por essa razão, esses conhecimentos, pois estes

são repassados pelos instrutores de fumo que “ensinam” e auxiliam em todo processo na produção de fumo, ou seja, o como fazer é determinado pelas empresas integradoras, é externo ao agricultor, o conhecimento que o agricultor tinha sobre seu trabalho não serve para atender ao capital, o que denota o processo de alienação do trabalhador do campo.

### A questão de gênero

A pesquisa desenvolvida pelo DIEESE 2006, mostrou que as mulheres enfrentam uma dificuldade maior para a obtenção de emprego, visto que no trimestre investigado, o contingente feminino experimentou taxa de desemprego total de 25,2%, diante de uma taxa de desemprego masculina de 16,9%.

Contraditoriamente, o que se percebe é que as mulheres permanecem mais tempo nas instituições de ensino, ou seja, alongam a escolarização para se preparar para o mercado de trabalho. Semelhante caso, é possível constatar na família de dona Hilda Frank, que tem uma neta de 20 anos que concluiu o ensino Médio e pretende cursar uma faculdade, enquanto o filho, nora e neto estudaram até a 4ª série:

O rapaz não quis continuar estudando, pois daí teria que se deslocar para outra escola, mas acha que algumas vezes faz falta o estudo, acha que até, pelo menos, o 1º grau teria que completar hoje. A guria continuou estudando, terminou o ensino médio e pretende fazer faculdade, estuda porque gosta e porque “quer uma vida melhor”. A escola não atendeu às expectativas, porque não consegue trabalho, e quando aparece trabalho não é na área em que se formou (técnico em agroindústria<sup>81</sup>). Assim hoje trabalha com os pais no fumo (Família Hilda Frank).

O neto de 19 anos concluiu o Ensino Médio no magistério, trabalha como operador de caixa em mercado, tem interesse em fazer faculdade, seu salário é muito baixo (Família Hilda Scherversk).

Os guris pararam de estudar, porque não gostavam de estudar, a filha de 20 anos terminou o magistério com o objetivo de sair do campo, conseguir outro trabalho fora da lavoura, esperava mais da escola, agora trabalha no fumo com os pais (Família Armindo Frank).

---

<sup>81</sup> O Técnico em Agroindústria desempenhará papel fundamental na recuperação da Região Sul, pois estará inserido no contexto regional com capacidade para atuar junto a cooperativas agroindustriais, como alternativa de consolidação e rentabilidade, estimulando parcerias entre proprietários, criando micro empresas que ampliem o mercado de trabalho e gerem renda, aprimorando e difundindo novas tecnologias e tornando a região competitiva frente aos países do Mercosul. **Perfil Profissional.** A modernização curricular do ensino agrotécnico do Conjunto Agrotécnico “Visconde da Graça”, atendendo a demandas emergentes do moderno mundo do trabalho, propiciará aos futuros profissionais a construção de competências para: atuar na elaboração e execução de projetos agropecuários, agindo como elemento promotor do desenvolvimento das comunidades rurais, através do aumento da produtividade e implemento de novas técnicas; atuar no mercado de trabalho em diversas áreas do setor primário, tais como, mecanização agrícola, grandes culturas, olericultura, avicultura, bovinocultura e criação de pequenos animais, etc. Fonte: CAVG Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça. Disponível em: [www.ufpel.tche.br/cavg](http://www.ufpel.tche.br/cavg).

Os dois filhos homens estudaram até a 5ª série e a filha de 20 anos terminou o Ensino Médio, e quer muito fazer faculdade. Os guris não tinham interesse de estudar, gostam de trabalhar na lavoura, a moça quer fazer faculdade para arrumar um emprego, mas acha difícil entrar na faculdade, pois como agora trabalha na lavoura, fica muito distante, parece tão impossível, vai ver se no próximo ano faz um cursinho, mas daí precisa ir e voltar todos os dias para a cidade. Se sente insatisfeita com a escola, pois terminou o Ensino Médio e não tem trabalho, a escola faz pouco caso com os alunos (Família Edemundo Ramm).

A partir desses depoimentos, questionamos: o aparente alongamento da escolarização é uma saída para os problemas do campo? Que tipo de educação está sendo oferecido à população do campo?

Diante da realidade do campo e das perspectivas dos jovens em relação à educação para mudar de vida, buscamos nos apoiar em Gritti, que faz um apanhado histórico da educação rural, e mostra as contradições em que se encontra esta mesma educação, onde o valor, a cultura, a tendência econômica, propostas para a escola rural, estão voltados para o setor urbano-industrial<sup>82</sup>. Segundo a autora,

o discurso da modernização da agricultura, que perpassa toda escola rural, pressupõe-na como uma simples incorporação das técnicas, dos instrumentos e insumos produzidos com o objetivo de obter, cada vez mais e com maior rapidez possível, os lucros advindos da produção realizada sob esses princípios (2003, p.155).

Isso denota que o alongamento da escolarização é uma resposta que as famílias têm dado diante dos problemas enfrentados na produção da vida no espaço rural. No entanto, essa é uma resposta individual que não resolve o problema, pois os jovens não conseguem trabalho na cidade e não conseguem aplicar os conhecimentos no campo, o que implica em afirmar que a educação não tem solução para tudo, muito pelo contrário, ela atende às necessidades e aos interesses da sociedade do capital.

---

<sup>82</sup> Cursos técnicos do Cefet/RS: Designe de Móveis; Edificações; Eletrotécnica; Eletrônica; Mecânica Industrial; Manutenção Eletromecânica; Programação Visual; Química; Sistemas de Informação; Sistemas de Telecomunicação; Cursos Tecnológicos; Automação Industrial; Controle Ambiental; Saneamento Ambiental e Sistemas de Telecomunicação.

### 3.6 A escola do e no campo

Aparentemente, o alongamento da escolarização surge como uma tábua salvadora para os problemas do campo. De um lado, os filhos em busca de uma vida melhor na cidade, enquanto que, por outro lado, nada se resolve, não há possibilidade de trabalho para todos na cidade e o conhecimento adquirido na escola formal não serve para mudar a realidade do campo.

Assim, alongar os estudos se apresenta como a forma moderna na educação. No entanto, o conteúdo não condiz com as necessidades do homem do campo, pelo contrário, condiz com as necessidades do capital de atender às indústrias, aos setores de serviços, ainda que haja uma redução no número de fábricas, o que denota a contradição em processo criada pelo movimento do capital.

Segundo Figueira (1995), o processo de educação é algo mais amplo do que a atividade da escola propriamente dita, algo que lança novas luzes sobre a função ordenadora e sistematizadora da escola. Desse modo, o homem como ser social, estabelece relações com uma determinada sociedade num determinado momento histórico, onde a escola é uma instituição que compõe esta sociedade. Para o autor, “a nova sociedade ainda não tem, e nem pode ter, a escola condizente com os novos ditames e valores sociais. Tudo que os mestres sabem se ordena ainda segundo a velha ordem social. Está, portanto, posta a questão que consiste em saber *o que se deve e como se deve ensinar*” (1995, p.12).

O processo educativo não é, nesse sentido, um apêndice mais ou menos inútil de que a sociedade pode prescindir. Ao contrário, a educação, segundo Figueira, é algo tão visceral que a sociedade humana não poderia ter este seu atributo essencial, que é o de ser humana, se tal componente não fizesse parte dela (1995, p. 14). Cada determinada época histórica ensina a partir das relações sociais constituídas, ou seja, ensina a partir de modo determinado, social, para atender às necessidades do movimento do capital.

Ainda nessa direção, Martins (1980) entende o modo capitalista de produção na concepção clássica, isto é, como modo capitalista de pensar enquanto modo de produção de idéias necessárias<sup>83</sup> à reprodução do próprio capitalismo. Por conseguinte, define a produção de diferentes modalidades de idéias necessárias ao modo de produção e reprodução desse sistema à re-elaboração de suas bases de sustentação ideológicas e sociais.

---

<sup>83</sup> A padronização, especialização, sincronização, centralização e maximização deram sustentação e estruturaram a organização da produção da distribuição da riqueza social, extrapolaram a esfera da produção e invadiram todas as outras esferas da vida social. Francisco Teixeira, 1996.

Mészáros (2005) vai além e complementa que, no atual modo de produção capitalista, a educação tornou-se uma mercadoria que representa o mecanismo perpétuo de reprodução desse sistema, fornecendo os conhecimentos necessários para a maquinaria produtiva em expansão, transmitindo um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, ou seja, tornou-se 'peça' chave do processo de acumulação do capital.

Marx e Engels (1846), em seus escritos, já apontavam que os pensamentos, os conceitos, as representações, são considerados produtos da consciência. Assim, a consciência também é produzida, gerada pelas contradições da sociedade capitalista de produção.

De acordo com a exposição dos autores supracitados, entendemos que a escola rural está totalmente voltada para incorporar as tendências do espaço urbano, de acordo com a lógica do mercado, ou seja, é a contradição em processo, não há uma educação do campo com vistas a envolver a comunidade, de estudar a produção da vida do campo, suas transformações, sua história, seu cotidiano.

Outro fator importante que contribuiu com a situação de abandono do campo é a questão da nucleação<sup>84</sup> ou fechamento das escolas no espaço rural. Vendramini (2004) aponta que a situação de deslocar as crianças do espaço rural para escolas mais amplas, geralmente próximas de perímetros urbanos, enfraquece ainda mais as comunidades locais e sua capacidade de coesão, quando perdem um elo importante de articulação que é a escola da sua comunidade, ou seja, o seu espaço social. Um exemplo é a neta da Dona Hilda, de 11 anos, que está na 6ª série, mas diz não gostar da escola<sup>85</sup>. No entanto os pais deixam a critério dos filhos decidirem pela opção de continuar os estudos, mas acreditam que hoje, diante das “necessidades” em aplicar “novas” tecnologias, seria necessário no mínimo a conclusão do ensino fundamental.

Nesse contexto, percebe-se que a fragmentação da educação rural em deslocar filhos de agricultores familiares para escolas nucleadas, desde as séries iniciais, é um pressuposto para fragmentar qualquer forma de organização coletiva, pois se perdem as referências do rural, da cultura, enfim, perdem sua história.

---

<sup>84</sup> Refere-se ao processo de agrupamento de escolas no campo, ou seja, com o objetivo de racionalizar a estrutura e a organização de pequenas escolas rurais, que contam com um pequeno número de alunos em classes multisseriadas. Esse projeto contribui de forma incisiva em deslocar as crianças para fora do seu espaço que é o meio rural, o seu modo de vida no campo, a educação sobre o espaço onde está inserida sua produção de vida.

<sup>85</sup> A escola em que estuda fica num perímetro que é uma pequena vila, para onde foram transferidos os alunos das escolas rurais após a nucleação. A escola que fechou ficava a 300 metros de sua casa. Outra observação que sua mãe coloca é que antes as duas professoras eram conhecidas, ou seja, moravam próximo à escola, e agora as professoras vêm da cidade, e a menina não gosta porque quando ocorre alguma bagunça, onde ela não tem nada a ver, acaba ficando junto no castigo (Família Scherverske).

Uma análise de Castro, das relações entre educação, qualificação e emprego no capitalismo globalizado conclui que

cria-se uma situação paradoxal: a mesma população que segundo as estatísticas oficiais, teria atingido níveis de escolarização mais elevados que no passado, sofre as conseqüências do crescente desemprego e subemprego, indicadores claros da desvalorização capitalista do trabalho manual e intelectual, acelerada pela furiosa ofensiva neoliberal contra os direitos sociais (2004, p. 83).

Autores como Frigotto (1999) e Mészáros (2002) também trabalham nessa perspectiva dialética de perceber o que vem acontecendo no trabalho e na educação, à medida que se aumenta a escolarização, mas, em contraposição, o trabalho encontra-se cada vez mais precarizado, e não absorve toda a população.

Acerca desse aspecto, Pochmann (1999) salienta que no Brasil há a predominância, nas últimas décadas, de uma clara tendência à redução do assalariamento "com carteira assinada" e ao aumento do desemprego e das ocupações "sem carteira assinada", que constituem as estratégias de reestruturação capitalista de produção. Os efeitos sobre o mundo do trabalho, caracterizam-se através da subcontratação de trabalhadores, investimentos em tecnologias, novas relações de produção: terceirização e parcerias, mudanças no sistema de relações de trabalho, incentivos monetários para atingir a meta de produção, perdas de vantagens sociais relacionadas diretamente à produtividade, competitividade e redução no emprego formal.

As implicações da precarização do trabalho, como mostra Pochmann (1999), modificam o trabalho na produção, reduzindo o quadro de pessoal pela substituição por investimentos em tecnologia, modificando a natureza do trabalho com a redução do trabalho manual para atividades múltiplas. Assim, as habilidades tornam-se rapidamente obsoletas, fazendo crescer o individualismo, ou seja, cria-se um "novo" homem para apreender o que não é apreensível, pois, na medida em que é novo, já é velho; é o movimento que valoriza o capital.

Essas profundas contradições e dilemas enfrentados pela escola face às profundas transformações na nova base técnica e organizativa dos trabalhos, são levantadas por Fiod (2005). De acordo com a autora, a articulação entre trabalho-educação traz à reflexão uma das questões mais complexas que precisa ser enfrentada pela humanidade: "a de saber o que fará com as pessoas escolarizadas, e, também, com as não-escolarizadas que estão sendo expulsas do mundo do trabalho". Ou seja, a escola se move em meio a essa contradição histórica.

Essa situação permite afirmar que a estratégia do alongamento da escolarização dos filhos de agricultores familiares contribui para o "estacionamento de desempregados" num momento em que o trabalho se constitui a partir do avanço da precarização total do trabalho, contribuindo assim com a expansão do exército industrial de reserva.

Desse modo, torna-se cada vez maior a contradição entre o trabalho como meio de satisfação das necessidades sociais coletivas e meio de subsistência individual, o que faz crescer os requisitos de qualificação para o trabalho, quando, na verdade, a qualificação não é certeza de alguma atividade laboral, pois a maior parte dos postos de trabalho que se abrem não requerem qualificação para a sua execução. Não obstante, cria-se também a constante necessidade de qualificação profissional para o trabalho quando não há trabalho; é a contradição em processo, ativado pelo capital na sua constante busca por valorização.

Os reflexos dessas mudanças na reestruturação do trabalho em geral culminam concomitantemente nas estratégias adotadas pelos agricultores familiares em alongar a escolarização dos filhos, que são medidas individuais e que não chegam à raiz do problema social, que é gerado pela contradição do modo capitalista de produção que denota um movimento de centralização do capital na cidade, bem como um movimento de centralização do capital no campo.

Zago apresenta os resultados de pesquisa<sup>86</sup> nos níveis de ensino Fundamental e Médio, salientando que “o reconhecimento da educação escolar como requisito básico para responder às exigências do mercado de trabalho e, sobretudo, como possibilidade de romper com as condições de pobreza familiar, é variável, colocada pelos pais de forma recorrente, independente das diferenças internas do grupo estudado (2000, p. 23)”.

O que se percebe nessas colocações é que as estratégias encontradas, tanto no espaço urbano quanto no espaço rural, denotam a necessidade de se conseguir trabalho, ou melhor, da necessidade que cada indivíduo tem de produzir a própria vida material. Para tanto, esbarram nas condições que são criadas pelo próprio sistema capitalista que necessita e recria constantemente as suas bases de sustentação, pois somente quando a população vive a barbárie, o sistema se reproduz. E nesse quadro, a escola é um dos seus aparatos.

Assim sendo, a escola do campo abre um leque de questões em busca de ampliar as condições adversas que envolvem a educação formal, no sentido de uma educação mais compatível com os problemas vividos no espaço rural, de forma que envolva outras organizações sociais como o MST, a fim de firmar um construto político capaz de ampliar as demandas sociais do campo em busca de uma sociedade socialista em detrimento do modo capitalista de produção.

---

<sup>86</sup> Zago (2000) procura mostrar as condições objetivas, as práticas e os significados atribuídos à escolarização, assim como o caráter heterogêneo e não linear dos percursos escolares em meios populares, com base numa análise feita a partir de dados obtidos num bairro de Florianópolis/SC.

## CAPÍTULO IV

### INTEGRAÇÃO E TRABALHO COLETIVO

Com base nas trajetórias de trabalho dos agricultores familiares apresentadas no capítulo II, buscamos, num primeiro momento, descrever o processo da cadeia produtiva do fumo e suas implicações tanto para o agricultor como para a empresa integradora, e, num segundo momento, a análise do que entendemos ser a instituição do trabalho coletivo no campo e, por consequência, a redução do trabalho vivo.

Para delinear melhor o foco da análise, optamos em trabalhar com uma única empresa integradora, a Souza Cruz, que atua na produção de fumo há mais de um século no Brasil, sendo a base da cadeia produtiva os agricultores familiares integrados. Nesse contexto, buscamos rastrear a cadeia produtiva do fumo de modo que possamos apreender como se constitui o trabalho e o que ele expressa na relação com o capital.

#### 4.1 Cadeia produtiva do fumo: agricultor integrado<sup>87</sup>

O processo de integração, na produção de fumo, exige uma organização dos componentes da família de tal forma que concentra os trabalhadores na mesma produção de uma determinada mercadoria para a empresa integradora.

Assim sendo, antes dos agricultores entregarem toda a produção de fumo, já fazem o registro do plantio da próxima safra, através do contrato de compra e venda, onde são estipulados quantos mil pés serão plantados, assim como a quantidade de adubo, semente, veneno, material de canteiro (construção das piscinas: lonas, bandejas, substrato) para a produção das mudas. A partir do fechamento do contrato, a empresa já tem como fazer uma estimativa de quanto o produtor vai colher na próxima safra.

#### **Início do ciclo**

**Julho a agosto:** Preparação da terra e semeadura. Houve mudanças no processo de semeadura, que antes era feito em canteiros de terra, agora se utiliza o sistema *Float*, que são

---

<sup>87</sup> As informações deste item foram coletadas nas entrevistas com agricultores integrados, focando especificamente o que caracteriza a cadeia produtiva do fumo.

piscinas tapadas com lonas brancas, onde a água, em seu interior, é nivelada para que as bandejas de isopor com sementes flutuem na água, ou seja, onde os nutrientes são colocados na água, evitando assim a contaminação do solo.

**Figura 06- Sistema Float**



Quando as piscinas estão prontas, uma pessoa desinfeta as bandejas, outra coloca o substrato e outra semeia. Quando as mudas estão com 4 folhas, é feita a repicagem, isto é, o replantio nas bandejas, pois cabem 200 mudas numa bandeja somente. De um lado, então, são semeadas duas mudas, e do outro, uma, pois após a germinação é necessário arrancar mudas de um lado para replantar, para que as mudas que não se desenvolveram sejam eliminadas. Todo esse processo leva em torno de uma semana.

Após o replantio de bandeja, é necessário fazer de três a quatro podas (corte nas folhas ainda na bandeja) nas mudas, para que a muda fique parelha e forte, na mesma medida para o replantio.

**Figura 07 – Poda das mudas**



Nesse período, de dez em dez dias, são colocados os inseticidas (veneno), num total seis aplicações até replantar no campo. Enquanto isso, o solo para o replantio é preparado: lavar a terra, discar, fazer os canteiros, colocar o veneno (com trator) para controlar as ervas daninhas.

**Setembro a outubro:** Replantio. Nessa época ainda há fumo seco no galpão e já se está plantando a próxima safra. Para fazer o replantio é necessário que chova, pois a terra precisa de umidade, sendo o replantio todo manual.

Após quinze dias de replantio na lavoura, é colocado o salitro<sup>88</sup>, e em seguida, é utilizada a capinadeira para afrouxar a terra e limpar entre as carreiras. Também é feita uma capina para afrouxar a terra mais próxima da muda. No final de trinta e cinco dias, aplica-se mais adubo e salitro.

**Em novembro:** Começa a colheita, após 60 dias de plantio, é feita a primeira colheita do fumo baixeiro, e logo após uma semana, faz-se a poda da flor (para dar força para as folhas que já estão no pé). Após a poda, coloca-se um veneno para inibir a brotação e desenvolver as folhas que o pé já possui. Esse veneno serve de inibidor de brotação, já que a planta não deve mais gerar folhas novas, mas sim desenvolver as que já possui (em torno de 18 a 20 folhas por muda). Depois, a próxima passada para colher depende muito do clima para o amadurecimento das folhas, sendo que em média leva aproximadamente 20 dias, e assim por diante, conforme for amadurecendo. Esse processo vai até **março ou abril**, dependendo das condições climáticas. Os meses de **novembro e dezembro** são os mais árduos, pois além do início da colheita, é preciso replantar as mudas que, por vezes, não vingaram no replantio, capinar, aterrar as carreiras com o uso da capinadeira, adubar, podar, colocar veneno, fungicida (todos de procedência mundial: Japão, EUA, Suíça, Áustria, Finlândia e Alemanha).

De **janeiro a abril** a colheita é feita conforme o fumo for amadurecendo. No total, envolve de 5 a 6 apanhadas<sup>89</sup>.

Durante a colheita, primeiro se apanha o fumo baixeiro (as folhas rentes ao pé de fumo). Após duas semanas, colhe-se novamente, mas depende do tempo, da chuva que influencia no amadurecimento da folhas.

O transporte do fumo da lavoura para a casa é feito de trator com reboque. Na lavoura três pessoas apanham o fumo, enquanto uma carrega para o reboque. A média é de dois reboques por dia que são levados para casa, um na parte da manhã e outro na parte da tarde.

---

<sup>88</sup> O salitro é um tipo de adubo específico para o fumo.

<sup>89</sup> As apanhadas de fumo dizem respeito à quantidade de vezes em que é preciso passar na lavoura para colher as folhas, pois em média, em cada passada, são apanhadas (colhidas) três folhas em cada pé de fumo.

**Figura 08 – Apanhando fumo**

Enquanto um dos integrantes faz o almoço, os demais descarregam o fumo para a estufa. São necessárias 5 cargas para encher uma estufa, que consome em torno de dois dias e meio de colheita na lavoura para que seja cheia.

Nesse processo, é necessário ser rápido, a fim de que o fumo fique parelho durante o processo de secagem e não perca a qualidade, por isso é preciso dedicação exclusiva para apanhar o fumo e retornar rápido para a lavoura.

**Figura 09 – Prensando as folhas de fumo**

No processo de secagem, a estufa elétrica consome menos lenha, pois possui ventiladores que distribuem as ondas de calor mais uniformemente para a secagem das folhas. O fogo precisa ser reparado de 3 em 3 horas, noite e dia. Se faltar energia elétrica, corre-se o

risco de perder o fumo da estufa, pois com a falta de ventilação as folhas não secam e perdem a qualidade. Cada produtor deve ter um gerador de energia, pois nesse sistema o calor só se distribui a partir da ventilação.

O processo de secagem dura em torno de cinco dias, dependendo da temperatura ambiente. E se as temperaturas estiverem baixas durante a noite, o processo pode levar mais tempo.

Após a secagem, ocorre o processo de retirada da estufa para conseqüente armazenamento do fumo no galpão. Antes da retirada do fumo, é necessário umedecer as folhas a partir de uma mangueira de água e ventilação para fazer uma neblina, pois se não forem umedecidas, as folhas quebram: isso leva em torno de duas horas.

Inicia-se então a retirada, o fumo é colocado em cima de lonas, sacos, para que se consiga levar uma grande quantidade para o galpão, onde é empilhado e devidamente coberto para não pegar umidade e criar mofo. É preciso estocar para colher o fumo que está na lavoura. Somente em março o fumo estocado no galpão é retomado, pois até lá se colhe, leva-se para a estufa, seca-se, leva-se para o galpão, cobre-se e volta-se para a lavoura.

Nesse período o trabalho é intenso: às 7 horas da manhã é preciso estar na lavoura. Após o almoço (um breve descanso) é preciso retornar às três horas da tarde. Fica-se até encher o reboque, até o anoitecer do dia. Quando se chega em casa, descarrega-se o fumo para a estufa, até as 23 horas da noite. Dorme-se por volta das 00:30 horas, após o banho e a janta. Não há tempo para mais nada.

**Abril:** Após o término da colheita de todo o fumo na lavoura, retoma-se o fumo que estava no galpão. Nesse período, o trabalho é feito somente no galpão, onde o fumo é classificado, separado e suas folhas selecionadas. Em seguida, são feitas as manocas (em torno de 25 folhas de fumo amarradas no talo da folha) e tudo é amontoado em montes por classificação. Após ser manocado e classificado, o fumo é prensado numa caixa de madeira, onde é amarrado com cordões que formam os fardos. Etiqueta-se, com o nome do produtor, a classe e o peso, que deve ser entre 55 e 65 kg.

**Figura 10 – Manocas de fumo**



Nesse processo de aprontar o fumo, quando o tempo está muito seco, ou há vento sul, o fumo seca rapidamente, o que resulta em mais trabalho para classificar, pois a folha quebra bastante, sendo necessário umedecê-las e mais tempo. Esse tempo a mais, dificulta a entrega da produção no prazo.

O trabalho perdura praticamente de **abril a julho**. Às vezes, a empresa “determina” quando irá parar de buscar (transportar). É preciso, então, acelerar, trabalhar até muito tarde para terminar de aprontar tudo até a chegada do caminhão. Nesse período, trabalha-se muitas vezes até o começo da madrugada no galpão, para que se consiga aprontar o fumo, pois logo outro ciclo recomeça.

Entre **julho e setembro** é preciso arrumar a terra: análise do solo, colocação do calcário, ordenação da lenha para colheita. A lenha não é subsidiada pela empresa, e o agricultor que não possui lenha em sua propriedade precisa comprá-la.

O período de classificação vai até **julho**, culminando com o processo de semeadura, que encerra o ciclo.

**Figura 11 – Classificação**

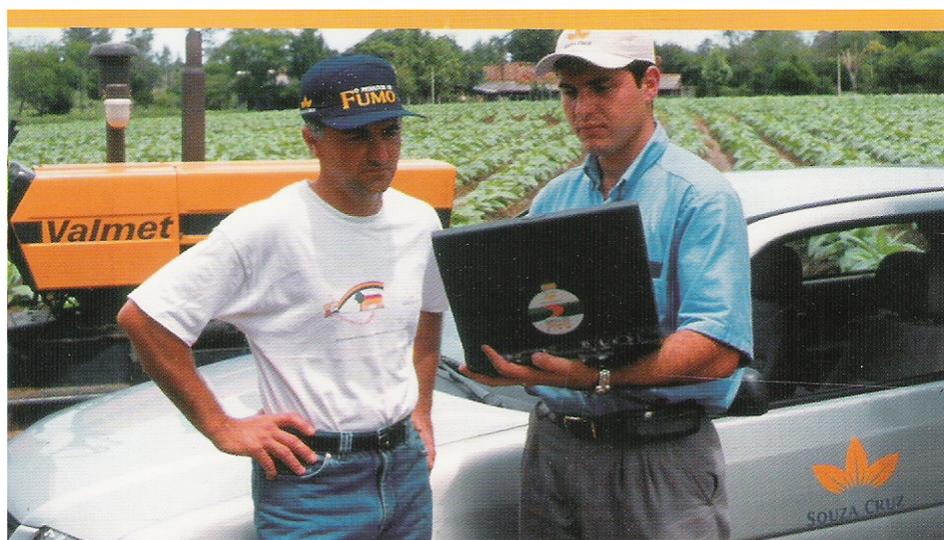


Logo após o agricultor mandar o primeiro fumo para a empresa, toda a família fica muito apreensiva para saber se a classificação que fizeram será aceita, pois dependendo da classificação o preço se altera. É o momento mais esperado de toda a família, e que irá determinar o resultado final de todo o seu trabalho.

#### 4.2 O trabalho do instrutor de fumo – Pelotas<sup>90</sup>

O instrutor é responsável pelo fechamento dos contratos<sup>91</sup> com os agricultores familiares que já estão integrados à empresa ou de novos que venham a integrar-se. Seu trabalho consiste em cadastrar os agricultores num computador portátil, obtendo dessa forma todos os dados e situações dos agricultores como se fosse uma ficha médica.

**Figura 12 – Instrutor na propriedade**



A integração com o agricultor ocorre a partir do registro do plantio, em que a empresa se compromete a comprar o fumo do agricultor, através do levantamento da estimativa da quantidade de fumo plantado, se está de acordo com o que foi acordado com a empresa, assistência técnica, pesquisa, problema com doenças (pragas) e entrega dos insumos<sup>92</sup>.

<sup>90</sup> Dados coletados na entrevista com um instrutor de fumo em Pelotas, para caracterizar o processo de integração a partir do ponto de vista da empresa integradora.

<sup>91</sup> A empresa se compromete em comprar o produto desde que o agricultor atenda rigorosamente às determinações para produzir com qualidade.

<sup>92</sup> Os preços dos adubos subsidiados são mais caros em função de conter ingredientes importados em suas formulações. Se o agricultor utilizar o adubo normal, a empresa pode deixar de comprar seu fumo, pois segundo o instrutor, o adubo altera a cor da folha.

Segundo o instrutor, o sistema integrado implica trabalhar com tecnologia como o *Float* (sistema das piscinas para criação de mudas) e as estufas LL<sup>93</sup> (folhas soltas nos gradilhos), que agilizam todo o processo, e destaca ainda que, para terem conforto, os agricultores precisam produzir com mais tecnologia.

Em relação ao trabalho infantil, há um consenso de que as crianças devem estudar, mas na agricultura o trabalho infantil é naturalizado como benéfico, preparando os jovens para a inserção no trabalho. Segundo Conde, a exploração infantil hoje é escamoteada em “ajuda” e difere do espaço fabril concentrador descrito por Marx e por Engels, no século XIX. (CONDE, 2007, p.101)

Neste aspecto existe um termo de responsabilidade para o agricultor de manter os filhos até os 14 anos na escola, assim como os compromissos na integração da responsabilidade de acordar o contrato, produzir a quantidade com a qualidade comprometida. A empresa, por outro lado, se responsabiliza com a compra, assistência técnica e entrega dos insumos.

O instrutor ressalta ainda que a empresa apóia o cultivo de outras culturas, especialmente a pecuária e a criação de aves para a região Sul.

### **Passos da produção até a comercialização**

- Levantamento de plantio até 28 de fevereiro;
- De abril a junho são feitos os contratos;
- Registro de quantos mil pés o agricultor se determina a plantar, assinatura do contrato, encaminhamento dos insumos;
- Assistência técnica de canteiro (sistema Float);
- Assistência técnica de lavoura no plantio: lavração, calcário, análise do solo, capação (procedimento que quebra a flor do fumo para que não crie mais folhas; é feito quando a

---

<sup>93</sup> A estufa LL é usada na cura e secagem do fumo e outros produtos agrícolas, e utiliza-se de lenha e energia elétrica mono e trifásica, com sistema de ar forçado e folhas soltas. Possui controle automático de temperatura e umidade. A estufa LL é uma exclusividade da Souza Cruz, pois em 2003 o Instituto Nacional da Propriedade Industrial, concedeu à empresa, de forma definitiva, a patente da estufa LL com o nº MU7703261-6. Ou seja, todo sistema de cura de folhas soltas é uma tecnologia desenvolvida de forma pioneira pela Souza Cruz. O comércio ou uso dessa tecnologia por terceiros não autorizados será considerado crime, nos termos do artigo 183 estando o infrator sujeito a penalidades no âmbito criminal e à condenação por perdas e danos. Folder estufas LL: Cura em folha solta, Souza Cruz, S/D.

planta já tem um número de folhas suficientes para apanhar, pois é pelo número de folhas que se calcula a produção);<sup>94</sup>

- Colocação do antibrotante para inibir a perpetuação da planta e direcioná-la para a produtividade (folhas);

- São realizadas três reuniões anuais para esclarecer o procedimento do trabalho durante esse período, já que é uma fase muito importante e que irá definir uma boa produtividade;

- Assistência técnica na propriedade, em média oito visitas durante o ano;

- Colheita: é feito todo o acompanhamento. O ponto de maturação das folhas: colhe-se em média 4 folhas por vez, o que em média dá 6 apanhadas até o final da safra;

- Cura: é o condicionamento do fumo durante mais ou menos 6 dias para que obtenha cor, oleosidade, elasticidade através do processo de secagem (na estufa). É preciso controlar o calor e a umidade (há algumas janelinhas na lateral da estufa que devem ser abertas ou fechadas, dependendo da temperatura). O fator que determina a qualidade do fumo é a umidade. Ao lado da fornalha há uma tabela com a indicação dos valores da umidade e do calor indicados no processo de cura. Existe um termômetro que controla a temperatura;

- 80% dos agricultores usam o sistema convencional de estufa alta. O sistema LL de gradilho tem um custo muito alto, em torno de R\$ 20 mil, parcelado em 6 anos, e consome muita energia elétrica já que o calor se expande através da ventilação. Demanda ainda uma capacidade de energia elétrica não disponível em muitas propriedades;

- Condicionamento no paiol (galpão): após o processo de cura, o fumo é condicionado no paiol, onde é feito o acompanhamento na classificação para que obtenha um bom preço no produto.

A produção de fumo é beneficiada em Santa Cruz do Sul/RS, e seu destino são os mercados europeus, do Japão e dos EUA.

---

<sup>94</sup> A planta não pode continuar gerando folhas, pois isso faria com que as folhas contidas no pé não se desenvolvessem adequadamente, ocasionando perda de qualidade do fumo.

Figura 13- Fardo de fumo



De acordo com o instrutor, atualmente o sistema integrado é viável. No entanto, em 2003, a empresa recebeu apenas 60% da produção, pois outras empresas entraram pagando um preço à vista. Ressalta ainda que o agricultor precisa ter um controle de custos, já que a lenha utilizada na estufa não é subsidiada. A empresa subsidia somente a muda de eucalipto, que é paga na safra, mas não subsidia a lenha, se o agricultor não plantar eucalipto terá que comprar por sua conta.

A tendência do fumo (ver tabela 07), segundo o instrutor, é aumentar a estimativa da produção em função do número de nascimentos, o que para empresa determina o aumento do consumo do fumo, já que as taxas de natalidade se mantêm, o que para a empresa é um indício de novos fumantes.

Tabela 07- Tendência da produção do fumo

Emergente	Crescente	Estável	Ajustes
2000/2002	2003/2004	2005/2006	2007
↓	↓	↓	↓
498.400	630.000	839.000	760.000

Fonte: Planilha de produção do instrutor.

Para o instrutor da empresa de fumo, a produção integrada de fumo é positiva, porque o agricultor é muito bem informado acerca do que o mercado espera e porque trabalha com alta tecnologia. O agricultor é visto como um empresário rural, e se espera que trabalhe maciçamente, para que adquira as tecnologias, e que tenha organização e limpeza no local de trabalho.

Isso nos remete à concepção de Marx, acerca do trabalho de cooperação onde as condições de trabalho aparecem como se fossem independentes do próprio trabalhador. Diz o teórico que

a cooperação permite ampliar o espaço no qual se realiza o trabalho, sendo exigida por certos processos de trabalho em virtude da extensão do espaço em que se executa. É o que ocorre com a drenagem, na construção de diques, com obras de irrigação, canais, estradas, ferrovias, etc. Além disso, ela possibilita que a produção, relativamente à sua escala, seja levada a cabo num espaço menor. Essa redução de espaço do trabalho simultaneamente com a ampliação de sua eficácia, com o que se eliminam uma série de custos dispensáveis, torna-se possível com a concentração dos meios de produção. (MARX, 2002, L.1.v.I., p.382).

Nesse sentido, a empresa integradora criou o programa **SOL Rural**<sup>95</sup> – Segurança, Organização e Limpeza, com o objetivo de contribuir para a segurança, organização e a limpeza<sup>96</sup> das propriedades rurais das famílias de fumicultores.

A empresa justifica o projeto alegando que os países que importam o fumo querem conhecer a procedência da matéria-prima, ou seja, a propriedade do agricultor. Por essa razão, estão realizando um programa piloto com 10 agricultores em Rio Negro, no Paraná. Segundo o instrutor, pretende-se com isso preparar os agricultores para que possam atender às exigências de qualidade que os mercados importadores requerem. Desse modo, o instrutor organiza reuniões com os agricultores para apresentar o programa e após a sua implantação na propriedade, faz as observações e orientações necessárias.

Hoje os agricultores já fizeram várias mudanças na propriedade, como: reformas na casa, compra de implementos, antenas parabólicas, compra de carro, etc.

### **Unidade de processamento de fumo Souza Cruz Blumenau/SC**<sup>97</sup>

A Souza Cruz é uma empresa subsidiada pela BAT — British American Tobacco, que é o maior grupo internacional de tabaco, responsável pelo desenvolvimento de novas variedades

<sup>95</sup> A Souza Cruz, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural do Paraná (Senar/PR), desenvolve o programa SOL Rural. O SOL faz parte de um programa maior, denominado Excelência em Qualidade, que tem por objetivo aprofundar cada vez mais os conceitos de qualidade relacionados à produção do fumo no Brasil. In.: *O produtor de fumo*: Santa Cruz do Sul – Revista, jan/fev/mar-2007, p.10.

<sup>96</sup> Como as empresas importadoras são muito exigentes em termos de qualidade e limpeza, o programa SOL Rural tem também como um dos principais motivos eliminar a existência de objetos estranhos (penas de galinha, capim, fios, palha, plásticos), já que este resulta num dos mais graves problemas, devido às exigências dos clientes. Os fumos com material estranho, excesso de umidade, mofo e misturas de classes, são enquadrados como desclassificados e são devolvidos.

<sup>97</sup> Dados coletados na visita realizada na Unidade de processamento de fumo na empresa Souza Cruz em Blumenau/SC, com o objetivo de apreender como se dá o processo de integração com os agricultores e quais são os procedimentos na chegada do fumo à empresa.

de fumo, buscando sempre melhoria na qualidade e na produtividade, bem como resistência a pragas.

A BAT realiza negócios em mais de 180 mercados nacionais. Uma característica marcante do grupo é sua estrutura descentralizada, de modo que cada companhia local tem liberdade de ação e responsabilidade pelas suas operações, dentro de uma enorme grade global de princípios e padrões claramente definidos a partir da sede do grupo em Londres.

Segundo Grigoroski (2004), a Souza Cruz criou o sistema integrado de produção e a integração vertical, ou, etapa de processamento. Com estas duas frentes, a empresa, com a primeira, criou um sistema de produção que lhe garantisse o fornecimento de matéria-prima de maneira eficiente e padronizada. A segunda frente constitui, na incorporação da empresa, de uma etapa da cadeia produtiva, o processamento do fumo em estado bruto.

Para coordenar as duas frentes, a empresa contratou técnicos estrangeiros para o estudo das condições do solo brasileiro, ação essa intermediada pela BAT que enviou os técnicos ao Sul do Brasil com a finalidade de identificar áreas com as melhores características para o plantio de fumo.

Nesse contexto, o desenvolvimento do sistema integrado de produção, de acordo com Liedke, se resume

Numa posição vantajosa, a Companhia Souza Cruz passou a ditar as regras do jogo, ao nível dos processos de produção agrícola e de compra de matéria-prima (decisão de preços para as diferentes classes, a qual era adotada pelas demais empresas compradoras); e também ao nível do desempenho industrial junto aos camponeses, especialmente quanto às questões de qualidade e classificação do fumo e seus preços, uma vez que as demais empresas existentes não lhe eram competitivas (LIEDKE, 1997, *apud* GRIGOROSKI, 2004, p.38)

A produção de fumo no Brasil envolve 156 mil produtores integrados, somente com a Souza Cruz, e cuja área de plantio excede 360 mil hectares. Os produtores de fumo se constituem como proprietários de até 16 hectares de terra, onde 2,8 hectares são destinados para o cultivo do fumo e o restante distribuído para a produção de outras culturas, como o reflorestamento<sup>98</sup>, que conta com o fornecimento de mudas de eucalipto subsidiadas.

Na safra de 2007, 44.800 produtores estão integrados nos estados da região Sul, que compreende o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, abrangendo 708 municípios.

---

<sup>98</sup> Com sede em Pelotas, a Votorantim Celulose e Papel (VPC) pretende até 2011 formar uma unidade com 100 mil hectares de florestas de eucalipto não contínuas, distribuídas por centenas de fazendas que comporão seu parque florestal no Rio Grande do Sul. Mais informações no endereço eletrônico: [www.vcp.com.br](http://www.vcp.com.br).

Atualmente a empresa absorve cerca de 40% do fumo na fábrica de cigarros<sup>99</sup> em Cachoerinha/RS, e exporta 60% para países europeus.

Para continuar atendendo aos mercados doméstico e internacional com qualidade, a Souza Cruz deve produzir um fumo que atenda às mais rigorosas exigências quanto à maturidade, equilíbrio químico e limpeza.

Tais exigências atingem o produtor, de modo que “para a empresa é fundamental que o agricultor siga sempre as orientações passadas pela assistência técnica da Souza Cruz. Agindo assim, o produtor garante um excelente resultado no final da safra”<sup>100</sup>. O problema é que o resultado é apropriado pela empresa.

### **Vantagens e compromissos do produtor integrado**<sup>101</sup>

De acordo com Stevens (2007) as vantagens<sup>102</sup> e compromissos do produtor integrado com a Souza Cruz são os seguintes:

- **Vantagens:**
- Garantia de compra da safra;
- Rapidez no recolhimento do fumo no campo, preservando a qualidade e o peso do produto;
- Menor custo por hectare plantando com insumos de alta qualidade;
- Informação sempre atualizada a cada visita, com apoio de computadores portáteis<sup>103</sup>;
- Extrato de conta simples claro, e atualizado a cada entrega;
- Desenvolvimento de novas tecnologias, ajustadas às necessidades do produtor, como a estufa LL e o sistema Float<sup>104</sup>;
- Assistência técnica da melhor qualidade e com visitas periódicas;

---

<sup>99</sup> Segundo Grigoroski (2004), a propaganda expressa, através dos rótulos de embalagens de cigarro, mexia com o simbólico e o imaginário do consumidor. As marcas nacionais foram intensificadas a partir de 1914 com figuras de mulheres repletas de sensualidade. Dentre as quais podem ser citadas Odaliska, Yolanda, Dalila, Odette, que permaneceram no mercado do Brasil por 40 anos. Informação disponível no site: [www.centrodelogistica.com.br/new/teses/pdf/01dez04-paulogrigoroski.pdf](http://www.centrodelogistica.com.br/new/teses/pdf/01dez04-paulogrigoroski.pdf).

<sup>100</sup> *O produtor de fumo*: Santa Cruz do Sul – Revista, jan/fev/mar-2007, p. 2.

<sup>101</sup> *O produtor de fumo*: Santa Cruz do Sul – Revista, jan/fev/mar-2007, p. 3.

<sup>102</sup> Os agricultores integrados são também chamados de parceiros, colaboradores termos, utilizados pelo modelo de competências.

<sup>103</sup> Aparentemente o campo se encontra modernizado, no mundo virtual; em suma, é um cadastro completo de todas as famílias integradas, para obter um maior controle no processo de produção.

<sup>104</sup> Pelo contrário, tecnologias desenvolvidas para expandir a relação de troca; necessidade de perpetuação na produção de mercadorias.

- **Equipe de pesquisa que pensa e cria alternativas** que aumentam a produtividade e a qualidade e preservam cada vez mais o meio ambiente<sup>105</sup>;
- Empresa socialmente responsável;
- Programas de preservação do solo e da água e de incentivo ao reflorestamento<sup>106</sup>;
- Ações para a melhoria do meio ambiente, com programas de incentivo às comunidades envolvidas;
- Garantia de continuidade do negócio do fumo, na exportação e no mercado interno;
- Disponibilidade de sementes de alta produtividade e qualidade para cada época do ano.

### **Compromissos do produtor, segundo a Souza Cruz**

- Respeito ao contrato de parceria com a empresa; (é a subordinação do agricultor)
- Entregar o volume de fumo contratado, assim não há risco de haver prejuízo para o produtor ou multa por quebra de contrato<sup>107</sup>;
- Garantir a continuidade do negócio;
- Ter responsabilidade social com a geração de impostos, não recolhidos pelos atravessadores que não tem nenhum compromisso com os produtores; (exclusividade na produção)
- Produzir fumo de qualidade, livre de resíduos e materiais estranhos;
- Uso do pacote tecnológico e aceitação das orientações técnicas da empresa; (uma produção determinada externamente)
- Compromisso com o meio ambiente e erradicação do uso de mão de obra infantil<sup>108</sup>;
- O produtor deve ser um verdadeiro empresário do campo, por isso a importância do planejamento e a gestão dos recursos financeiros<sup>109</sup>.

<sup>105</sup> As alternativas consistem em criar programas de reflorestamento, novas variedades de fumo, assim como a introdução de outras culturas como a produção de mamona. O processo de integração expressa uma relação contraditória, à medida que a produção de fumo, assim como a produção de eucaliptos, resultam em culturas que produzem a degradação do homem e da natureza, e sob todos os aspectos produzem a miséria e a degradação do homem.

<sup>106</sup> Projeto de reflorestamento e preservação ambiental, sendo a Souza Cruz a única fumageira do mundo certificada internacionalmente pelo seu trabalho de reflorestamento e preservação pela Rainforest Alliance.

<sup>107</sup> Cláusula terceira – Comercialização do fumo em folha: 3.1.1. A produção de fumo objeto do presente contrato, resultante da área plantada e da estimativa de produção acordada entre as partes, deverá ser integralmente adquirida pela COMPRADORA junto ao PRODUTOR, podendo variar até no máximo 5% (cinco por cento) para mais ou para menos e será entregue pelo produtor para classificação e aquisição no estabelecimento da compradora definida nas cidades de Blumenau./SC, Rio Negro/PR, ou Santa Cruz do Sul/RS. Mais informações estão no anexo 02 no contrato de compra e venda de fumo em folha.

<sup>108</sup> Constatamos, no decorrer das entrevistas, com os agricultores que as crianças em idade escolar estão nas escolas. No entanto, no período que estão em casa, ajudam os pais nos afazeres domésticos, mas, quando os adultos trabalham com o fumo no galpão, as crianças permanecem juntas, pois não consideram um trabalho pesado (separar, manocar, etc.).

Observamos que a empresa vê o agricultor como um parceiro fiel, relação esta estabelecida no contrato. Atualmente, existem 48 tipos de classificação do fumo para o agricultor, que são determinados pela cor, tamanho, oleosidade da folha. Ou seja, todo o trabalho do agricultor é definido na classe<sup>110</sup> em que o fumo for inserido, é o que define o valor de mercado para o agricultor.

Quanto ao incentivo de redução do plantio de fumo, segundo o gerente regional de operações agrícolas, deve-se à adequação da demanda do mercado, pois a empresa vai produzir a estimativa de volume que o mercado requer. Por essa razão, as oscilações de mercado são próprias da economia mundial, e assim “a tendência da produção do fumo é sempre se adequar à demanda”. A alternativa apresentada pelas empresas em substituição à cultura do fumo é agregar outras culturas como a mamona e eucaliptos<sup>111</sup>.

A Souza Cruz, do mesmo modo, incentiva a produção de eucaliptos com os agricultores integrados. Segundo o gerente regional da empresa, o incentivo ao reflorestamento é importante por duas razões: “primeiro porque os agricultores passam a contar com matéria-prima para o processo de secagem do fumo e possíveis obras na propriedade, ou uma possível renda extra na venda para terceiros. Segundo, que estará contribuindo para a preservação do meio ambiente”<sup>112</sup>.

Diante das constatações acima, observa-se a ampliação do agronegócio em curso, que expande sua produção de acordo com as necessidades do capital, que configura a produção de um determinado produto para atender às necessidades do mercado mundial.

---

<sup>109</sup> “O planejamento financeiro traz grandes vantagens ao produtor e ajuda a evitar o endividamento. O produtor deve ser um verdadeiro empresário do campo, por isso a importância do planejamento e a gestão dos recursos financeiros”. In.: *O produtor de fumo*: Santa Cruz do Sul – Revista, jan/fev/mar-2007, p. 12. Planilha de planejamento financeiro do fumicultor em anexo 03.

<sup>110</sup> Existem atualmente 48 classes de fumo para o agricultor, cada uma com um preço diferente. Dessa forma, o agricultor, ao enviar o fumo para a fábrica, faz a sua própria classificação. No entanto, quando o fumo chega na fábrica enfardado, todos os dados são checados direto no computador, pois cada agricultor possui um número que o identifica (agricultor, peso, classificação), e, portanto, se a pessoa responsável neste setor entender que a classe não condiz com a qualidade do produto, ele tem autonomia para mudar. O que chama a atenção, é que esse processo é feito a olho nu: o responsável rasga o fardo com um tipo de foice pequena e olha a folha e canta a classe para a funcionária inserir no sistema. Isto confirma nossa análise da determinação externa sobre todo o processo produtivo.

<sup>111</sup> A produção de eucaliptos encontra-se em fase de expansão na região Sul. O grupo Votorantim indica a implementação de outro produto monocultor, a celulose. Sua implantação, iniciada em 2003, visa atender às futuras necessidades de madeira da VCP. Aproximadamente 30% de sua área será plantada em regime de fomento, por meio do Poupança Florestal<sup>111</sup>; é o agronegócio das multinacionais que dominam as pequenas unidades de produção no campo, sem fronteiras.

<sup>112</sup> O lema da empresa para incentivar os mais de 45 mil produtores integrados a plantar árvores é: “De um lado têm os que fazem reflorestamento porque é um bom negócio, de outro, têm os que reflorestam para preservar o meio ambiente, a empresa Souza Cruz incentiva os dois lados”. Fonte: Revista Souza Cruz reflorestamento: Bom para o meio ambiente, bom para sua propriedade. Disponível em: [www.souzacruz.com.br](http://www.souzacruz.com.br).

### **Unidade do Centro de Melhoramento de Fumo CMF, Rio Negro/PR<sup>113</sup>**

O Centro de Melhoramento de Fumo – CMF da unidade de Rio Negro, no Paraná, é responsável pelo desenvolvimento de novas variedades de fumo, buscando melhorar a qualidade e produtividade, bem como a resistência a pragas. Desenvolvem pesquisas na área de melhoramento e produção de sementes, que são certificadas pelo Ministério da Agricultura.

O CMF se divide em três grandes sub-áreas que são: UMF – Unidade de Melhoramento do Fumo, UPS – Unidade de Produção de Sementes e UIS – Unidade de Industrialização de Sementes.

UMF – Unidade de Melhoramento do Fumo: conta com o apoio de três grandes laboratórios: Laboratório de Tecidos, Laboratório de Marcadores (que identifica plantas resistentes a doenças) e o Laboratório analítico (que desenvolve folhas com menor teor de nicotina)<sup>114</sup>. O cruzamento de espécies é feito de modo convencional, isto é, manualmente.

UPS – Unidade de Produção de Sementes: a Souza Cruz possui duas fazendas de sementes, uma em Rio Negro e outra em Maringá, ambas no Estado do Paraná. Ambas as fazendas servem tanto para produzir sementes como para realizar os testes das pesquisas de melhoramento de sementes. A empresa adota, como estratégia de segurança, manter 50% de suas pesquisas desenvolvidas em cada uma das fazendas.

**Figura 14 – Unidade de produção de sementes Rio Negro/PR**



<sup>113</sup> Dados coletados na visita realizada na Unidade de Melhoramento de Sementes de Fumo em Rio Negro/PR. O objetivo foi acompanhar a cadeia produtiva do fumo para apreender qual a tendência da produção de fumo, já que uma das determinações da Convenção Quadro contém a erradicação da cultura do fumo.

<sup>114</sup> Segundo a técnica responsável pelo laboratório, o teor de nicotina se altera com a adubação, por isso, após a capação, a planta não poderá ser mais adubada.

UIS – Unidade de Industrialização de Sementes<sup>115</sup>: neste espaço as sementes são poletizadas, isto é, como a semente de fumo é muito pequena, a poletização é um processo que aumenta em 60 vezes o seu tamanho, facilitando o manejo na hora de semear, além de condicionar uma cor definida, pois existem cinco tipos de fumo<sup>116</sup>, de modo que cada tipo é reconhecido por uma determinada cor.

Conforme o pesquisador da área de melhoramento de sementes da Souza Cruz, após todo o processo de industrialização, a semente é certificada pelo Ministério da Agricultura, o que diminui em 18% o valor da semente para o agricultor.

Na fazenda de Rio Negro, apenas uma pessoa é funcionária contratada da Souza Cruz. O restante, em sua grande parte mulheres do campo que moram nas proximidades da fazenda, são de empresas terceirizadas, e trabalham na época de safra de sementes em regime de contrato. Mais um fenômeno do trabalho na atualidade presente nas relações de trabalho no campo, a terceirização e o trabalho temporário.

O trabalho das mulheres está concentrado na área de polenização<sup>117</sup> das sementes que é feito manualmente nas lavouras.

Após a colheita, as sementes são levadas para as estufas dando início ao processo de secagem, com um rigoroso controle de qualidade. Na seqüência, passam para a sala de malhar, onde a semente é descascada e preparada para a poletização.

A empresa possui um estoque de sementes para cerca de dois anos. São produzidos, em média, 500 kg de semente anualmente, empregando ao redor de 250 pessoas nas safras, todas mulheres em regime de contrato.

Em síntese, constatamos que, dentre os 62 países onde atua a British American Tobacco, a Souza Cruz do Brasil é a única empresa do grupo a produzir sementes de fumo. O objetivo da empresa é exportar sementes de fumo para todos os países integrantes ao grupo BAT.

Assim, fica claro que a empresa já tem uma alternativa de saída se a produção de fumo no Brasil tiver que ser erradicada. Já para o agricultor, a solução seria erradicar a cultura do

---

<sup>115</sup> A visita nesta unidade proporcionou verificar o controle do capital pela produção de sementes, não mais do agricultor. A empresa adota punições, caso o agricultor se utiliza de outra semente.

<sup>116</sup> Tipos de fumo: *Virgínia*: reconhece-se pela cor azul, é mais propícia nos Estados do Sul (RS, SC, PR), e difere-se dos demais tipos devido ao seu amadurecimento ocorrer por etapas e necessitar do processo de secagem em estufas. *Burley*: definida pela cor vermelha. *Comum*: cor amarela. *Oriental*: cor laranja, específico da região Nordeste. Maryland: cor verde. Nesses quatro últimos tipos, o processo de amadurecimento se difere, pois a planta é cortada de uma só vez, e secada naturalmente ao sol, sem necessidade de estufas. As cores servem para identificar cada tipo de semente, há um rigoroso controle nesse sentido, começando pela colheita, onde as sementes já são colocadas em sacos e identificadas.

<sup>117</sup> Como se trata de melhoramento de sementes, a fecundação das plantas é feita manualmente, através da polenização. É um trabalho minucioso realizado pelas mulheres, onde o pólen é colocado na flor do fumo com ajuda de um pincel.

fumo e ampliar a produção de eucaliptos, cultura essa que já está inserida na atual produção de fumo, assim como também há a tendência do cultivo da mamona, ainda que ambas na mesma lógica de produção monocultora.

Conhecer as instalações da Unidade de Processamento de Fumo em Blumenau e a Unidade de Melhoramento de Sementes em Rio Negro, foi algo de fundamental importância, à medida que proporcionou desvendar os tentáculos imbuídos na cadeia produtiva do fumo, visto que a produção dessa cultura ocorre de formas diferentes, dependendo do clima e do solo. Por essa razão, todo o investimento na área de melhoramento de sementes visa desenvolver melhores qualidades de sementes que se adaptem aos solos de cada produtor integrado, já que, como pode ser constatado ao decorrer do trabalho, hoje existem cinco tipos de sementes de fumo, distribuídos por regiões específicas.

No entanto, o foco da empresa é preparar-se para exportar sementes de fumo para os países integrantes da BAT. Com isso, é possível concluir que, se o Brasil atender às exigências da Convenção Quadro de redução do consumo de cigarros, a empresa integradora já tem uma solução: exportar sementes mundialmente, pois já se encontram em fase de testes e visitação em muitos países. Isso implica que para a empresa já há uma saída, para o agricultor seria parar a produção.

Em Rio Negro, as famílias integradas produzem até num hectare e meio de terra, no sistema de estufa LL folha solta, tecnologia patenteada pela Souza Cruz que, conforme salientado, somente pode ser utilizada pelos agricultores integrados à empresa. A diferença está em menos consumo de lenha e a facilitação do trabalho, pois as folhas ficam soltas no processo de cura. Contudo, necessita maior intensidade de energia elétrica.

No que concerne à saída dos filhos do campo para a cidade, a empresa desenvolve tecnologias para que somente os pais, ou um dos filhos, permaneça na propriedade, na alegação de que não há terra para todos. Como são pequenas quantidades de terra, em média 12 hectares, não seria possível manter todos no campo, de modo que as tecnologias servem para que possam produzir mais, com menos trabalhadores. Dito de outro modo, alta produtividade e qualidade, com redução do trabalho vivo<sup>118</sup>.

---

<sup>118</sup> Isso foi possível constatar numa propriedade em que produzem fumo em apenas um hectare e meio, onde somente os pais trabalham no fumo, sendo que os três filhos trabalham na cidade.

### 4.3 Integração com a Indústria: instituição do trabalho coletivo

A contradição expressa na relação de trabalho no processo de integração, denota a centralidade que o trabalho representa na vida das pessoas. Esse movimento na relação de trabalho integrado a empresas multinacionais permite ao capital a apropriação da terra, sem expulsar o agricultor, uma vez que a expropriação da mais-valia está garantida pelo capital na relação social capitalista.

Nessa relação, o trabalho passa a ser coletivo, pois o trabalhador integrado com a agroindústria participa no processo produtivo de uma determinada mercadoria, ou seja, faz parte de uma cadeia produtiva, de forma camuflada, de modo que submete todos os integrantes da família, inclusive mulheres e crianças. Há uma relação social capitalista com extensivas jornadas de trabalho, sem limites, produzindo para o capital, sob condições estabelecidas pelas empresas integradoras. Segundo Marx,

a produção capitalista só começa realmente quando um mesmo capital particular ocupa, de uma só vez, número considerável de trabalhadores, quando o processo de trabalho amplia sua escala e fornece produtos em maior quantidade. A atuação simultânea de grande número de trabalhadores, no mesmo local, ou, se quiser, no mesmo campo de atividade, para produzir a mesma espécie de mercadoria sob o comando do mesmo capitalista constitui, historicamente e logicamente o ponto de partida da produção capitalista (2002, p. 375).

Portanto, no modo de produção capitalista, a produção da vida não é mais um ato individual, mas social, coletivo, de tal modo que o problema de cada um é coletivo, e todos os trabalhadores de uma forma ou de outra produzem riquezas para outros, já que as relações capitalistas pressupõem que o capital é trabalho social acumulado e apropriado individualmente pelos capitalistas.

**Figura 15 – Trabalho no fumo**



Segundo Aued, o trabalhador social, como unidade do trabalhador coletivo, se manifesta de duas formas:

Uma humana e outra material. Enquanto humana, ele se impõe como trabalhador individual que tem de executar as mesmas tarefas, no mesmo tempo, com a mesma qualidade e quantidade: um trabalhador é igual a qualquer outro trabalhador. Enquanto material, o ser social emerge como ferramenta especializada para execução da mesma tarefa. Independentemente da habilidade e da destreza do trabalhador individual, a ferramenta determina os movimentos e as condições de seu uso para uma atividade, também específica. Quanto mais simples for a tarefa executada pelo trabalhador, mais a ferramenta se especializa (1999, p.123).

Não há fronteiras para o capital, e na contínua busca de sua autovalorização necessita destruir qualquer possibilidade de trabalho autônomo, visto que sua manutenção depende, de forma constante, da obtenção do trabalho excedente de outros. Esse movimento de destruição da agricultura familiar denota que no sistema capitalista não basta apenas trabalhar, não basta apenas produzir, é preciso produzir mais-valia social.

A centralização do capital não significa somente a concentração dos meios de produção, mas sobretudo a centralização do capital. Percebe-se que não há espaço para os agricultores familiares que antes produziam parte de seus meios de subsistência, pois, uma vez integrados à agroindústria, estão subordinados ao movimento do capital, e por isso não mais trabalham individualmente, mas associados a grandes empresas multinacionais. É o que expressa, justamente, o trabalho dos agricultores integrados à produção de fumo.

Segundo Aued, o capital,

Quando se apropria do processo produtivo, constitui-se no fator primordial da determinação da produção, tendo por base a cooperação entre os homens, isto é, o trabalhador coletivo. Na constituição do trabalhador coletivo, o capital destrói, transforma ou molda as formas individuais de produzir riqueza a sua imagem e semelhança (1999, p.121).

Nesse contexto, a produção monocultora, que antes era praticada pelos latifundiários na produção agro-exportadora e que historicamente foi se consolidando na agricultura familiar, contribui para extinguir a forma como era realizado o trabalho no campo, onde o aprendizado era realizado na passagem de pai para filho, um trabalho manual, individual, com os membros da família.

Na integração, as indústrias integradoras coordenam o trabalho no campo, na medida em que os instrutores fiscalizam o trabalho<sup>119</sup>. Os agricultores são controlados pelo contrato, e produzem a qualidade e quantidade do produto determinado no mesmo. Nessa relação, são chamados de colaboradores e parceiros, porém, na organização da empresa, a ordem é vertical, de modo que os próprios agricultores se auto-fiscalizam; é o modelo de competências que também se institui no campo. Isso denota que o alto controle que as empresas detem sobre a produção é uma forma de fiscalização.

Nota-se, portanto, no processo de integração com a agroindústria, além da perda da autonomia, uma produção monocultora que atende às necessidades do capital, que leva o agricultor ao endividamento<sup>120</sup> e sobrepõe toda força de trabalho de sua família a um trabalho intenso e a longas jornadas em certos períodos da produção.

Trata-se aqui da dupla exploração do trabalhador: mais-valia absoluta<sup>121</sup> e mais-valia relativa<sup>122</sup>, totalmente subjugada ao modo de produção capitalista, onde se institui o trabalho coletivo na submissão de todos os integrantes da família a um trabalho social, igual, pois se sustenta na relação social que se estabelece no contexto geral de produção. Aqui não há apropriação da mais-valia pelo trabalho assalariado, como se referia Marx (1974), mas o agricultor integrado estabelece uma relação social capitalista, visto que na relação serve de autovalorização do capital para as multinacionais.

---

<sup>119</sup> Segundo Marx, na maquinaria e na grande indústria dos séculos XVIII e XIX, os inspetores das fábricas eram responsáveis pela fiscalização dos trabalhadores para que o capitalista extraísse o máximo de sua capacidade física.

<sup>120</sup> O agricultor está descapitalizado, as agroindústrias subsidiam todos os implementos necessários para a produção, porém com preços bem acima do mercado. Desse modo, o agricultor é condicionado a comprar somente da empresa integradora, assim como somente pode vender seu produto para ela, mesmo que isso implique que a empresa integradora pague um preço abaixo do valor de mercado, pois como é um processo integrado, o agricultor é obrigado a entregar a matéria-prima.

<sup>121</sup> Segundo Marx, a mais-valia absoluta prolonga a jornada de trabalho. Ou seja, reduz o tempo de trabalho que o trabalhador necessita para a reprodução da sua vida material pessoal, de modo que ele passa a trabalhar mais para o capitalista.

<sup>122</sup> A mais-valia relativa é tempo de trabalho de apropriação do capitalista; é o mais-trabalho.

A exploração do pequeno agricultor se institui a partir do contrato<sup>123</sup> que o agricultor estabelece com a empresa integradora, mesmo que não seja de forma assalariada. Nesse sentido, cumpre notar que vivemos no movimento de redução, do enxugamento do salário, posto que, com o atual desenvolvimento das forças produtivas, surgiram necessidades de ampliar as formas de reprodução do sistema capitalista, em vista da crise de lucratividade do capital. Portanto, o pequeno agricultor, por ser “dono” dos meios de produção, sente-se pequeno proprietário, mas está destituído da sua autonomia, assim como o trabalhador da cidade quando se encontra no assalariamento. Figueira ilustra bem essa realidade, dizendo que esses trabalhadores “são produtores de mercadoria com pés de operário e cabeça de capitalista” (1979, p.58).

Isso denota que as famílias que produziam uma diversificação de culturas que atendia fundamentalmente às necessidades de produção da vida familiar, agora, no processo de integração, produzem uma única e exclusiva monocultura de interesse da lógica do capital, fazendo com que a produção dessa matéria-prima resulte numa mercadoria para outros, e que o trabalho social do pequeno agricultor resulte, no contexto geral de produção, em algo carregado de valor.

Frente a esse quadro, questionamos: Que movimento é esse que destrói a produção da vida no campo? De que forma isso ocorre? Que movimento é esse que leva as famílias a deixar de produzir para si mesmas, a perder a autonomia no trabalho, restando-lhes tão-somente o assalariamento<sup>124</sup>, para em seguida acabar na periferia das cidades e inserir-se num trabalho precário ou aumentar as filas do desemprego?

Marx (1985) ajuda a compreender esse processo que, durante o século XIX, na Europa, expropriou os trabalhadores de suas condições de trabalho, situação observada no século XX no Brasil e em toda a América Latina. Ainda que a forma apropriada pelo capital não seja a mesma do século XIX, quando se fez a divisão entre proprietários de capital e proprietários de trabalho assalariado, vivemos hoje, em contraposição, a escassez do trabalho assalariado, cada vez mais precarizado, parcial, desregulamentado. Isso denota que temos que dar respostas a problemas antigos e a novos problemas.

Segundo Marx, "o modo capitalista de produção e acumulação e, portanto, a propriedade privada capitalista exige o aniquilamento da propriedade privada baseado no trabalho próprio,

---

<sup>123</sup> Marx faz referência ao contrato social, método simples para promover a acumulação do capital na expropriação do trabalhador na Europa. In: *O Capital*, Volume I, 1985, p. 297.

<sup>124</sup> Principalmente o movimento de migração campo-cidade, o que implica no deslocamento dos jovens, sobretudo das filhas de agricultores familiares para os contextos urbanos, com trabalhos domésticos precarizados mas que ainda assim ajudam a complementar a renda da família.

isto é, a expropriação do trabalhador" (1985, p. 302). Isso significa dizer que, enquanto o agricultor familiar estiver produzindo individualmente para as necessidades fundamentais de reprodução da sua vida familiar, e permanecer proprietário de seus meios de produção, a acumulação capitalista e o modo capitalista de produção não se estabelecerão.

No entanto, ao integrar-se com a agroindústria, o agricultor estabelece uma relação através de um contrato, onde é condicionado a adentrar nas leis do mercado implicando numa relação social de produção capitalista entre pessoas, intermediada pelo capital, visto que o capital é uma relação histórica de produção e pressupõe a expropriação da propriedade privada, com o objetivo de ampliar o exército industrial de reserva<sup>125</sup> e afirmar sua reprodução. Segundo Marx,

Quanto maior o exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto mais maciça, a super população consolidada, cuja miséria está em razão inversa do suplício de seu trabalho. Quanto maior, a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial. Essa é a lei absoluta geral da acumulação capitalista (1985, p. 209).

Portanto, o mecanismo da produção e acumulação capitalista ajusta constantemente seu exército industrial de reserva, em detrimento da miséria da classe trabalhadora. Essa é a condição: o capital somente se reproduz produzindo miséria humana.

Observa-se, na tabela 08, a integração do agricultor ao capital, expressão que não é particular, mas que denota a realidade vivida pelos agricultores familiares, ainda que num pequeno espaço de terra. Nota-se que o agricultor não contabiliza o valor do seu trabalho, somente os gastos materiais. Assim, o capital expropria, ao mesmo tempo, a terra que "pertence" ao agricultor e a força de trabalho embutida no processo de produção capitalista.

**Tabela 08 - Agricultor familiar integrado da Souza Cruz, Rio Negro/PR, 2007**

Agricultor integrado	Total de terra	Subsídio da empresa	Gasto c/ lenha	Estimativa da produção	Preço médio/kg	Relação rendimento/subsídio
	3 hectares			2.500 kg/hec	R\$ 4,00	R\$ 20,000 (-) R\$ 10,000
Produção de fumo	2 hectares	R\$ 8.000,00	R\$ 2.000,00	5.000 kg	R\$20,000,00	
Total rendimento restante						R\$ 10,000,00

<sup>125</sup> Isto é, formado pelo contingente de pessoas que se encontram desempregadas. No entanto, vivemos num determinado momento histórico em que a lógica é a expansão de um exército de "sobrantes", já que nem mais de reserva servem.

Fonte: Dados coletados durante visita a Rio Negro, no Paraná.

Portanto, para o capital ativar seu mecanismo de acumulação, a forma de trabalho individual é insustentável, e por essa razão a integração com a agroindústria está associada às grandes empresas multinacionais que disseminam a lógica do mercado mundial, seja na forma de execução do trabalho, em todas as suas relações, seja na expansão do capital, na sua incessante busca de valorização.

Isso nos remete à mobilização do capital que Silver (2005) se refere, que se desloca por todos os países, em busca de recriar soluções para a sua valorização a partir de “novos” produtos, ou seja, a solução produto ou a realocação espacial, que não traz nenhuma novidade. O capital migra em busca de novas formas, que se definem em busca de força de trabalho mais barata. Assim, mudando de espaço geográfico continuamente, ora explora países da Ásia ora países da América Latina, com um determinado produto, até que não haja mais sustentabilidade para si mesmo. Então, desloca-se para um outro país, onde chega com alguma outra novidade, com outra solução produto (produção de fumo, frango, mamona, eucaliptos, cana-de-açúcar).

**Figura 16 – Produto de exportação**



Por outro lado, Silver (2005) remete à solução financeira e tecnológica que o capital cria, através do financiamento de subsídios e do fornecimento de “novas” tecnologias que o “novo” produto pressupõe, condições que acabam gerando o endividamento do agricultor familiar, que é o pressuposto para o capital sustentar-se na relação de capital-trabalho.

Em síntese, somente a partir do trabalho coletivo, segundo Marx, é possível estabelecer relações sociais de integração, visto que, quando os trabalhadores estão interligados, não

produzem para si, mas para outros, tornando-se um movimento revolucionário para a valorização do capital:

A jornada coletiva tem uma maior produtividade por ter elevado a potência mecânica do trabalho, ou por ter ampliado o espaço em que atua o trabalho; ou por ter reduzido esse espaço em relação à escala da produção; ou por mobilizar muito trabalho no momento crítico; ou por despertar a emulsão entre os indivíduos e animá-los, ou por imprimir às tarefas semelhantes de muitos o cunho da continuidade e da multiformidade; ou para realizar diversas operações ao mesmo tempo, ou por emprestar ao trabalho individual o caráter de trabalho social. Em todos os casos, a produtividade específica da jornada de trabalho coletiva é a força produtiva social do trabalho ou a força produtiva do trabalho produtivo social (MARX, 2002, p.382).

Nesse contexto, os agricultores integrados se constituem como trabalhadores coletivos na produção de uma determinada mercadoria (folha de fumo) para o capital transnacional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo das mudanças no trabalho e na produção de agricultores familiares, dentro de um determinado contexto histórico, denota as dificuldades e estratégias que os homens encontram para continuar produzindo sua vida no campo, e comprovam que o trabalho continua sendo central na vida das pessoas.

A inserção da agricultura familiar no modelo agroindustrial gera a implementação de modernas tecnologias, inserindo as pequenas propriedades no setor industrial na produção de mercadorias, e institui o modo capitalista de produção no campo. Logo, a integração com as agroindústrias de fumo exige uma forma de organização do trabalho na agricultura familiar que acaba por submeter todos os integrantes da família a trabalhar para uma determinada empresa, atendendo aos mais rigorosos controles de qualidade, numa produção monocultora determinada externamente por empresas multinacionais.

Nesse contexto, os trabalhadores do campo — e no caso específico da produção de fumo — passam a produzir diretamente para a indústria, sob condições plenas de subordinação, ao mesmo tempo em que a fiscalização dos instrutores coordena a forma do trabalho no campo, concentrando as famílias a trabalhar de forma organizada, em extensas jornadas de trabalho, durante todo o ano, numa única cultura, para atender às exigências de qualidade da mercadoria estabelecida no contrato de integração.

Observa-se, assim, que não há separação entre campo e cidade, os elementos para a extração do trabalho excedente estão presentes no campo, à medida que o capital, por meio da integração às multinacionais, concentra os agricultores numa única forma de produção de determinada mercadoria para outros.

Tais mudanças são decorrentes do movimento voraz do capital, num momento em que vivemos a flexibilização, desregulação, informalização e precarização de todo e qualquer tipo de trabalho, em que o trabalho assalariado se escasseia em detrimento de um exército de trabalhadores "sobrantes" (os desempregados). É a contradição expressa nas relações sociais do modo capitalista de produção, que tem como pressuposto sua reprodução, produzindo miséria humana e degradação das condições naturais e sociais de produção da vida.

A agricultura familiar se constitui na produção de monoculturas, voltadas para o agronegócio, o que denota na redução de produção de alimentos, assim como também a redução do trabalho vivo no campo, já que a produção no agronegócio é desenvolvida com alta tecnologia e sua produção serve exclusivamente para atender às demandas dos países ricos.

Dessa forma, a agricultura familiar se desconfigura, à medida que passa de uma atividade de apropriação das condições naturais de produção, onde comercializava apenas a produção excedente, para uma atividade de subordinação, integrada à agroindústria, produzindo determinada mercadoria, regido pela normatização das leis do mercado mundial. Em outras palavras, na integração, o agricultor produz somente o excedente, já que este não serve para o autoconsumo.

Mudam-se as formas de organização do trabalho, as ferramentas, o produto, e a chamada agricultura familiar perde seu caráter de produção de policulturas, onde todos os componentes da família produziam para atender, fundamentalmente, às necessidades da reprodução familiar.

As mudanças no contexto econômico impõem uma nova roupagem à agricultura familiar, sua aparência é de um empreendimento moderno integrado à agroindústria. A mudança se configura na produção de um único produto, não mais voltado para os meios de subsistência, mas na produção de uma mercadoria que gera valorização para o capital. E, em se tratando de uma relação de produção para o capital, uma das suas condições é a inserção de mercadorias com valor de troca na relação estabelecida por meio do contrato com as agroindústrias, o que configura uma relação de trabalho e produção submetida ao capital, por meio de financiamentos na compra de implementos e de tecnologias, que geram o endividamento do trabalhador.

Na integração, é mais conveniente para o capital deixar o agricultor no seu pedaço de terra do que expulsá-lo, pois todas as condições para obter a extração de mais-valia relativa estão presentes no processo de integração, que não fere a lei geral de acumulação, de modo que o lucro está garantido com a incorporação do trabalho vivo. O agricultor não contabiliza o valor do seu trabalho, somente os gastos materiais. Assim, o capital expropria, ao mesmo tempo, a terra que “pertence” ao agricultor e a força de trabalho embutida no processo de produção capitalista.

Desse modo o capital desenvolve mecanismos de dominação sobre a agricultura, explorando os agricultores familiares sem expropriá-los de sua terra. Tal situação nos faz refletir sobre o que representa a terra na atualidade, já não mais central quanto o capital para a criação de mercadorias.

Constata-se que, assim como no mercado de trabalho em geral, as indústrias necessitam constantemente aperfeiçoar-se, o que ocorre na produção do cultivo de fumo, onde os agricultores que não se adaptam às condições para a plena expansão do capital, são eliminados do processo produtivo integrado.

Isso resulta em afirmar que todos os elementos da sociedade moderna estão presentes na aparente oposição entre o rural e o urbano. Não há mais fronteiras, as empresas integradoras são grandes multinacionais que condicionam e instituem o trabalho coletivo no campo e nas cidades. Isso denota também que há uma segmentação aparente entre o rural e urbano, pois, essencialmente, ainda que com suas especificidades, ambos estão instituídos no mesmo sistema de produção capitalista, sob as mesmas condições, diferindo apenas a forma.

Assim o que destrói a vida no campo, como nas cidades, não é a inserção de tecnologias, pois essa é a forma atual. O que é necessário, na verdade, é buscar o conteúdo, que são as relações sociais, que continuam alicerçadas na relação capital-trabalho.

A forma é moderna, ou seja, realmente o campo mudou, está mais moderno, a integração permitiu o avanço de novas tecnologias (tratores, reboques, estufas com alta tecnologia no processo de secagem do fumo, inseticidas, sementes modificadas, celulares, entre outros). Contudo, o que isso significou para os agricultores? De acordo com os depoimentos, essa "modernização" se resume em mais trabalho, pois se expandiu a produção e dessa forma intensificou a atividade laboral, controlada agora pelo capital.

Portanto, a integração com a agroindústria transforma os agricultores em trabalhadores coletivos, pelo fato que os concentra na produção de uma única mercadoria, numa cadeia produtiva industrial, que é determinada externamente sob os mais altos controles de qualidade, numa produção para outros, o que causa estranhamento ao agricultor, fazendo com que o trabalhador do campo, assim como o da cidade, não se reconheça no trabalho.

Pelo exposto, conclui-se que a aparente segmentação entre o rural e o urbano não se sustenta. A produção da vida dos trabalhadores, nesta sociedade, se constitui dentro da mesma lógica, a de produzir excedentes para o capital; a forma pode mudar, mas o conteúdo é o mesmo.

A população geral de Pelotas, segundo dados do IBGE/ITEPA, é de 342.513 habitantes, sendo distribuída em 325.662 mil habitantes no espaço urbano, o que representa um percentual de 95,08%, e 16.851 mil habitantes, que corresponde a 4,92%, no espaço rural distribuídos em nove distritos o que denota que praticamente não há campo.

Esses dados alarmantes mostram as profundas transformações que ocorrem no campo, e que conseqüentemente alteram tanto a vida no campo como nos centros urbanos. Destacamos que a expressão desses dados se refere há um espaço singular, mas que se processam num contexto que expressa o movimento do capital em todas as instâncias. As mudanças observadas no trabalho do agricultor integrado, mencionadas ao decorrer desta dissertação, são coerentes com o movimento do capital, que ora muda o produto, ora muda a forma de

produzir, de acordo com suas estratégias de manutenção das taxas de lucro e de contenção das manifestações dos trabalhadores. E, considerando as transformações presentes na forma de produzir a vida, observamos que os agricultores integrados à agroindústria se encontram totalmente subordinados ao modo capitalista de produção, tendo em vista que a produção integrada é regida pelas leis determinantes do mercado mundial, que passa por uma reestruturação, prevista nas determinações da Convenção Quadro de diminuição do consumo do fumo em todos os países.

As empresas multinacionais de produção de fumo, como a Souza Cruz, investem na criação de novas variedades de sementes de fumo com o objetivo de exportar as sementes mundialmente, o que significa que para a empresa a solução consiste em criar e exportar sementes de fumo, enquanto que para os agricultores integrados é a ampliação da produção de eucaliptos, já inserida na produção de fumo. Assim, a lógica da empresa integradora, com os agricultores que não se adaptam às exigências de qualidade, é diminuir a produção de fumo, até a sua erradicação.

O atual incentivo à diminuição do cultivo do fumo compreende as mudanças do capital em curso, ao mesmo tempo em que é expressão da “crise” do modelo agroindustrial e ascensão do agronegócio com incentivo à produção do reflorestamento (produção de celulose) e mamona (produção de biodiesel), destinados para exportação aos países europeus, principalmente para os Estados Unidos. Para tanto, as saídas encontradas pelos agricultores integrados na produção de fumo, consiste na inserção de “novas” monoculturas (reflorestamento e mamona), cada qual repleta de diferentes tecnologias que, aparentemente, modernizam e facilitam o trabalho no campo, mas, essencialmente, estão imbuídas na mesma lógica. Outra saída é a busca por trabalho em espaços urbanos, onde conseguir alguma atividade remunerada consiste em ser um profissional qualificado, o que exige certo grau de escolarização.

Nesse contexto, a escolarização dos filhos dos agricultores não tem como resolver os problemas enfrentados seja no campo ou cidade, por duas razões: primeiro porque os filhos estudam para sair do campo, “querem uma vida melhor”, e segundo, porque as escolas agrícolas, onde geralmente estudam os filhos de agricultores, estão voltados para o modelo agroindustrial. Assim, os filhos de agricultores que alongam a escolarização vivem sob o mesmo dilema da população jovem do espaço urbano, em se qualificar para conseguir trabalho, num momento em que vivemos o desemprego e o acirramento da precarização total do trabalho, seja no campo ou na cidade. Portanto, trata-se de um problema estrutural da sociedade capitalista que cria a necessidade de qualificação quando não há trabalho, visto que

o capital tem que ativar constantemente os mecanismos que o sustentam, não importa se o trabalhador fizer uso da qualificação ou não, importa que tenha qualificação.

As relações sociais que os agricultores familiares estabelecem se configuram na ideologia de que aparentemente eles são os donos do próprio negócio estimulados pelos instrutores de fumo, que criam uma competição entre os vizinhos, fazendo com que cada agricultor produza com a mais alta tecnologia disponível. Desse modo, os agricultores não socializam seus problemas suas dificuldades na produção com outros agricultores, cada um deve resolver individualmente com o instrutor, cujo “papel” consiste em auxiliar como chegar a superar a produção do seu vizinho, o que configura na alienação do agricultor familiar ao passo que não trabalha para si, mas para outros, não se reconhece no trabalho que é determinado externamente, não produz mais individualmente, mas integrado ao capital transnacional, totalmente subordinado na relação social capitalista de produção.

As perspectivas de mudança expressam que os agricultores integrados tentam individualmente criar saídas, seja pela mudança de produto, pela liberação de membros da família para outras atividades, ou a saída de alongar a escolarização dos filhos. Não tem consciência que só sobrevivem porque estão vinculados ao trabalho coletivo. Já os agricultores não integrados não têm outras saídas senão organizar-se coletivamente, integrar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra MST, ou ir para as favelas, pois não tem como produzir individualmente nesta sociedade, é preciso buscar produzir a vida no coletivo.

O que se observa atualmente no campo é o aumento da produção, com uso intensificado de máquinas e menos trabalho vivo, sem a necessidade de qualificação do trabalhador do campo para isso, pois o conhecimento é determinado externamente pelas empresas integradoras. O conhecimento, a técnica e tecnologias são absolutamente necessários à produção do fumo, mas não sob controle do agricultor. Essa situação permite afirmar que a estratégia do alongamento da escolarização dos filhos de agricultores familiares contribui para o aumento do “estacionamento de desempregados”, num momento em que as ocupações se constituem a partir do avanço da precarização total do trabalho, contribuindo assim com a expansão do exército industrial de reserva e para a formação de uma população sobrando.

Desse modo, torna-se cada vez maior a contradição entre o trabalho como meio de satisfação das necessidades sociais coletivas e meio de subsistência individual, o que faz crescer os requisitos de qualificação para o trabalho, quando, na verdade, a qualificação não é certeza de alguma atividade laboral, pois a maior parte dos postos de trabalho que se abrem não requerem qualificação para a sua execução. Não obstante, cria-se também a constante

necessidade de qualificação profissional para o trabalho quando não há trabalho; é a contradição em processo, ativada pelo capital na sua constante busca por valorização.

O movimento do capital mostra que antes da integração os trabalhadores se encontravam dispersos, trabalhando individualmente, como integrados estão sob a concentração dos meios produtivos e também a centralização do capital. Quem rege a produção de fumo hoje é uma corporação transnacional ditando normas para o trabalhador brasileiro. Antes da agroindústria, já se produzia para o mercado, às frutas para a indústria do doce, o que já explicitava uma relação capitalista com base na acumulação industrial. Com a integração, há uma incrementação imensa do processo de acumulação capitalista e exploração do agricultor, como uma “nova” forma de apropriar-se do excedente da sua produção. Observa-se que o capitalismo transforma todos em produtores de riqueza para os outros, desde os colonos europeus que chegam ao Brasil.

Essa contradição expressa o movimento do capital que não se sustenta na produção de alimentos, mas na produção de mercadorias, com o objetivo de apropriação da mais-valia, via exploração dos trabalhadores. É a expansão do capital em todas as instâncias, recriando formas para a sua manutenção.

Portanto, o modo de produção capitalista está dado, não surge com a agroindústria, e mostra que não há nada de idílico no campo e na cidade, o que impera é a valorização do capital.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Francisco. **Por que morrem os cortadores de cana?** Revista Saúde e Sociedade, v.15, n3, p 90-98, set/dez, 2006.
- ANJOS, Flávio Sacco dos e CALDAS, Nádia Velledas. SCHNEIDER, Sérgio. (Org). **Pluriatividade e sucessão hereditária na agricultura familiar.** In: A diversidade da agricultura familiar, p. 186. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2006.
- ANJOS, Flávio Sacco. **A agricultura familiar em transformação:** o caso dos colonos – operários de Massaranduba (SC). Pelotas: Editora UFPEL, 1995.
- AUED, Bernadete Wrublewski. **O sapateiro Militante:** José Peba Pereira dos Santos. Campina Grande: EDUEP, 2006.
- AUED, Idaleto, Malvezzi. AUED (Org). **Capital e emancipação humana:** o ser social. In: Educação para o (des) emprego. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- BANCO DE DADOS DA ZONA SUL - RS. **Boletim informativo nº17.** Editora EDUCAT, UCPEL, 2006.
- BONINI, Cristiane Vieira. **A importância da mulher na agricultura familiar:** o exemplo das trabalhadoras rurais na Colônia Osório –Cerrito Alegre – Pelotas-RS, Monografia de Licenciatura plena em Geografia, UFPEL, Pelotas, 2004.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade:** Lembranças de velhos. 2º ed. São Paulo: Queroz: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.
- BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista.** Rio de Janeiro, 1993.
- CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil:** Panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.
- CARDOSO, Nivaldo Correa. **O neocolonialismo biotecnológico e a contrapartida da agricultura familiar.** Monografia em Ciência Social, UFPEL, 2003.
- CASTRO, Ramón Pena. **Escola e mercado:** A escola face à institucionalização do desemprego e da precariedade na sociedade colocada ao serviço da economia. In: **PERPECTIVA:** Revista do Centro de Ciências da Educação. Vol. 22, n.1- janeiro/junho, Florianópolis, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Trabalho necessário.** Revista Eletrônica, nº 1, 2003. [www.uff.br/trabalhonecessário/Ramon](http://www.uff.br/trabalhonecessário/Ramon). Acesso em 3 de junho de 2007.
- CONDE, F. Soraya. **rabalho invisível.** Dissertação (mestrado em Sociologia) Programa de Pós-graduação em sociologia política/CFH, UFSC, 2007.
- COSTA, Gilson de Castro. **Fruticultura no Município de Pelotas-RS:** a produção familiar como perspectiva para o desenvolvimento sustentável, Monografia de Licenciatura plena em Geografia, UFPEL, Pelotas, 2002.

DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**, Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

FABRINI, João E. **A resistência camponesa nos assentamentos de sem-terra**. EDUNIOESTE, Cascavel, 2003.

FERREIRA, Adélia Doraci de Oliveira. **“A batalha pela sobrevivência no mundo do trabalho”**: **Trajetórias ocupacionais de egressos do ensino fundamental**. Dissertação do curso de Pós-Graduação em Educação, UFSC, Florianópolis-SC, 2004.

FIGUEIRA, Goldfarb. Fani. **Separando o joio**. Cooperativas de trigo: capitalização da agricultura. Dissertação de mestrado, Departamento de História da Universidade de São Paulo, 1979.

FIGUEIRA, Pedro de Alcântara. **A educação de um ponto de vista histórico**. INTERMEIO – Revista do mestrado de educação, v.1, nº 01, 1995. UFMS, Campo Grande.

FIOD, Edna, G. M. **Mudanças nas formas de aprendizagem do trabalhador**. In: Traços do trabalho coletivo/ Bernadete Wrublewski Aued, organizadora. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva: Um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista**. 3º ed, São Paulo: Cortez. Coleção Contemporânea, 1989.

\_\_\_\_\_. **Educação e crise do capitalismo real**. 3º ed. São Paulo, Cortez, 1999.

FURTADO, Janice de Almeida. **Transformações e estratégias de reprodução na agricultura familiar do município de Pelotas - RS** (Artigo) UFPEL, 1997.

GAMBOA, Silvio Sánchez. **Pesquisa educacional: quantidade-qualidade**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3º ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GONÇALVES, Alfredo José. **Migrações internas: Evoluções e desafios**. Estudos avançados. São Paulo, v. 15, n. 43, set./ dez. 2001.

GORENDER, Jacob. **Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro**. In: A questão agrária hoje. 3.ed. Porto Alegre, Editora URGs, 2002.

GRIGOROVSKI, Paulo,R. Esteves. **Estratégias da Souza Cruz em 101 anos: os desafios para a longevidade saudável**. Dissertação, UFRJ, 2004. Disponível em: [www.centrodelogistica.com.Br/new/teses/pdf/01dez04-paulogrigoroski.pdf](http://www.centrodelogistica.com.Br/new/teses/pdf/01dez04-paulogrigoroski.pdf). Acessado em 12 de fevereiro de 2007.

GRITTI, Silvana Maria. **Educação rural e capitalismo**. Passo Fundo: UPF, 2003.

HABERMAS, Jürgen . **Técnica e Ciência com ‘Ideologia’** In: \_\_\_\_\_. Técnica e Ciência como “Ideologia”. Lisboa: Edições 70, 1994. Pág. 45 a 92.

HARTWIG, Marisa. **O pequeno agricultor em Santa Silvana: algumas histórias a contar**. Tcc, Escola de Serviço Social da UCPEL, Pelotas, 2003.

HOBBSAWM, Eric. Prefácio. In: **Pessoas extraordinárias: Resistência, rebelião**. Jazz, São Paulo. Paz e terra, 1989.

KOFES, Suely. **Uma trajetória, em narrativas**. São Paulo: Mercado de letras, 2001.

- LOEBENS, Breno José. **Produtor agrícola familiar e a centralização do capital: Tunápolis – SC**. Dissertação Mestrado, Florianópolis, SC, 2002.
- MANACORDA, M. **História da educação: Da antiguidade aos nossos dias**. São Paulo: Cortez, 1989.
- MARQUES, Mario Osório. **Escrever é preciso: O princípio da pesquisa**. 4º ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2001.
- MARTINS, José de Souza. **Sobre o modo capitalista de pensar**. 2º ed. Editora Hucitec, São Paulo, 1980.
- MARX & ENGELS. **Manifesto do Partido Comunista**. Editora Martin Claret, 2003.
- MARX, Karl. **Prefácio de para a crítica da economia política**. IN: Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos. (Col. Os Pensadores), São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- \_\_\_\_\_. **O capital: crítica da economia política**. L.1. v.1. 20º edição, Editora Civilização brasileira, Rio de Janeiro, 2002.
- \_\_\_\_\_. **O capital**. Vol. I, São Paulo: Abril Cultural, Caps. I a V, 1983.
- \_\_\_\_\_. **O capital: crítica da economia política**. L. 1. O processo de produção do capital (caps. XIII a XXV), Nova cultura, 1985.
- \_\_\_\_\_. **O 18 brumário de Louis Bonaparte**. In: MARX, K. ENGELS, F. *Obras escolhidas*. Moscovo: Edições Progresso; Lisboa: Edições Avante, 1982 a. Tomo I, P.413-512.
- \_\_\_\_\_. **A maquinaria e a grande indústria moderna**. In: O capital: Crítica da economia política, São Paulo. DIFEL, L.1,v.I, 1986.
- \_\_\_\_\_. **Trabalho Produtivo e Trabalho Improdutivo**. In: Capítulo VI Inédito de O Capital. Resultados do Processo de Produção Imediata. Editora Moraes, 1969.
- \_\_\_\_\_. **Trabalho estranhado**. In: Idéias. Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UNICAMP, 2003.
- MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo Editorial; Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.
- MEIRELES, Eduardo Amaral. **Indicadores da população no eixo Pelotas/ Rio Grande (Zona Sul)**, ITEPA, Universidade Católica de Pelotas – UCPEL, 2002.
- NETO, Antônio Júlio Menezes. **Educação, sindicalismo e novas tecnologias nos processos sociais agrários**. Volume 23, nº3 set/dez,1997. [www.senac.br/informativo](http://www.senac.br/informativo). Acesso em 02 de fevereiro de 2007.
- NETTO, José Paulo. **O Materialismo Histórico como instrumento de análise das políticas sociais**. In: Estado e Políticas Sociais: Brasil-Paraná. Cascavel: EDUNIOESTE, 2003.
- OFFE, Claus. **Capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política**. 2.ed. Brasiliense, São Paulo, 1994.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. 2º ed. Editora Àtica, São Paulo, 1987.
- \_\_\_\_\_. **O campo brasileiro no final dos anos 80**. In: A questão agrária hoje, 3 ed. Organizado por João Pedro Stédile. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, p. 15-94, 2002.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista. O ornitorrinco**. Editora Boitempo, São Paulo, 2003.

PAIVA, Vanilda. **Educação e trabalho**: Notas sobre formas alternativas de inserção de setores qualificados. In: Contemporaneidade e Educação, Rio de Janeiro, Dez, 1998.

PAULILO, Maria Ignez S. **Produtor e agroindústria**: consensos e dissensos, o caso de Santa Catarina. Florianópolis: Ed. UFSC, 1990.

PAULILO, Maria Ignez S. e MATIAS, Iraldo Alberto Alves. **Mulheres e eucaliptos**: fertilidade e aridez In: Artigo revista ambiental. 2006.

PAULILO, Maria Ignez Silveira e SCHMIDT, Wilson (Orgs.). **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. Editora UFSC, Florianópolis, 2003.

PEREIRA, Ana Maria Neutzling. **Agricultura familiar no 5º distrito de Pelotas**: Transformações nas relações de trabalho. Tcc, UFPEL, 2001.

PEREIRA, Peri Rui Gonçalves. **Agricultura familiar e turismo rural**: O exemplo da comunidade de Santa Silvana, Pelotas-RS. Tcc UFPEL, 2002.

POCHMANN, Márcio. **A batalha pelo primeiro emprego**: As perspectivas e a situação atual do jovem no mercado de trabalho brasileiro. São Paulo: Publisher, 2000.

\_\_\_\_\_. **O trabalho sob fogo cruzado**: Exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Contexto, 1999.

SAMPAIO, Plínio de Arruda. **História, crise e dependência do Brasil**. Cartilha nº3, 5ª Edição, 2003.

SALAMONI, Giancarla. **A imigração alemã no RG do Sul** – O caso da comunidade pomerana de Pelotas-RS. In: História em revista, dez, 2001.

SCHNEIDER, Sérgio. **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2006.

\_\_\_\_\_. **Agricultura familiar e industrialização**: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul, 2º ed. Editora UFRGS, Porto Alegre, 2004.

SILVA, José Graziano Da. **A modernização dolorosa**. Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Zahar editores, Rio de Janeiro, 1982.

\_\_\_\_\_. **O novo rural brasileiro**. Campinas, São Paulo: Unicamp, Instituto de Economia (Coleção Pesquisas, 1), 1999.

\_\_\_\_\_. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 1999.

\_\_\_\_\_. **O que é questão agrária**. 10º ed. Editora Brasiliense, 1985.

SILVER, J. Beverly. **Forças do trabalho**: movimentos trabalhistas e globalização desde 1870. São Paulo, Boitempo, 2005.

STEVENS, Mike. **O produtor de fumo**: Santa Cruz do Sul – jan/fev/março. Revista editada pelo departamento de fumo da Souza Cruz, 2007.

STRIEDER, Roque. **Produção agrícola integrada**: a emergência humana do trabalhador agrícola. São Miguel do Oeste: UNOESC, 2000.

SZMRECSÁNYI, Tamás. **Pequena história da agricultura no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1990.

**Dossiê Brasil Rural.** Revista da USP - coordenadoria de Comunicação Social, Universidade de São Paulo. Dez, Jan, Fev. nº 64, 2004-2005.

TEIXEIRA, Francisco, J. S. **Neoliberalismo e reestruturação produtiva.** As novas determinações do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, Fortaleza Universidade Estadual do Ceará, 1996.

TUMOLO, Paulo Sergio. **Reestruturação produtiva no Brasil:** um balanço crítico introdutório da produção bibliográfica. Educação & Sociedade, n.77, p.71-99, Campinas: CEDES, 2001.

\_\_\_\_\_. **Da contestação à conformação.** A formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista. Campinas, São Paulo, UNICAMP, 2002.

\_\_\_\_\_. **Trabalho, vida social e capital na virada do milênio: Apontamentos de interpretação.** Educação e Sociedade, Campinas, São Paulo, v.24,n.82, p. 159-178,2003.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação, São Paulo: Atlas, 1987.

\_\_\_\_\_. **Bases teórico-metodológicas:** preliminares da pesquisa qualitativa em ciências sociais. Cadernos de pesquisa Ritter dos Reis. Porto Alegre, V.4, nov. 2001.

WILKINSON, John. **O Estado, a agroindústria e a pequena produção.** Estudos Rurais. Editora Hucitec. CEPA/BA, São Paulo – Salvador, 1996.

VEIGA, José Eli Da. **Cidades imaginárias:** o Brasil é menos urbano do que se calcula. Editora Campinas, 2.ed. São Paulo, 2003.

VENDRAMINI, Célia Regina. **A escola diante do multifacetado espaço rural.** In: PERSPECTIVA: Revista do Centro de Ciências da Educação. Vol. 22, n.1- janeiro/junho, Florianópolis, 2004.

\_\_\_\_\_. **Terra, trabalho e educação:** experiências sócio-educativas em assentamentos do MST. Editora UNIJUÍ, p.43-64. Ijuí, RS, 2000.

ZAGO, Nadir. **Família e escola:** Trajetórias de escolarização em camadas médias e populares. NOGUEIRA, Maria Alice; ROMANELLI, Geraldo; ZAGO, Nadir (Orgs). 2º ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

### Sites consultados

CAVG - Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça [www.ufpel.tche.br/cavg](http://www.ufpel.tche.br/cavg). Acesso em 15 de fevereiro de 2007.

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos (DIEESE) <http://www.dieese.org.br/ped/pelotas/pedpelotas0407.pdf>. Acesso em 18 de abril de 2007.

Estado do Rio Grande do Sul: [www.estado.rs.gov.br/governo/mapa](http://www.estado.rs.gov.br/governo/mapa). Acesso em 12 de março de 2007.

Estratégias da Souza Cruz em 101 anos: os desafios para a longevidade saudável. [www.centrodelogistica.com.Br/new/teses/pdf/01dez04-paulogrigoroski.pdf](http://www.centrodelogistica.com.Br/new/teses/pdf/01dez04-paulogrigoroski.pdf). Dissertação, UFRJ, 2004. Acesso em 12 de fevereiro de 2007.

Instituto Nacional de câncer: [www.inca.gov.br](http://www.inca.gov.br) Tratado contra o Tabagismo. Acesso em 13 de junho de 2007.

Instituto Nacional da Reforma Agrária. [www.incra.gov.br/tabagismo](http://www.incra.gov.br/tabagismo) Acesso em 03 de março de 2007.

Informativo do Senac: [www.senac.br/informativo](http://www.senac.br/informativo). Acesso em 02 de fevereiro de 2007.

Jornal diário Popular de Pelotas-RS: [www.diariopopular.com.br](http://www.diariopopular.com.br): Edição de 15 de abril de /2007.

Rede tabaco zero. [www.redetabacozero.net](http://www.redetabacozero.net). Acesso em 15 de março de 2007.

Revista ambiental. [www.ambientalbrasil.com.br](http://www.ambientalbrasil.com.br). Acesso em 10 de maio de 2007.

Souza Cruz: [www.souzacruz.com.br](http://www.souzacruz.com.br). Acesso em 10 de março de 2007.

Votorantim Celulose e Papel. [www.vcp.com.br/losango/florestas](http://www.vcp.com.br/losango/florestas) Acesso em 16 de junho de 2007.

**ANEXOS**

**Anexo 01** – Roteiro de entrevistas

**Anexo 02** – Contrato de compra e venda

**Anexo 03** – Planilha de planejamento financeiro do fumicultor

## **Anexo 01 - Roteiro de entrevistas**

### **Roteiro para obter os dados da região de Pelotas RS**

- 1) Número de habitantes
- 2) População rural
- 3) População urbana
- 4) Economia predominante da região
- 5) Dados sobre escolarização no município e no distrito
- 6) Dados sobre o êxodo rural das últimas décadas
- 7) Taxa de emprego e desemprego
- 8) Taxa de desemprego no campo
- 9) População total do 6º distrito de Pelotas
- 10) Tipo de cultura que predomina na integração
- 11) Quais são as empresas integradoras
- 12) Numero de integrados com a agroindústria (dados na empresa)
- 13) Buscar dados sobre a região desde a década de 60 ( nas universidades )
- 14) Buscar contato com integrante do MST e MPA

### **Roteiro para entrevista do integrante da empresa**

- 1) De que forma se estabelece a integração com o produtor?
- 2) Ver se há um contrato e se podes ter acesso
- 3) Quais são os compromissos da empresa com o agricultor?
- 4) Quais são os compromissos do agricultor integrado com a empresa?
- 5) Esclarecer sobre todos os passos da produção, desde o fornecimento de semente ao agricultor até o produto final a ser comercializado.
- 6) Onde a produção e beneficiada? Qual é o seu destino?
- 7) Como a empresa enxerga o agricultor integrado? Qual é a condição do agricultor?
- 8) Considera viável o sistema de integração?
- 9) Qual a tendência da produção do fumo?
- 10) Ver a possibilidade de uma visita à indústria

### **Roteiro de entrevista para as famílias integradas**

- 1) Nome da família e origem
- 2) Fone para contato
- 3) Idade/sexo/escolaridade dos integrantes da entrevista
- 4) Qual a principal atividade produtiva da família atualmente?
- 5) O que se plantava antes de fazer a integração com a agroindústria?
- 6) Como era realizado o trabalho?
- 7) Como e com quem comercializavam a produção ?
- 8) Porque deixaram a produção anterior e partiram para a integração?
- 9) O que mudou no trabalho e na produção com a integração?
- 10) Como se estabelece à integração com a agroindústria, ou seja, como a empresa propôs a integração, de que forma ocorreu no início e como ela se estabelece hoje? Mudou?
- 11) Conte sobre como se dá todo o processo de trabalho, desde que recebem a semente da agroindústria.
- 12) Usam veneno, herbicida...? Quem fornece?
- 13) Toda a família está envolvida no trabalho da integração? Há membros da família que trabalham em outra atividade?
- 14) Qual foi a maior mudança provocada com a integração?
- 15) A partir de que idade os filhos ajudam na realização do trabalho?
- 16) Até que idades estudam? Até que série?
- 17) Porque pararam de estudar? Ou porque continuam estudando? Qual é o objetivo de continuarem estudando? É preciso estudo para o trabalho que realizam?
- 18) Para os que continuam ou já concluíram o ensino médio, a escola atendeu as expectativas? Porque?
- 19) Como deveria ser a escola?
- 20) Além de produzir para empresa, o que se produz para o autoconsumo?
- 21) Você notou mudanças na saúde dos integrantes da família integrada?
- 22) Você está satisfeito com seu trabalho na integração? Pretende continuar nele?
- 23) Tem financiamentos, dívidas em aberto? Com bancos? Ou empresa?
- 24) Você tem relação com algum sindicato, cooperativa ou movimento social? Qual?
- 25) Ele atende suas necessidades, ou seja, de que forma?
- 26) Conhece ou teria interesse em conhecer o MPA ou o MST?
- 27) Gostaria de acrescentar mais alguma coisa?

**Anexo 02 – Contrato de compra e venda**

**Anexo 03 – Planilha de planejamento financeiro do fumicultor**